

JACARÉ

ÀS VÉSPERAS DO DESCOBRIMENTO:



A pesquisa
arqueológica no
sítio Santa Marina

ÉRIKA M. ROBRAHN-GONZÁLEZ
PAULO EDUARDO ZANETTINI

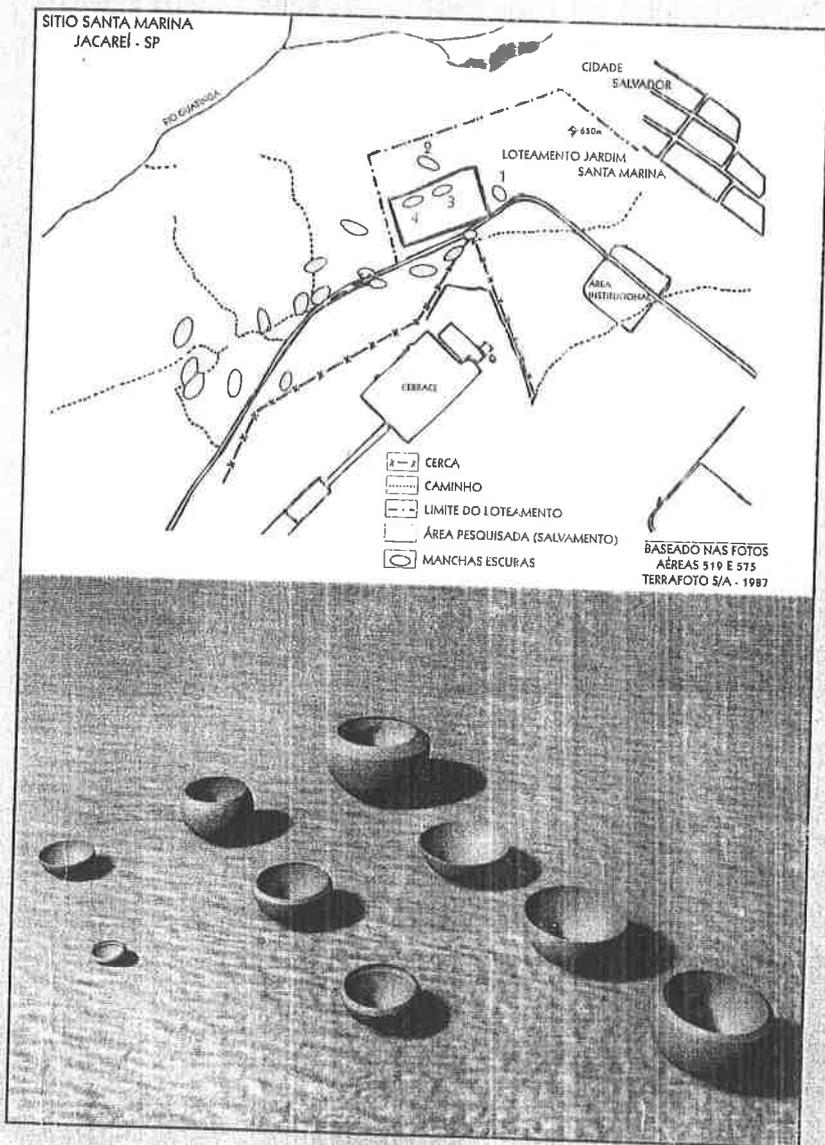
MONACO SIANI

ENGEPAR



JACARÉ

ÀS VÉSPERAS DO DESCOBRIMENTO:



A pesquisa
arqueológica no
sítio Santa Marina

ÉRIKA M. ROBRAHN-GONZÁLEZ
PAULO EDUARDO ZANETTINI



PREFEITURA MUNICIPAL
DE JACARÉ



FUNDAÇÃO
CULTURAL DE
JACARÉ

JOSE ROCHA DE ARAÚJO

CRÉDITOS

Prefeitura Municipal de Jacaré:
Dr. Benedicto Sergio Lencioni

Presidente Fundação Cultural "José Maria de Abreu"
Prof. Fredericó Lencioni Neto

Patrocínio:
Monaco Siani Engenharia, Empreendimentos e Participações Ltda.

Pesquisa Arqueológica

Empresa contratada:
Zanettini Arquitetura Planejamento e Consultoria S/C Ltda.

Coordenação:
Profa. Dra. Erika Marion R. González e Prof. Ms. Paulo E. Zanettini

Equipe envolvida:

Trabalhos de campo: Walter Fagundes Morales, Luciane Miwa Kamase, Flávia Prado Moi, Paulo Bava de Camargo e Ana Cristina F. Thomaz.

Aplicação de métodos geofísicos (GPR): Rinaldo Moreira Marques (Geopésquisa) e Otávio C. B. Gandolfo (Geo-Radar Investigações Geofísicas).

Trabalhos de laboratório: Claudia Moreira Queiróz e José Quintino da Silva Júnior.

Artes gráficas e montagem de relatórios: Priscila Napolitano dos Santos, Sandro Rogério Machado, Sabrina Lapyda, Ana Pimentel Marques e Fabiana Krepel.

Apoio institucional: Centro de Estudos das Ciências Humanas - CECH (Bahia)

Autorização federal : Portaria IPHAN nº 04 de 3 de março de 1998



JACARÉ

ÀS VÉSPERAS DO DESCOBRIMENTO:

A pesquisa arqueológica no sítio Santa Marina

ERIKA M. ROBRAHN-GONZÁLEZ e PAULO E. ZANETTINI

JACAREÍ

ÀS VÉSPERAS DO DESCOBRIMENTO:

A pesquisa arqueológica no sítio Santa Marina

Introdução de Wagner Gomes Bernal

COLEÇÃO ARQUEOLOGIA 1

Jacareí
1999

@ Erika M. R. González e Paulo E. Zanettini

Capa, Composição, Fitolitos, Impressão e Acabamento:

GRÁFICA E EDITORA O EXPRESSO

Rua Sebastião Adão Júnior, 331 - Jardim Maracanã

Fone/Fax: 0** (16) 271-2172

CEP 13571-300 - São Carlos - SP

Tiragem: 500 exemplares

(1ª EDIÇÃO)

SUMÁRIO

Apresentação da Monaco Siani Eng. E. Par. Ltda.
Prefácio da Prefeitura Municipal de Jacareí

Introdução por Wagner Gomes Bornal

Capítulo 1 - O Sítio Santa Marina

Capítulo 2 - Conceituação geral da pesquisa

Capítulo 3 - Os trabalhos de campo

Capítulo 4 - As atividades de laboratório

Capítulo 5 - As evidências arqueológicas do Sítio Santa Marina

Capítulo 6 - Cronologia da ocupação

Capítulo 7 - A ocupação indígena de Santa Marina

Capítulo 8 - Santa Marina e o Vale do Paraíba

Anexos

- Sobre uma história de preservação do Patrimônio Arqueológico em Jacareí, no Estado de São Paulo, por Maria Lúcia F. Pardi - IPHAN - 9ª Superintendência Regional.
- A intervenção do Ministério Público Federal no salvamento arqueológico do Sítio Santa Marina - Ministério Público Federal.
- Termo de Ajustamento de Conduta e aditamentos

APRESENTAÇÃO

Em uma ação inédita, através do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (anexo), a Monaco Siani Engenharia, Empreendimentos e Participações Ltda., a Prefeitura Municipal de Jacareí, a Fundação Cultural de Jacarehy, o IPHAN e o Ministério Público Federal trabalharam em conjunto, cada qual com a sua função, para a realização deste trabalho pioneiro sobre o salvamento arqueológico do Sítio Santa Marina, localizado no município de Jacareí, no estado de São Paulo.

Como patrocinadora e responsável pelo salvamento arqueológico do Sítio Santa Marina e publicação deste livro, a Monaco Siani escolheu os arqueólogos Paulo E. Zanettini, Erika M. Robrahn-González e sua equipe para o desenvolvimento deste trabalho. Cumpre ressaltar que a equipe não poupou esforços para realizá-lo da melhor forma possível, buscando sempre técnicas inovadoras, como por exemplo, o uso do GPR (Ground Penetration Radar), um equipamento utilizado pela primeira vez na arqueologia brasileira, que oferece um "Raio X" do solo, permitindo a localização de estruturas e vestígios arqueológicos, evitando assim escavações desnecessárias e a danificação dos materiais enterrados.

Em todo este processo contamos sempre com a Fundação Cultural de Jacarehy, e acreditamos que, através deste trabalho conjunto, a Prefeitura Municipal de Jacareí pode desenvolver uma política de preservação, que com toda certeza irá servir de modelo para outras cidades de nosso estado e, porquê não, do país.

Sendo assim, a Monaco Siani se sente honrada e orgulhosa por ter patrocinado esta pesquisa que poderá servir de exemplo para outros profissionais, e parabeniza a todas aquelas pessoas que fizeram parte deste processo, trabalhando duro para a finalização deste excelente trabalho que resgata uma parte do nosso Patrimônio Histórico Nacional.

MONACO SIANI
Fernanda Nehemy Siani Terra

PREFÁCIO

A História de um povo e sua origem muitas vezes perde-se no tempo.

Com o passar dos anos os fatos são esquecidos e os vestígios de civilizações são apagados por falta de um conhecimento ou saber que esteja atento a sinais que indiquem um patrimônio natural ou cultural a ser preservado. O processo de urbanização ao longo dos séculos, acabou por sepultar e destruir objetos valiosos de civilizações históricas, como fez desaparecer na aração indiscriminada e despreocupada dos nossos vales e campos a arte e a cultura dos nossos indígenas. Para os leigos os vestígios são apenas "restos" da história, que relegam ao esquecimento ou são negligenciados como nada importante para a vida das pessoas ou da comunidade. O trabalho de arqueologia desenvolvido em Jacareí constitui uma prova cabal de que não só os sítios arqueológicos podem e devem ser pesquisados como ainda não impedem que haja uma ocupação urbana ordenada.

Jacareí tem o privilégio de possuir vários sítios que até então estavam perdidos e ignorados, e que atravessaram vários séculos há poucos centímetros do solo. Desde que os índios foram expulsos pela chegada dos colonos portugueses, atravessando as diversas fases de economia agrícola como o cultivo e a pastagem, até a chegada das indústrias já no final deste século XX e a implantação de loteamentos, os seus apetrechos, como vasos de cerâmica trabalhada, enfeites e instrumentos toscos permaneceram ali, a espera de um trabalho de salvamento e estudo.

O encontro desses sítios têm um sentido histórico altamente significativo não só para se estudar com mais profundidade a cultura indígena, como a extensão de sua ocupação, o roteiro provável de

suas peregrinações pelo Vale, talvez fugindo dele, como ainda para dirimir, num futuro, a controvertida origem de São José dos Campos num aldeamento indígena do Rio Comprido.

Foi na década de 1980, com a abertura de uma avenida na região, como consequência da implantação de uma indústria que, casualmente, um fotógrafo da Prefeitura localizou um caco de cerâmica que lhe chamou a atenção. A partir daí a abertura se fez cuidadosamente e uma pesquisa preliminar indicou que a região merecia estudos mais profundos.

Em 1994, a Prefeitura Municipal aprovou a implantação do Loteamento Santa Marina exatamente numa das áreas onde localizava-se o Sítio Arqueológico, que recebeu o mesmo nome.

Em 1997, a Administração Municipal, preocupada com sítio, estabeleceu uma política cultural de aprofundamento dos estudos, isto porque Jacareí possui a Fundação Cultural "José Maria de Abreu", órgão responsável pela preservação, guarda e gerenciamento do patrimônio arqueológico local e o Museu de Antropologia do Vale do Paraíba de pesquisar e guardar a memória do desenvolvimento do homem da região. A criação do Museu, antecedeu, numam feliz coincidência, à descoberta do rico sítio arqueológico cujas pesquisas continuam.

É preciso enfatizar nesse processo de resultados tão positivo que ele somente foi possível pela integração harmoniosa do Poder Público Municipal, pelo apoio e participação do Empresário que acabou por compreender a importância da preservação e salvamento de uma riqueza histórica marcante e do Ministério Público Federal que de forma ágil, conciliadora e firme, soube conduzir pelos meandros difíceis da lei o caminho correto e curto para se vencer através do tempo. Da nossa parte, como autores da criação do Museu de antropologia na década de 1980, não poderíamos ter

Petra

3. em 1974
a. maior parte
delegação de
propriedade e
já descoberto
trabalho com uma
Indústria de Têxtil

outra atitude administrativa e cultural senão a de preservar os sinais e objetos dos que, antes da chegada dos colonos, já haviam escolhido o local para um grande aldeamento. Decorrente desse fundamento cultural, a ação administrativa municipal era imperiosa mas não teria sido suficiente se a parceria com a iniciativa particular não tivesse encontrado receptividade. Se é verdade que houve inicialmente um desencontro entre a necessidade de se preservar e a de se ocupar os lotes já vendidos ou em processo de venda, também não se pode deixar de registrar que vencido esse primeiro entrave comercial, houve da parte dos empreendedores uma total e pronta colaboração no sentido de se realizar um trabalho de salvamento e registro dos achados. A evolução dos acontecimentos revelou que os empresários acabaram por se empolgar com as pesquisas transformando o fato que, inicialmente parecia ser negativo, como um ponto altamente positivo e vantajoso. Na verdade houve uma valorização das atividades, ficando como exemplo de uma conscientização profundamente benéfica e recompensadora para todos. Exatamente no ponto inicial dos entraves surgidos é que o papel do IPHAN, como responsável legal pela preservação dos achados arqueológicos, mostrou-se eficaz, pronto, sem qualquer apego a detalhismos extravagantes e protelatórios para as soluções imediatas.

O resultado dessa ação conjunta revela que é possível conciliar interesses por vezes tão díspares para se preservar o que de mais importante possui um povo: as suas origens, a sua cultura.

A continuidade dos trabalhos é uma decorrência da própria função, da fundação e do Museu de Antropologia que hoje se estrutura com o material encontrado, enriquecendo seu acervo e divulgando-o à população em exposição permanente.

Houve o envolvimento nos trabalhos arqueológicos, das diversas Secretárias Municipais de Educação; de Planejamento; de Agricultura e Abastecimento; de Comércio, Indústria e Turismo e de Meio Ambiente. Cada uma, em sua especialidade, colaborou para o projeto arqueológico. E assim deverá continuar, para que não se perca a atenção para indícios de futuros sítios, que por ventura sejam encontrados, bem como na conscientização de cada munícipe, para a importância do trabalho.

De forma altamente positiva tanto a televisão como a imprensa regional registraram o trabalho arqueológico nos sítios encontrados, o que serviu para levar ao conhecimento do grande público o assunto que esta publicação tem por escopo consolidar de forma mais científica.

A Prefeitura Municipal está elaborando Projeto de Lei, para a criação do cargo de arqueólogo no quadro permanente do funcionalismo da Fundação Cultural "José Maria de Abreu", para que as ações de gerenciamento e fiscalização do patrimônio arqueológico, bem como, a identificação de novas áreas de interesse arqueológico tornem-se atividades permanentes do Poder Público. Com isto objetiva-se no futuro implantar-se mecanismo de preservação, tal como tombamento de sítios arqueológicos, como forma de garantir às gerações futuras o acesso a esse Patrimônio Cultural.

Sabemos que não basta a existência de leis para que haja preservação de sítios arqueológicos que podem desaparecer pela ação criminosa e escondida de máquinas escavadeiras ou em grandes movimentações de terra. É preciso educar a nossa gente, antes de mais nada, para que todos tenham seus olhos voltados para os vestígios que relevam a existência de sítios que precisam ser pesquisados ou preservados, para que possamos, todos nós, através do conhecimento das nossas origens e da compreensão do nosso desenvolvimento ao longo dos séculos, nos integrarmos como Nação, verdadeiramente consciente do nosso papel e da nossa importância.

INTRODUÇÃO

Wagner Gomes Bernal
Arqueólogo da Fundação Cultural de Jacarehy.

A presença de indígenas no Vale do Paraíba já é reconhecida desde o século XVI, quando cronistas, missionários e viajantes se empenharam em percorrer os caminhos da Capitania de São Vicente, efetuando registros sobre os nativos que ocupavam a região.

No conjunto de obras existente podemos destacar Paulo Pereira dos Reis que, baseado em fontes primárias e secundárias, traz em **O Indígena do Vale do Paraíba**¹ vários apontamentos sobre o tema, apresentando um mapa com a distribuição regional das nações indígenas. (fig. 1)

A bibliografia não dá conta, entretanto, da riqueza histórica e arqueológica que o vale do Paraíba apresenta, sendo raras as publicações que se preocupam em fornecer uma visão mais geral, ampla e abrangente sobre os diversos grupos indígenas que ali se desenvolveram, tanto no período pré-colonial como no período histórico. Por esta razão, estudos arqueológicos podem desempenhar um importante papel na compreensão e recuperação deste contexto.

Etmologicamente, Arqueologia significa o estudo do que é antigo: do grego *Archaios* = Antigo e *Logos* = Estudo². Trata-se, portanto, de uma disciplina humanística, que objetiva compreender o passado humano principalmente através do conjunto de evidências materiais que foram deixados e sobreviveram ao longo do tempo. Como no Brasil os grupos indígenas não desenvolveram uma história escrita, é através das coleções de objetos cerâmicos, de pedra lascada, pedra polida, enterramentos, formas de aldeias,

¹ REIS, Paulo Pereira dos. **O Indígena do Vale do Paraíba: apontamentos históricos para o estudo dos indígenas do Vale do Paraíba Paulista e regiões circunvizinhas**. São Paulo: Governo do Estado, 1979.

² Cf. **Dicionário de Arqueologia**, 19.

entre outros, que os arqueólogos buscam elementos para recuperar o passado.

Além dos vestígios materiais, também a forma como os grupos humanos exploraram e se apropriaram do meio ambiente constitui informação importante, e através do conjunto destes dados o arqueólogo pode discutir aspectos como organização econômica, social e política dos grupos estudados. É, portanto, fundamental compreender a Arqueologia como uma ciência interdisciplinar "...que, partindo dos elementos naturais apropriados pelo homem, visa a compreensão do funcionamento e transformação das sociedades humanas" (Funari, 1988: 12).

As primeiras referências sobre achados arqueológicos no vale do Paraíba paulista ocorreram no município de Aparecida, onde em 1908, foi encontrada uma urna funerária no pátio da antiga Estação da Estrada de Ferro Central do Brasil.³

Em 1928, outra urna funerária, desta vez com tampa e ossos humanos, foi encontrada em um terreno particular.⁴

Com o desenvolvimento urbano, na medida em que foram sendo encontrados novos objetos, a pesquisadora Conceição Borges Ribeiro efetuava a coleta do material.

Porém, pesquisas sistemáticas somente foram realizadas em Aparecida no ano de 1957, por intermédio dos trabalhos desenvolvidos por Herta Löel - Scheuer.⁵ Segundo a pesquisadora, "o Largo da Feira, local onde foram encontrados, em 1935, cerca de 40 vasos, (infelizmente destruídos), parte contendo ossos humanos, é hoje ainda riquíssimo em fragmentos e manchas de terra preta." (Scheuer, 1957). Atualmente, alguns dos objetos

³ Cf. CAMARGO & CAMARGO, *Arqueologia no Vale do Paraíba - Escavações Arqueológicas em Aparecida*, 13.

⁴ *idem.*

encontrados fazem parte do acervo do Museu da Basílica Nacional de Nossa Senhora Aparecida.

Em seu artigo "**Arqueologia Brasileira**", publicado em 1936 na Revista do Arquivo Municipal, Ruy Tibiriçá informa ter realizado prospecções no município de São José dos Campos, tendo encontrado, em uma colina próxima ao Rio Paraíba, vestígios de cerâmica indígena.⁶ (fig. 2)

Em 1946, o Barão Otorino de Fiori de Cropani e o Dr. João Amoroso Neto também efetuaram levantamentos em São José dos Campos⁷, identificando a presença de vestígios arqueológicos na Fazenda Serimbura, bairros do Cajuru, do Tatetuba e da Pernambucana, bem como na Fazenda Jardim.

Em consequência dos trabalhos realizados, Cropani assinalou que "a história do Vale do Paraíba e as tradições verbais ainda hoje vivas, assim como a Toponomástica, permitem estabelecer que toda aquela região fora densamente povoada por índios, em contato diário com os invasores brancos." (Cropani, 1951: 95).

Durante a década de 80, ainda em São José dos Campos, foram encontradas ocasionalmente duas urnas funerárias em pontos distintos do município.⁸

Segundo Silvia Maranca, in **Dados Preliminares sobre a Arqueologia do Estado de São Paulo**, boa parte destes vestígios deve pertencer a o que, na Arqueologia Brasileira, se denomina "tradição Tupiguarani". A pesquisadora apontou ainda que o Vale do Paraíba constitui uma importante região para a realização de estudos arqueológicos⁹.

⁵ Na ocasião a pesquisadora realizou escavações em quatro pontos do município, cujos dados foram registrados no relatório **Quatro campos escavados em diversos lugares, em julho de 1957 na cidade de Aparecida do Norte, Estado de São Paulo, Brasil.** (relatório ainda não publicado)

⁶ Neste mesmo artigo, o pesquisador apresenta uma prancha contendo ilustrações de utensílios reconstituídos graficamente a partir de vestígios arqueológicos encontrados no município de São José dos Campos. ob. cit.: 143.

⁷ Cf. CROPANI, **Índios e Brancos no Município de São José dos Campos**, 95/102.

⁸ Tais urnas fazem parte do acervo do Museu Municipal de São José dos Campos.

⁹ MARANCA, (1969) apud REIS (1979) ob. cit.: 51.

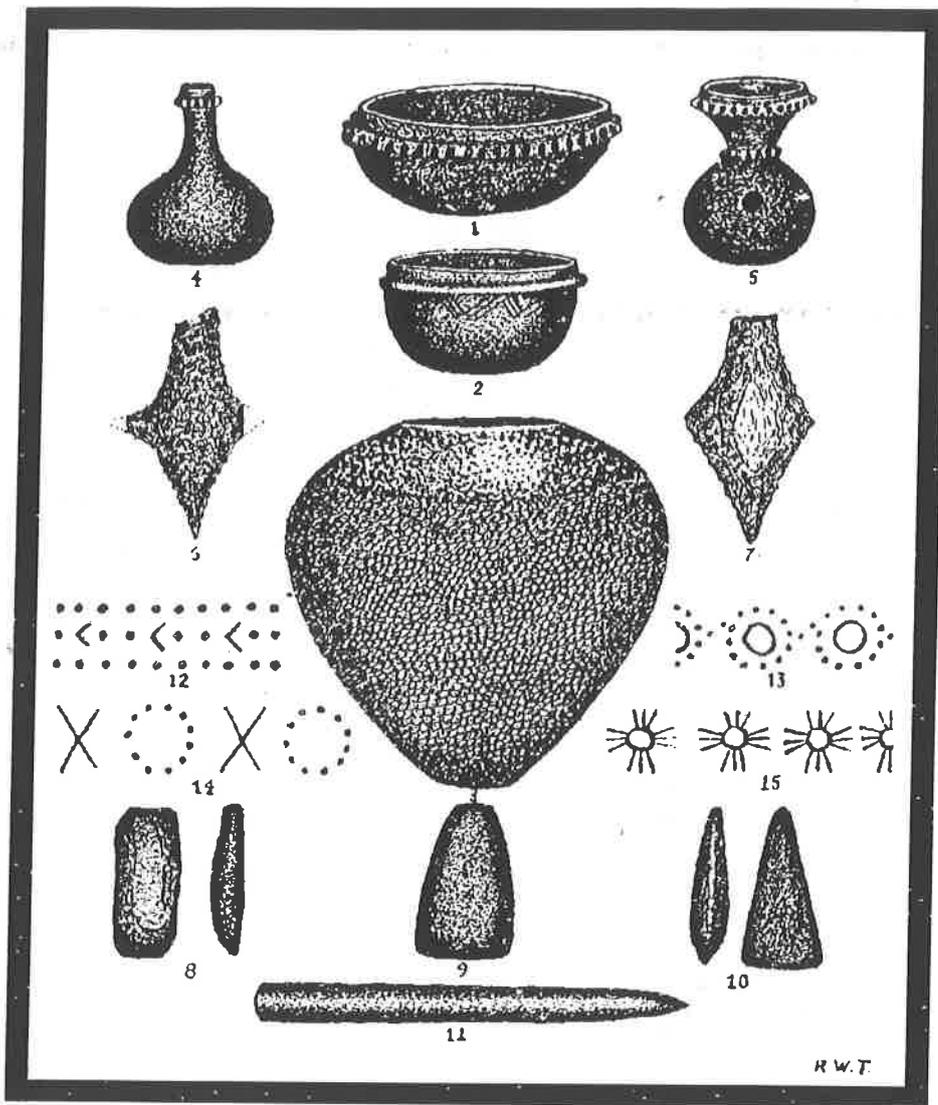


Fig. 2 Cerâmica pré-Colombiana de São José dos Campos: — 1 e 2 - panelas culinárias com adornos em relevo. 3 - Jyapaba ou urna funerária tipo imbricada-espatulada-napiforma. 4 e 5 - moringa e coqueiro de fabricação cabocla, exibindo adorno indígena. 6 e 7 - pontas de flecha, de sílex, encontradas na Chacara Boa Vista. 8, 9 e 10 - tipos de machados de pedra do vale do Purahyba. 11 - pistilo de pedra cu "mão de pilão". 12, 13, 14 e 15 - motivos decorativos indígenas usados pelos caboclos actuaes na sua cerâmica.

pedir p/ fundação
relatório

2

7 a iniciativa da
abordar arqueologia
e deu em 1981
com a descoberta
de sítios arqueológicos
e foi iniciada
por Fundação
Cultural na
pessoa do
1981
não se trata de
personalizar
obras
se trata de
começar a
"jogos no is" e
dar o nome aos
coisas.

No início da década de 90, por ocasião da abertura da Rodovia Carvalho Pinto, os Estudos de Impacto Ambiental possibilitaram a identificação de vários sítios, na maioria históricos, os quais foram escavados sob a coordenação da arqueóloga Solange Caldarelli. Em um dos sítios (Caçapava 01), dentre os vestígios existentes foram, pela primeira vez, recuperadas urnas funerárias pertencentes a uma segunda tradição arqueológica, denominada "Aratu"¹⁰, indicando a presença, em São Paulo, de grupos ceramistas diversificados.

Especificamente no município de Jacareí, no final da década de 70, durante as obras para abertura de uma estrada, foi encontrado um significativo sítio arqueológico, denominado Santa Marina. Em 1991 o sítio foi alvo de levantamentos e estudos sob a responsabilidade de Oldemar Blasi e Miguel Gaissler, ambos pesquisadores do Museu Paranaense. Todavia, em virtude do pequeno espaço de tempo e da grande dimensão do sítio arqueológico (cerca de 400.000 m²), os trabalhos realizados não esgotaram as potencialidades do sítio, como assinalaram os próprios pesquisadores no relatório **Notícias Sobre o Sítio Arqueológico de Jacareí/SP-1991** (não publicado).

pequeno
tempo

Coletas de superfície e abertura de sondagens feitos por esta equipe resultaram em 11.402 fragmentos cerâmicos coletados, 20 artefatos líticos polidos (lâminas de machado) e pequena quantidade de material lítico lascado (entre instrumentos denominados raspadores, lascas e micro-lascas - conforme a Ficha de Cadastro do IPHAN). Este material se encontra depositado na

¹⁰ Cf. Caldarelli, in Projeto de Levantamento e Salvamento do Patrimônio, etc. ob. cit.: 135.

Fundação Cultural de Jacarehy "José Maria de Abreu". Todo este material foi devidamente processado e inventariado pela equipe da Fundação, fazendo hoje parte de seu acervo¹¹.

Dessa forma, contando com a colaboração da 9ª Coordenadoria Regional do IPHAN, o Poder Público municipal foi orientado para que atuasse em toda a área do município, adotando medidas norteadoras para o gerenciamento do patrimônio local, ressaltando que a preservação do patrimônio arqueológico, cuja destruição é irreversível, além de dever legal, constitui-se matéria de interesse e subsídio para a maioria dos setores públicos.

A Política Pública para o Patrimônio Arqueológico de Jacaré

Em função do impacto provocado pelo loteamento sobre o Sítio Santa Marina, a Fundação Cultural entrou em contato com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Ministério Público Federal, objetivando adotar procedimentos que pudessem minimizar as ações produzidas e promover o salvamento arqueológico do local.

Dessa maneira, o Ministério Público Federal elaborou um **Termo de Ajustamento de Conduta**, celebrado entre a Fundação Cultural de Jacarehy, a Monaco Siani Empreendimentos Imobiliários Ltda e o IPHAN, estabelecendo responsabilidades entre as partes envolvidas e promovendo o efetivo salvamento da porção do sítio Santa Marina abrangida pelo Loteamento. A responsabilidade dos trabalhos ficou a cargo dos arqueólogos Dra. Erika M. Robrahn-Gonzalez e Ms. Paulo E. Zanettini.

¹¹ O MAV- Museu de Antropologia do Vale do Paraíba é um órgão público vinculado à Diretoria de Preservação da Memória da Fundação Cultural de Jacarehy "José Maria de Abreu"

importante acervo
Patrimônio
Arqueológico
Produção
Patrimônio Arqueológico
Termo de

levantamentos

para dar a ideia
da antiguidade
do sítio e da
importância

construiu
em cima?

aspecto que
a amostra
gera permitir
ser

destruídos

os achados
ser achados
se existe pesquisa
de campo

Os trabalhos realizados permitiram recuperar não só vestígios materiais deixados pelo grupo indígena que ali habitou, mas também fornecer valiosos subsídios para uma melhor compreensão dos assentamentos ocorridos na região durante o período pré-colonial, estabelecendo a primeira datação arqueológica para o Vale do Paraíba e confirmando a presença da grupos portadores de cerâmica Tupiguarani nesta parte do Estado de São Paulo.

Uma série de artefatos recuperados, bem como o conhecimento obtido a partir do estudo desenvolvido, impulsionaram e integraram a montagem de uma "sala indígena" no Museu de Antropologia do Vale do Paraíba, onde, a partir da elaboração de um cenário ("diorama"), foi possível reconstituir aspecto do cotidiano no sítio arqueológico.

Por outro lado, considerando o acelerado crescimento urbano de Jacareí e procurando impedir que novos sítios arqueológicos pudessem ser destruídos ou impactados, antes de serem pesquisados, algumas áreas do município tornaram-se alvo de levantamentos arqueológicos. Com base em uma série de características ambientais e a partir da análise de mapas, fotografias aéreas e levantamentos de campo, algumas áreas foram consideradas de interesse arqueológico (fig. 3).

Trabalhos minuciosos de análise nestas áreas permitiram a identificação de três novos sítios arqueológicos que, entretanto, já se encontravam em terrenos destinados a serem loteados (fig. 4). Em um trabalho conjunto com as demais Secretarias do Poder Público, estabeleceu-se que estes empreendimentos imobiliários teriam como

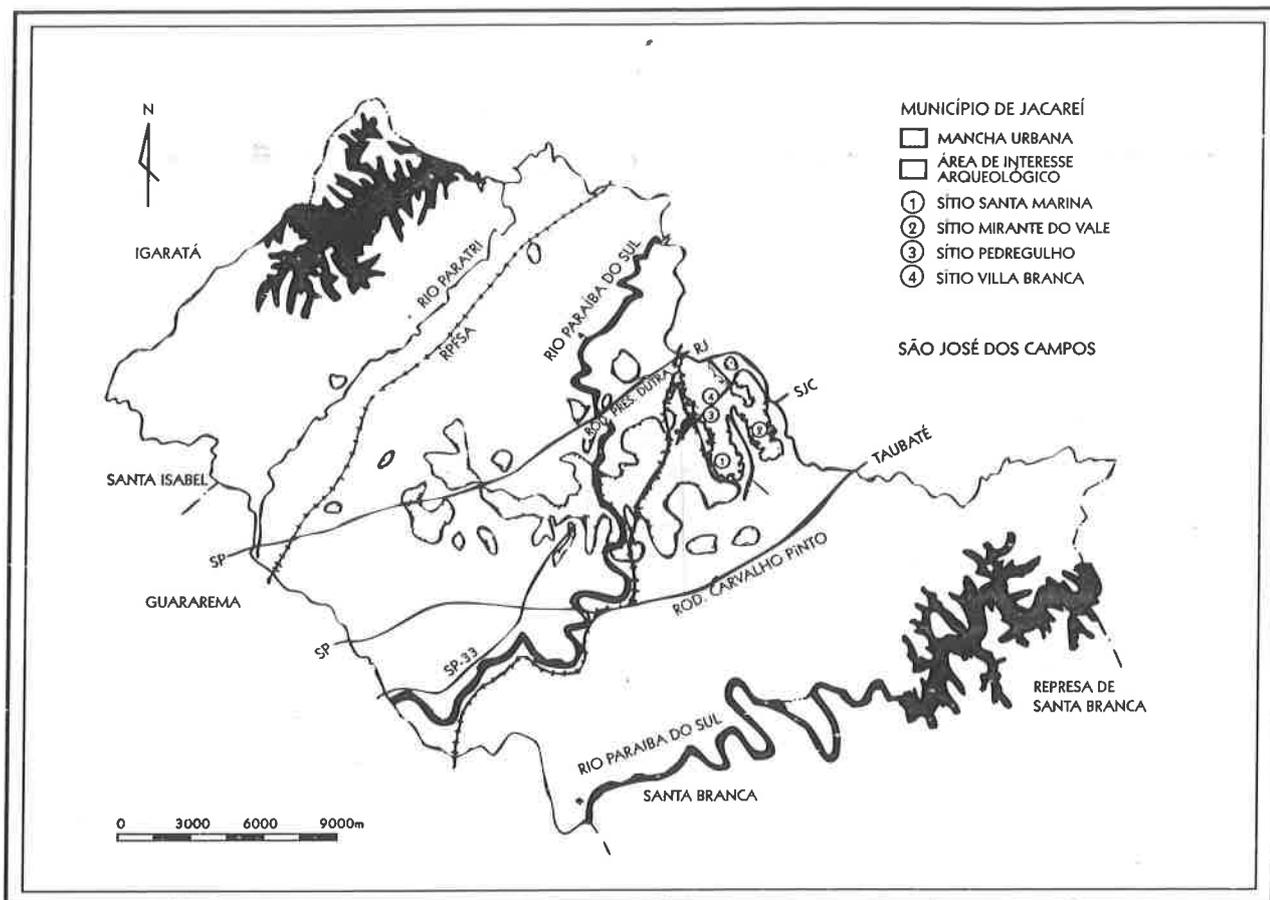


Fig. 3 - Áreas de interesse arqueológico. (Mapa adaptado por Wagner Gomes Borna/Fundação Jacareí)

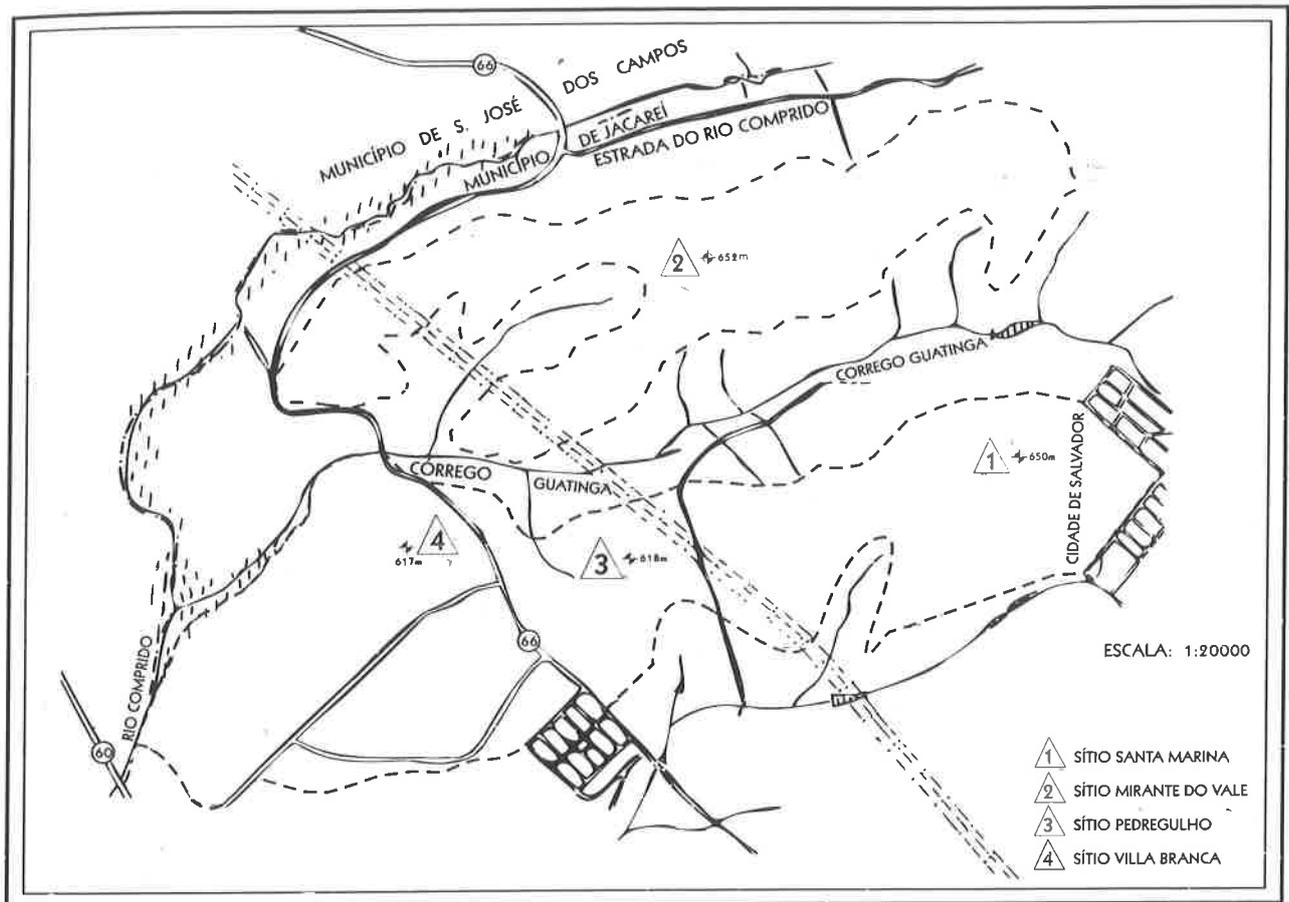


Fig. 4 - Localização dos sítios arqueológicos cadastrados no município de Jacareí. Identificação e cadastro elaborado por Wagner Bernal e Cláudia Moreira Queiroz.

diretriz a realização obrigatória de levantamentos e trabalhos de resgate arqueológicos, de acordo com a legislação vigente. Os três sítios são:

- *Sítio Mirante do Vale (SP-JA-03)*: Localizado no empreendimento *Condomínio Mirante do Vale*, foi alvo de levantamento arqueológico em 1998 pelo arqueólogo Plácido Cali, com endosso institucional do Núcleo de Arqueologia da Universidade Brás Cubas – NAUBC/UBC.

- *Sítio Pedregulho (SP-JA-02)*: Localizado no empreendimento *Condomínio Villa D'Itália*, foi alvo de salvamento arqueológico em 1998 sob a coordenação da arqueóloga Maria Cristina Scatamachia, com endosso institucional do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

- *Sítio Villa Branca (SP-JA-04)*: Localizado no empreendimento *Condomínio Villa Branca e Cemitério Memorial do Vale*, foi alvo de salvamento arqueológico sob a coordenação dos arqueólogos Paulo Zanettini e Erika M. Gonzalez – Zanettini/ Documento Arqueologia, com endosso institucional do Núcleo de Arqueologia da Universidade Brás Cubas – NAUBC/UBC.

Por fim, consideramos que os trabalhos realizados até o momento estão permitindo elaborar um quadro sobre o contexto arqueológico do vale do Paraíba, que até então configurava-se como

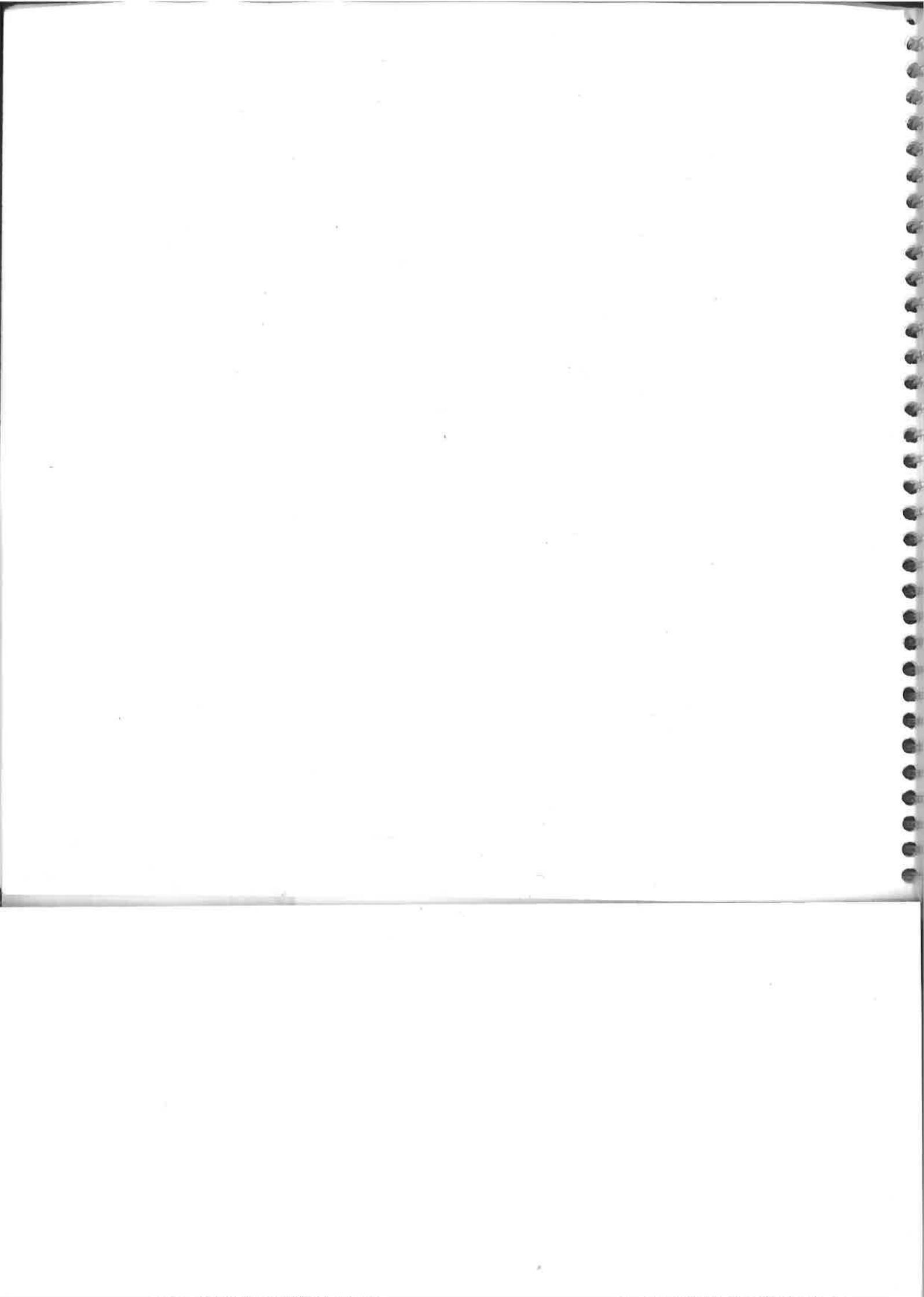
uma lacuna no Estado de São Paulo.

No plano do município, os trabalhos reforçaram a Política Arqueológica que atualmente está sendo adotada pelo Poder Público local, constituindo uma referência para outros trabalhos similares que irão ser realizados na região e demonstrando a eficácia do trabalho preventivo.

As áreas determinadas como de interesse arqueológico constituem uma amostragem, não esgotando o potencial da região, e representam apenas a primeira fase de um projeto global. Primeiramente, estão sendo delimitadas áreas que, em função de suas características ambientais, possam configurar sítios arqueológicos de diferentes tipologias, fornecendo mapas com "Áreas de Interesse Arqueológico".

Da mesma maneira, objetiva-se assegurar a preservação deste Patrimônio Cultural para as comunidades presentes e para as gerações futuras, de acordo com nossa Constituição Federal.

A política atualmente adotada pela Fundação Cultural de Jacarehy soma esforços na valorização da pesquisa e na recuperação de nossos valores culturais, contribuindo para um maior entendimento de nossa história.



CAPÍTULO 1

O SÍTIO
SANTA MARINA

O sítio Santa Marina se localiza no vale do Paraíba, região leste do Estado de São Paulo, no município de Jacareí (Fig. 5).

Segundo o "Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo" (IPT 1981), Santa Marina se encontra no denominado Planalto Atlântico, zona do Médio Vale do Paraíba e sub-zona das Colinas Sedimentares. Esta sub-zona coincide com a área de ocorrência do pacote mais espesso de sedimentos terciários da Bacia do Taubaté. Os relevos ali reconhecidos vão desde formas extremamente regulares e suavizadas como os tabuleiros e colinas amplas, até as colinas pequenas com espigões locais. Extensas planícies aluviais foram mapeadas ao longo deste trecho do rio Paraíba do Sul.

De Jacareí até a extremidade sudoeste da bacia de Taubaté, o relevo se caracteriza por colinas amplas mais elevadas, suavemente convexas, num conjunto topográfico geralmente harmonioso, o que se deve ao caráter pouco consistente dos sedimentos.

Quanto à litologia, predominam sedimentos do Grupo Taubaté, constituído pelas formações Caçapava (arenitos conglomerados, arcósios, siltitos e argilitos) e Tremembé (folhelhos em parte pirobetuminosos, argilitos com intercalações de arenitos e arcósios) e sedimentos da formação São Paulo, semelhantes às da formação Caçapava. Subordinadamente ocorrem xistos, filitos, gnaisses, migmatitos, granitos e granitóides.

Os solos são de constituição predominantemente argilosa, com espessura atingindo até 8 metros. Podem apresentar concreções ferruginosas distribuídas em vários níveis de profundidade. Geralmente ocorre uma camada de seixos que marca a base deste tipo de depósito.



Fig. 5 - Localização geográfica do município de Jacareí no Vale do Paraíba (Fonte: IGC, 1994).

O clima no médio vale do Paraíba apresenta pluviosidade anual entre 1200 e 1300 mm. A temperatura média anual situa-se em torno de 20°C.

O clima é do tipo Mesotérico, com inverno seco e verão quente. Já quanto à vegetação, predomina no Planalto Atlântico a Mata Tropical Latifoliada, havendo manchas dispersas de campos e cerrados nos domínios dos sedimentos da bacia do Taubaté, próximo a São José dos Campos. Atualmente, a mata original se restringe a porções isoladas, além de capoeiras e capões dispersos, principalmente junto aos cursos de água. Nas planícies aluviais predominam hoje culturas (hortifruticultura, arroz e reflorestamento) e/ou pastagens.

Dentro de todo este contexto temos o sítio Santa Marina, que se localiza no topo de meia encosta de um platô (**foto 1**), tendo ao fundo o córrego Guatinga, que integra a bacia do Paraíba do Sul. Suas coordenadas geográficas são 23°24'01"S / 40°44'59"W.

Trata-se de um sítio cerâmico a céu aberto, do tipo aldeia, formada por diferentes manchas mais escuras de solo, onde também ocorre concentração de material arqueológico. Provavelmente estas manchas correspondem a áreas próximas às cabanas, onde eram depositados restos materiais (refugos) da ocupação. Análises de fotografias aéreas da área permitiram ao arqueólogo Wagner Bernal, da Fundação Cultural de Jacareí, mapear um total de 18 manchas, conforme nos mostra a **Figura 06**. Neste sentido, o sítio teria uma área aproximada de 400.000 m².

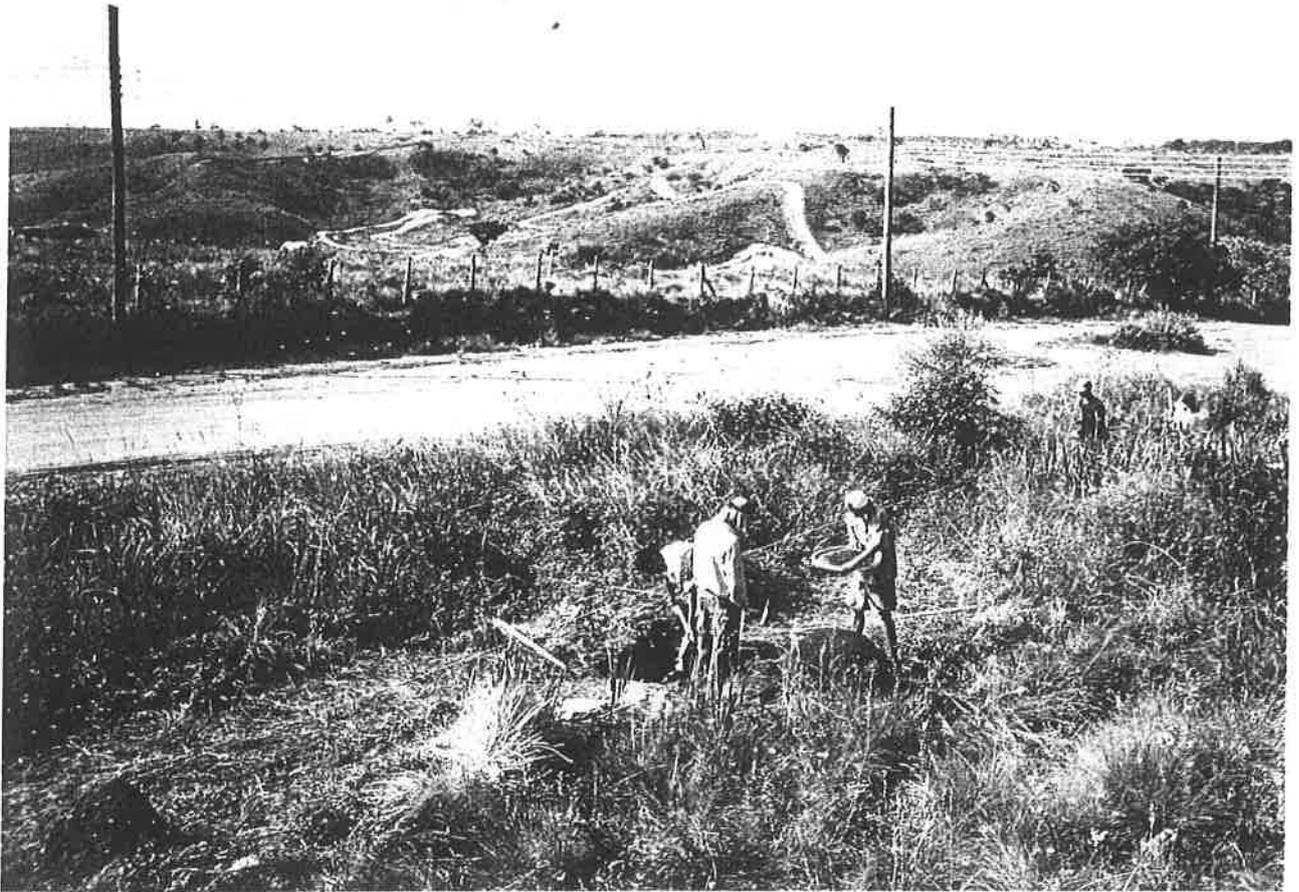


Foto 1 - Para implantar sua aldeia, os antigos moradores de Santa Marina escolheram um grande platô, contando com ampla visibilidade da região.

Pela observação de alguns cortes nos terrenos, provocados pela abertura das ruas, construção de alicerces e pela ação de erosão, foi possível verificar que o sítio Santa Marina é relativamente raso. Tanto a terra mais escura das manchas como os vestígios materiais associados (fragmentos de vasilhas cerâmicas, pedra lascada, restos de fogueira) apareciam da superfície até 20 a 30 cm de profundidade. O sítio apresentava; portanto, vestígios de apenas uma ocupação indígena, relacionada aos grupos portadores de cerâmica Tupiguarani.

De um modo geral, a colina onde o sítio Santa Marina está implantado apresenta um solo argiloso marrom-amarelado. O solo se apresenta bastante compactado, o que deve ter resultado, em grande parte, de seu uso como pasto, até há pouco tempo atrás. De fato, muitas manchas se encontram ainda recobertas por capim de pastagem, dificultando sua observação em superfície (foto 2).

Fragmentos de cerâmica, muitas vezes com decoração pintada ou plástica, podem ser observados ao longo de boa parte das ruas que cortam a colina. Montes de terra depositados pelos tratores também trazem várias peças, comprovando de forma bastante clara a presença de um extenso sítio na área.

O sítio se encontra em perímetro urbano, sendo a área atualmente dividida por três proprietários: o Loteamento Santa Marina, implantado pela Monaco Siani Empreendimentos Imobiliários Ltda.; a Companhia de Vidros Santa Marina (Cebrace); e a J.B. Reynolds LATASA/Pirelli. A área é cortada ainda por diversas vias.

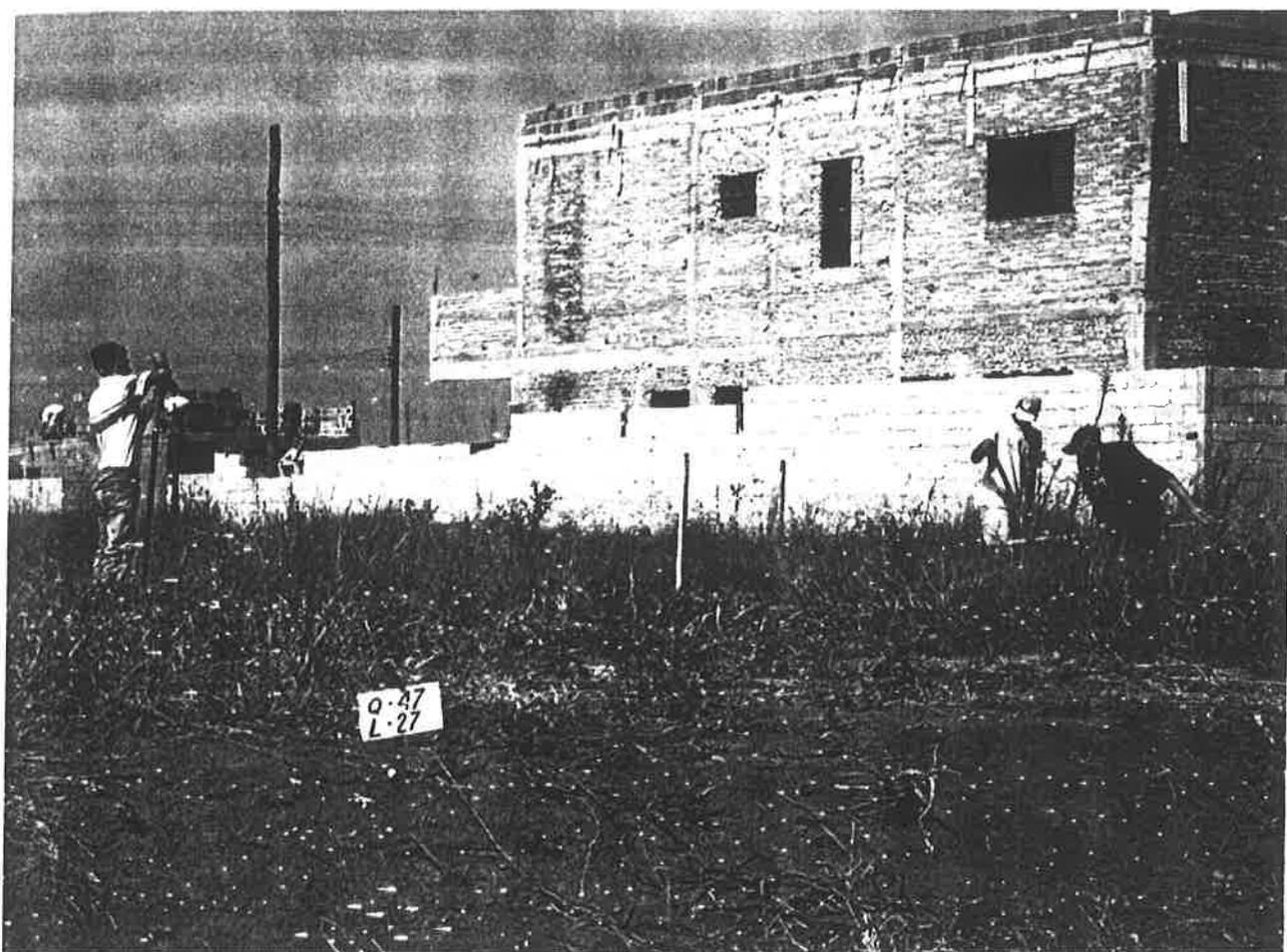


Foto 2 - Vários fatores concorreram para a descaracterização do sítio arqueológico desde o seu abandono até os dias atuais. No passado, a área foi cultivada e arada, passando a ser utilizada para pastagem. A retirada da vegetação rasteira constituiu a primeira etapa da limpeza necessária para o início da pesquisa arqueológica.

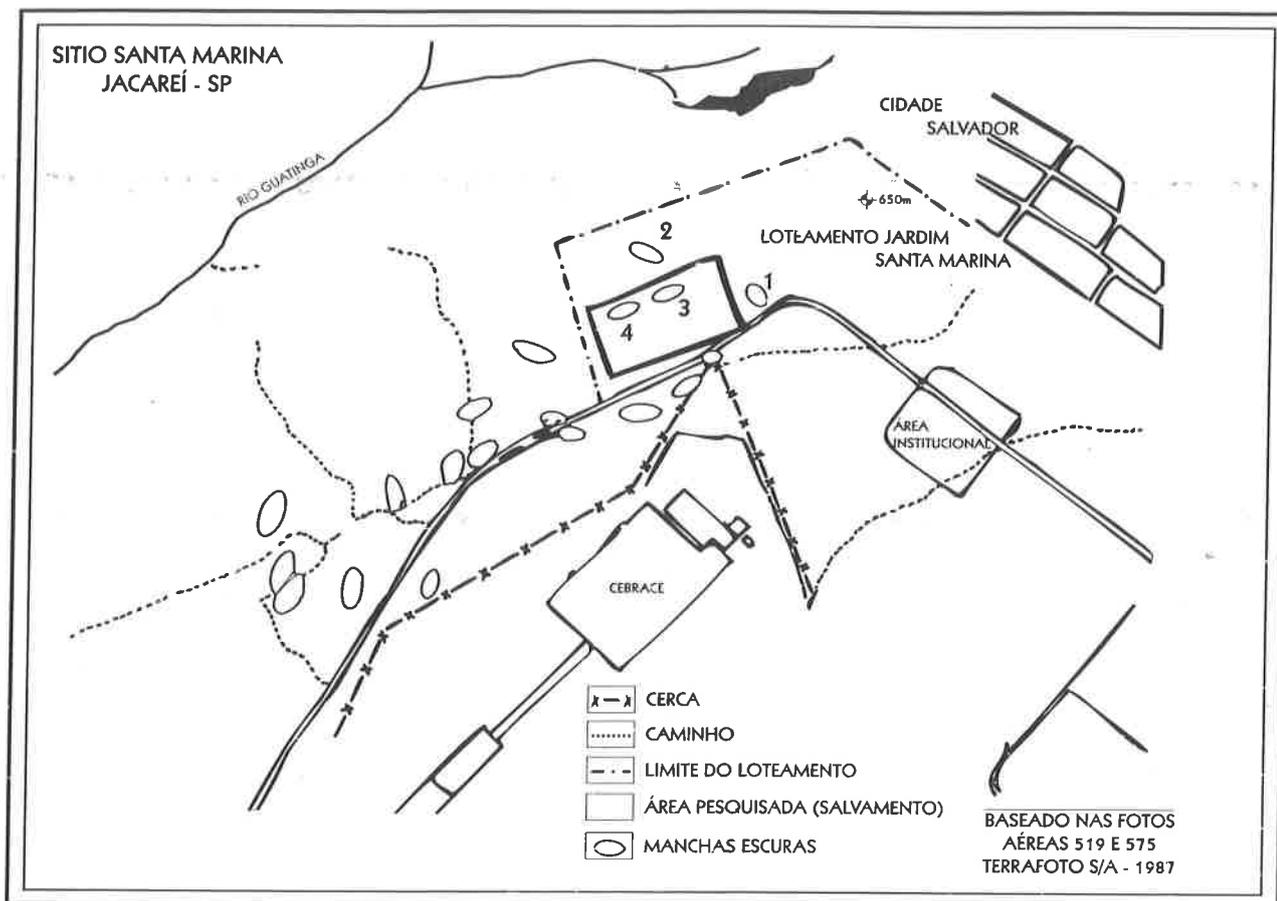


Fig. 6 - Distribuição das manchas de terra escura no sítio Santa Marina. Identificação realizada por meio de análise de fotos aéreas, a cargo de Wagner G. Bernal e Cláudia M. Queiróz/Fundação Cultural Jacarey).

Das 18 manchas escuras inicialmente identificadas no sítio, apenas 4 estão localizadas na área do Loteamento, correspondendo às Manchas 1, 2, 3 e 4 (Fig. 6). As demais se encontram nos terrenos da Cebrace e LATASA/Pirelli.

Quando do início de nossas pesquisas no sítio, as manchas que apresentavam pior estado de conservação eram as de número 1 a 4, uma vez que se encontravam em meio a terrenos já significativamente alterados para construção de casas. Este fato impunha a adoção de metodologias de trabalho de campo que, tanto viabilizassem a pesquisa em meio aos lotes, quanto o reconhecimento de estruturas arqueológicas melhor conservadas.

Por outro lado, o fato de existirem outras 14 manchas arqueológicas espalhadas pelo restante da colina, e que, a princípio, parecem apresentar melhor estado de conservação, representa para nós, arqueólogos, um "celeiro de dados", onde a continuidade da pesquisa, em momento oportuno, poderá testar e enriquecer as hipóteses levantadas por esta investigação, adicionando um maior conhecimento sobre a ocupação indígena que ali se desenvolveu.

CAPÍTULO 2

CONCEITUAÇÃO GERAL DA PESQUISA

Como vimos anteriormente, na área do Loteamento Imobiliário estão localizadas 4 manchas (manchas 1 a 4). Conforme o "Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta", expedido pelo Ministério Público Federal em 05.12.1997, os vestígios arqueológicos com risco de destruição estariam relacionados às Manchas 3 e 4, localizadas nas Quadras 42, 43, 44, 45, 46 e 47 do Loteamento (Fig. 7). Nelas deveriam ser desenvolvidos trabalhos de levantamento e resgate arqueológico. Passaram, portanto, a corresponder à nossa área de atuação.

A conceituação geral da pesquisa esteve voltada para o desenvolvimento do que a literatura arqueológica internacional denomina "Household Archaeology"¹², ou seja, a pesquisa sistemática do espaço interno do sítio, objetivando recuperar informações relacionadas à sua estrutura e funcionamento.

A aplicação desta metodologia se mostra especialmente interessante no caso do sítio Santa Marina por diferentes razões. Em primeiro lugar, porque sua própria morfologia (aldeia elipsóide contendo diversas manchas pretas) indica a presença de locais de atividade, cuja estruturação, conteúdo e variações fornecem dados relativos à própria organização do grupo indígena que ali se desenvolveu. Assim, um primeiro reconhecimento do padrão de organização do espaço interno da aldeia Santa Marina constituiu nosso objetivo de pesquisa.

Por outro lado, na própria Arqueologia Brasileira o conhecimento sobre a ocupação relacionada a grupos portadores de cerâmica Tupiguarani ainda é bastante restrito, geralmente relacionado a descrições genéricas da indústria cerâmica e dados esparsos sobre tamanho, morfologia e implantação do sítio.

¹² Para uma bibliografia do assunto vide, entre outros, Blanton 1994, Kent 1990, Kroll & Price 1991, Shermann et alii 1991, Watthenmaler 1994, Wilk 1991, Bermann 1994, Rogers & Smith 1995, Donley-Reid 1990, Aldenfelder 1993, Arnold 1990, Manzanilla & Barbra 1990.

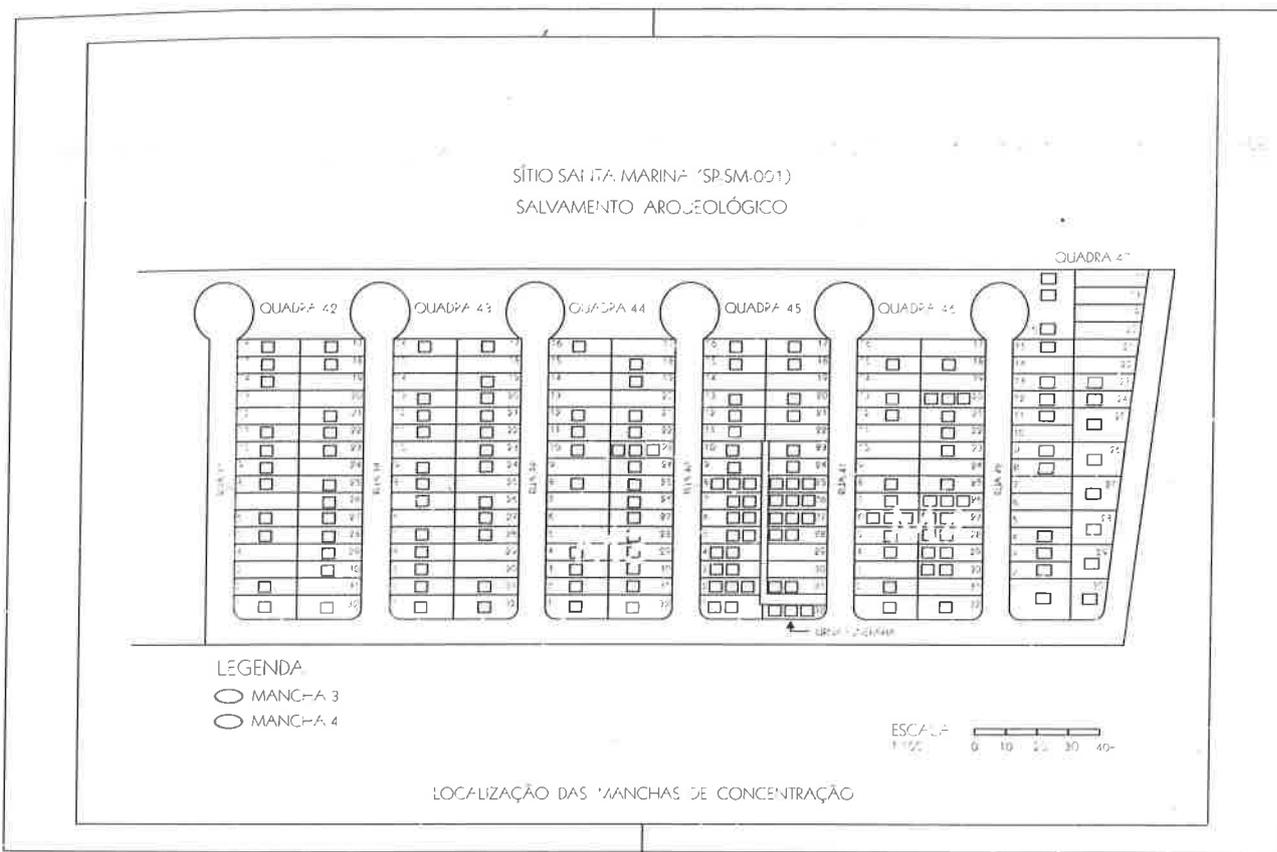


Fig. 7 - Posição das manchas de terra escura na área do Jardim Santa Marina, submetida a salvamento arqueológico.

No Estado de São Paulo, pesquisas foram desenvolvidas em sítios localizados, no planalto, no vale do Tietê (Maranca et alii 1994), Paranapanema (Pallestrini 1981/82, 1968/69; Vilhena de Moraes 1975, Thomaz 1995; Faccio 1992; Goulart 1982) e Mogi-Guaçu (Pallestrini 1980/1; Caldarelli 1983; Morais 1995) e, no litoral, em Ubatuba (Uchôa & Garcia 1976; Uchôa, Scatamacchia & Garcia 1984) e Iguape (Krone 1914; Scatamacchia & Uchôa 1993).

Os trabalhos foram feitos seguindo a metodologia do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica), implantado na década de 60 e voltado para a identificação extensiva de sítios e classificação geral de seus vestígios materiais. Seus resultados, embora tenham permitido conhecer a Arqueologia de grandes áreas, forneceram dados extremamente amplos e, na maioria das vezes, incompletos. Algumas pesquisas, ao contrário, seguiram a metodologia francesa de escavação sistemática de sítios, resultando em dados mais precisos, apesar de limitados a sítios isolados e explorado a variabilidade da cultura material a partir de uma quantidade reduzida de atributos (para uma revisão crítica da bibliografia vide Robrahn-González 1997).

Fora de São Paulo, a metodologia de Household Archaeology vem sendo aplicada com sucesso para sítios do Brasil Central (sítio Guará e GO-RV-66 - Wüst 1996, 1997), levando à colocação de importantes questões sobre a ocupação das áreas, permitindo que a discussão arqueológica vá além da classificação de vestígios materiais e localização dos sítios no tempo e no espaço e traga contribuições mais significativas, tanto em termos científicos, culturais como educativos.

No caso do sítio Santa Marina, uma vez que se definiu a realização de pesquisa para as Quadras 42 a 47, não estaríamos

lidando com o total da área do sítio, o que certamente traria implicações ao alcance das discussões e resultados. Por outro lado, estas quadras correspondiam, certamente, à porção do sítio que sofreu maior intensidade de intervenções antrópicas. A metodologia definida para os trabalhos de campo teve, assim, de se adequar à estas particularidades.

Entretanto, a abordagem que aqui se define contribui para uma análise mais embasada do próprio significado do sítio, bem como da variabilidade de seus componentes. De resto, sem dúvida, permite levantar uma série de questões sobre a ocupação indígena que se desenvolveu no vale do Paraíba, considerando, por um lado, os poucos sítios atualmente conhecidos, e, por outro lado, a necessidade cada vez maior de trabalhar com este patrimônio.

Dentro de todo este contexto, os procedimentos adotados em campo privilegiaram as investigações em profundidade (ou sub-superfície), tendo-se desenvolvido o salvamento do sítio principalmente através da abertura sistemática de sondagens. Nos lotes que apresentavam melhor estado de conservação foram feitas, ainda, coletas de superfície.

Este conjunto de ações se adequou de forma bastante satisfatória ao objetivo da pesquisa, uma vez que está voltado à recuperação de estruturas no sítio, procurando discutí-lo enquanto espaço de atividade para os grupos indígenas que ali estiveram. Como veremos no transcorrer do texto, foi possível identificar e recuperar estruturas arqueológicas como enterramentos humanos, fogueiras, áreas de lascamento e áreas de confecção de vasilhas cerâmicas. Por outro lado, foi também possível checar, através dos trabalhos de sondagem, a própria existência e delimitação das manchas escuras, inicialmente identificadas a partir de mapas e fotografias aéreas.

intactos
pg 29

CAPÍTULO 3

OS TRABALHOS DE CAMPO

Os trabalhos de campo se desenvolveram nas Quadras 42, 43, 44, 45, 46 e 47 do Loteamento Santa Marina. Cada uma destas Quadras é dividida em 32 lotes (apenas a Quadra 47 tem 30 lotes). A maioria dos lotes mede 12,6 m de comprimento por 6m de largura, fornecendo uma área total de 126 m². Somam, no total, 190 lotes, com uma área global aproximada de 23.940 m².

Em termos práticos, os trabalhos de campo foram projetados e desenvolvidos em 3 fases.

A **primeira fase** consistiu no reconhecimento das possibilidades de pesquisa do sítio. Isto foi feito a partir de observações tanto em superfície (pela presença de vestígios arqueológicos no solo), como em profundidade (pela análise de perfis estratigráficos em diferentes cortes dos terrenos e ruas).

O estado de conservação de toda esta área se mostrou, desde o início, bastante crítico. Uma primeira visita de reconhecimento ao local permitiu a divisão dos 190 lotes em 4 categorias básicas (**fotos 3 e 4**):

- *lote vazio*, correspondendo aos locais que ainda não haviam sido realizados trabalhos de construção. Em uma escala de avaliação, corresponderam aos lotes com bom potencial para pesquisa,
- *lote em fase inicial de construção*, ou seja, onde as intervenções ainda eram bastante reduzidas (início dos baldrame ou muros) ou médias (início das paredes). Corresponde aos lotes que permitiam, ainda, a realização de pesquisas;

Foto 3 - Os pesquisadores iniciam a abertura de sondagens em lote ainda desocupado.

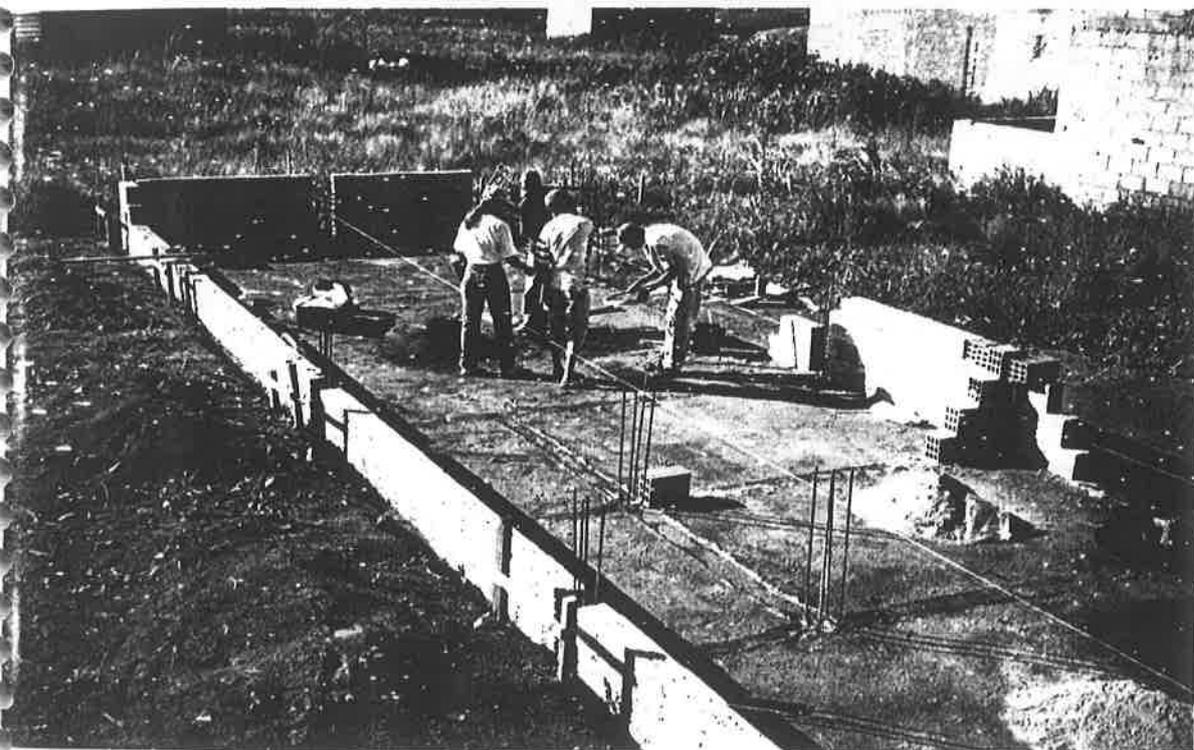
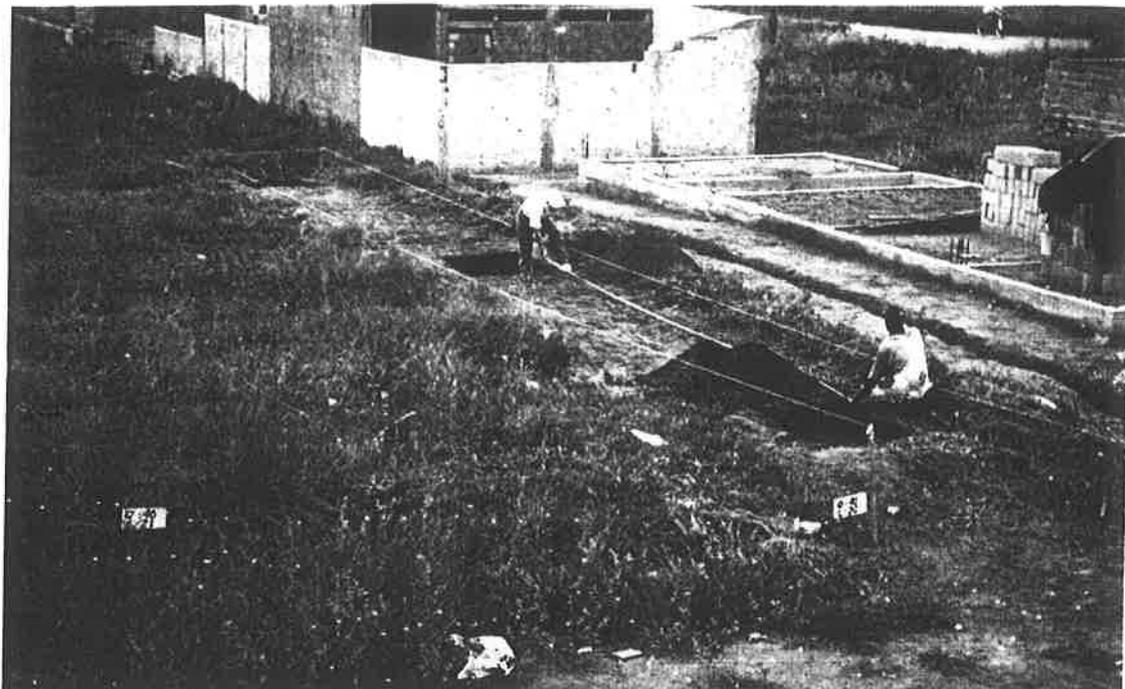


Foto 4 - Para o estudo do sítio arqueológico, os pesquisadores se valeram de todos os espaços vazios ainda existentes no loteamento, inclusive, aqueles em fase inicial de construção.

- *lote em fase adiantada de construção*, correspondendo às habitações já em fase de acabamento (telhadas e com contra-piso). Nesta fase, os lotes tornavam a pesquisa inviável;

- *lote ocupado*, com habitação concluída ou em fase de conclusão. Tornavam, igualmente, a pesquisa inviável.

A primeira avaliação da área de pesquisa mostrou que 51 lotes, ou 26,8% do total, mostravam-se, desde o início, inviáveis para a pesquisa (lotes em fase adiantada de construção ou lotes ocupados), enquanto os 73,2% restantes reuniam condições de estudo (lotes vazios ou lotes em fase inicial de construção) (Fig. 8). Estes lotes se encontravam aleatoriamente distribuídos pelas Quadras, seguindo-se em diferentes combinações de conservação: por exemplo, um lote vazio, seguido por um totalmente construído, vindo depois um em fase inicial de construção, novamente um construído, e assim por diante.

O mau estado de conservação do sítio em superfície, bem como o fato de já ter sido consideravelmente alterado em vários pontos também em profundidade (pela abertura de vias, abertura de valas para fundação das casas, e pela própria ação da erosão nas encostas) restringia nossas expectativas em encontrar estruturas intactas no subsolo. Para checar esta situação, demos início à **segunda fase** dos trabalhos de campo com o emprego de um GPR (Ground Penetrating Radar), sob responsabilidade do geofísicos Rinaldo M. Marques e Otávio B. C. Gandolfo.

SÍTIO SANTA MARINA (SP - SM 001)
ÁREA DE ALTO INTERESSE ARQUEOLÓGICO
MAPA DE USO E OCUPAÇÃO ATUAL

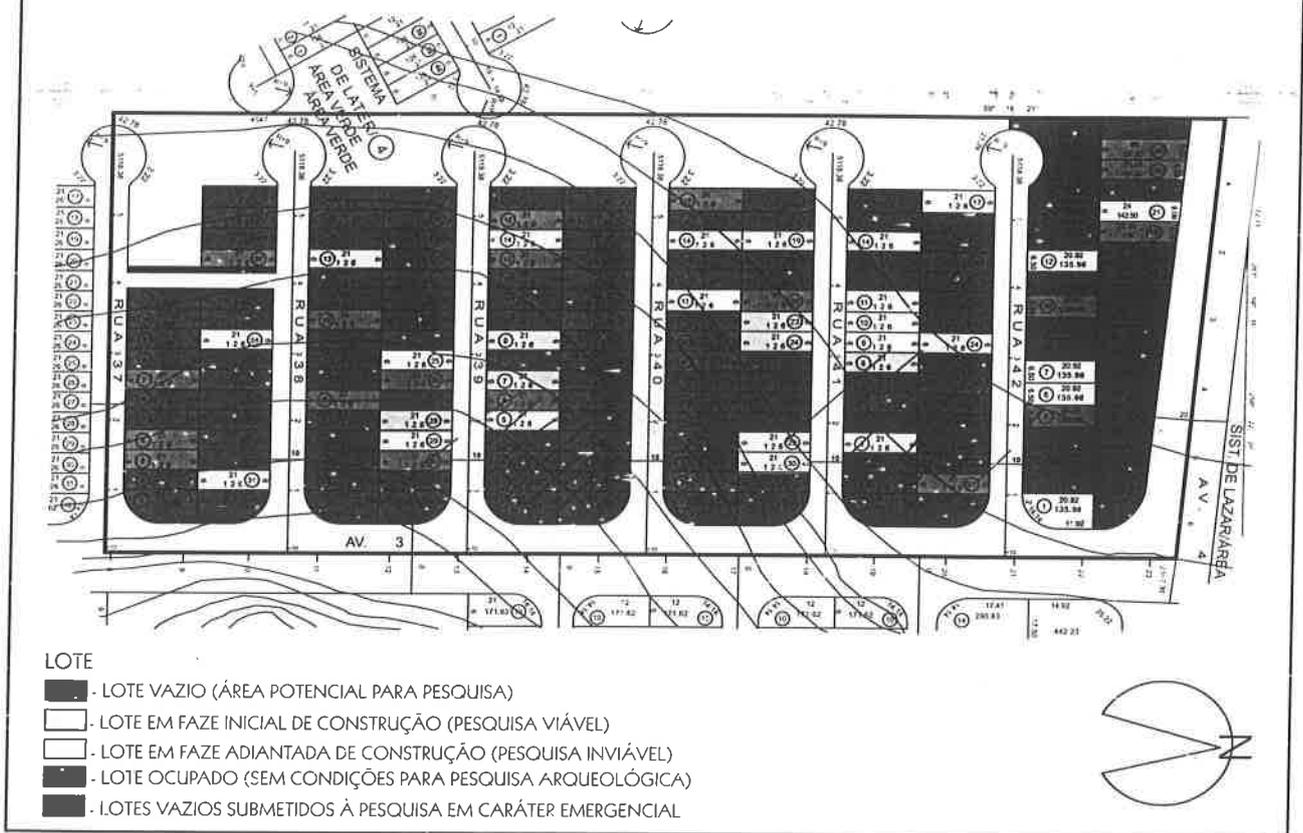


Fig. 8 - Mapa de uso e ocupação do Jardim Santa Marina, desenvolvido para avaliação das áreas com potencial para a pesquisa.

O GPR é uma técnica indireta de investigação do subsolo que pode, em determinadas circunstâncias, orientar a campanha de escavações arqueológicas. Por ser uma técnica geofísica de alta resolução a pequenas profundidades (não invasiva), detecta a presença de corpos e estruturas metálicas enterradas, fornecendo uma espécie de "Raio X" do solo. Como o GPR é sensível às variações das propriedades dielétricas do subsolo (geralmente causada pela presença de água), é possível a sua utilização também na detecção de corpos não metálicos, desde que exista, entre estes materiais e o meio circundante, suficiente contraste da referida propriedade física. Quanto maior o contraste, mais forte será o sinal de reflexão do radar, como pudemos averiguar.

Esta investigação em profundidade pode auxiliar na localização de estruturas de cerâmica, fornos e enterramentos. O procedimento consiste em utilizar um aparelho emissor de ondas magnéticas que penetram o solo. No momento em que estas ondas atingem um objeto estranho, que apresente um campo magnético diferente daquele observado no solo circundante, é transmitido um sinal elétrico. Este sinal, captado pelo aparelho, aparece indicado como uma alteração de onda exatamente na profundidade em que o objeto foi captado (**Fig. 9**). Um mapeamento dos locais do sítio que apresentam tais distorções permite ao arqueólogo definir áreas de maior potencial de pesquisa, direcionando os trabalhos de escavação.

O aparelho utilizado no sítio Santa Marina é de origem sueca, da marca Ramac, tendo sido utilizadas antenas de 80, 400 e 1 Ghz. Para a leitura do subsolo as antenas podem ser conduzidas em trenós (barquinho de fibra, **foto 5**), rodas (**foto 6**) ou mesmo acopladas a um cavalete de madeira (**foto 7**). Este último se mostrou o suporte mais adequado, agilizando as leituras.

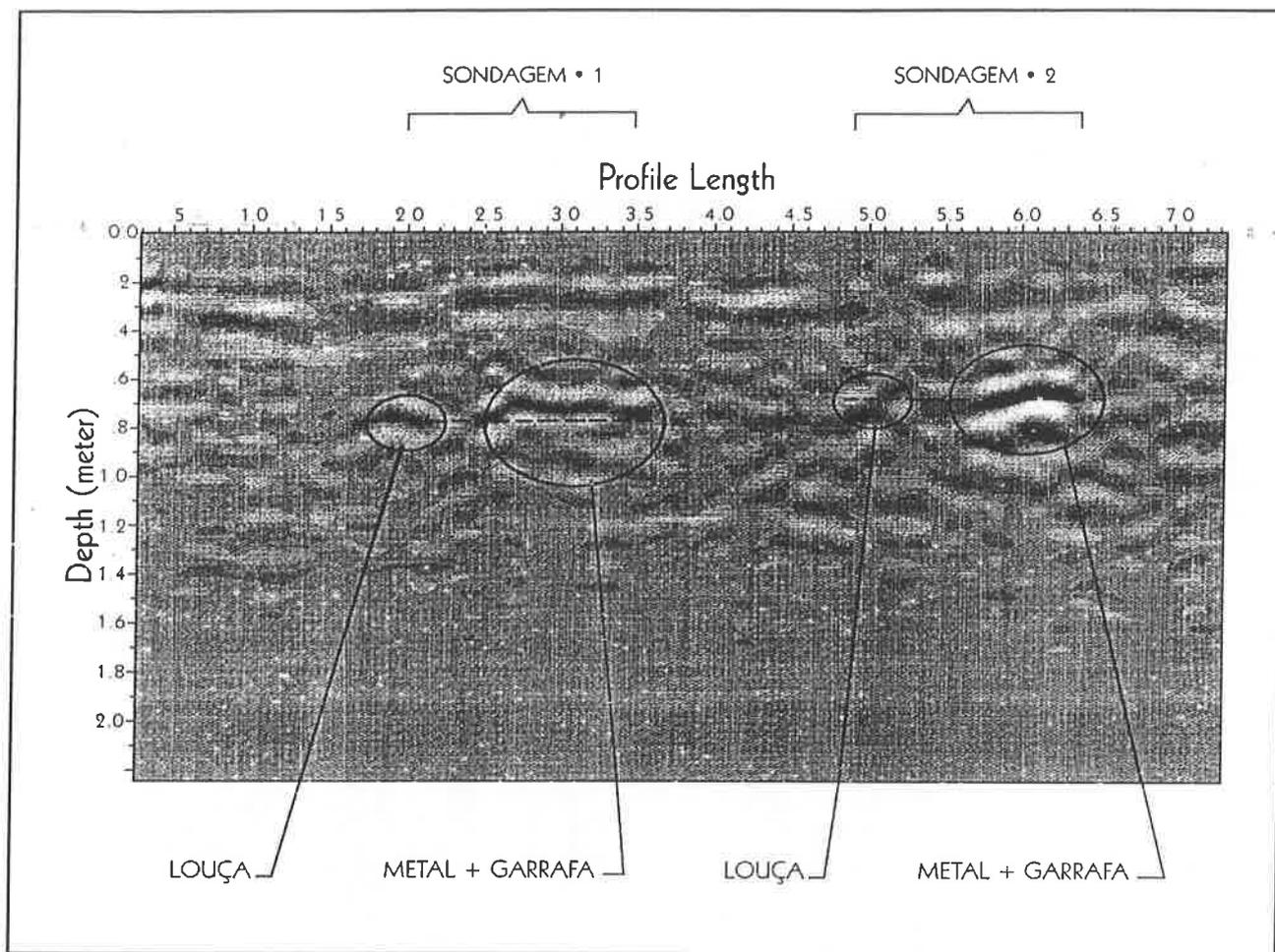


Fig. 9 - Imagem obtida durante a realização de ensaios metodológicos com o GPR. As linhas mais acentuadas acusam exatamente a posição dos objetos previamente enterrados pela equipe. (Fonte: Geopesquisa/Geo-Radar)



Foto 5 - O barquinho de fibra serve de suporte para a antena do GPR, deslizando sobre a superfície que será radiografada, informando ao arqueólogo da possível existência de objetos e estruturas enterradas, agilizando as escavações.



Foto 6 - Foram testadas antenas de diversas potências, acopladas a suportes variados. Nesse caso, a antena desliza sobre um carrinho de rodas. Pela primeira vez em São Paulo, o GPR foi utilizado em pesquisas arqueológicas.

Foto 7 - Os geofísicos utilizaram também outra forma de suporte para a antena do GPR, dessa vez, presa a um cavalete de madeira. Este é o método que se mostrou mais adequado à pesquisa no Santa Marina.

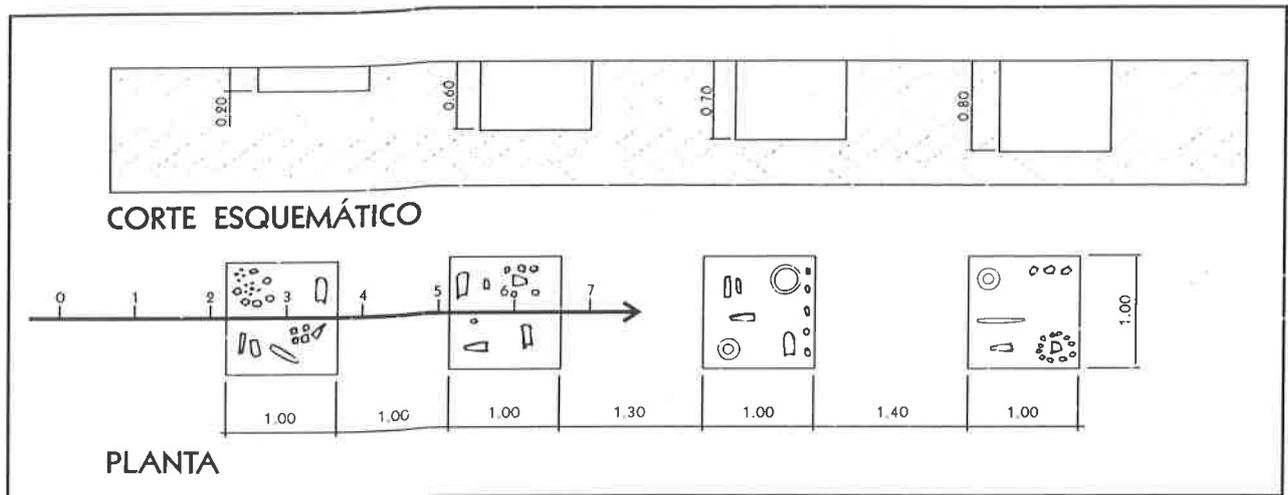


Fig.10 - Planta e corte mostrando a posição dos vestígios enterrados pela equipe para realização de testes e calibragem do GPR.

O kit do GPR é acompanhado de um processador e um computador do tipo "Lap-top", para leitura imediata das ocorrências e anomalias verificadas.

Em um primeiro momento, foi feito um teste com o aparelho, com o objetivo de calibrar as antenas e verificar a forma com que as anomalias arqueológicas (peças em cerâmica e pedra lascada, na grande maioria das vezes) eram sinalizadas (Fig. 10).

O GPR foi então empregado em uma porção da Mancha 4 (Quadra 44), indicando objetos a 20-30cm de profundidade. Esta corresponde, de fato, à profundidade da camada arqueológica.

Entretanto, o grau de alterações que os vestígios apresentavam, naquela Quadra, não permitiu a identificação de áreas específicas de interesse. Todos os pontos indicavam anomalias magnéticas, ou seja, a presença de vestígios arqueológicos espalhados pelos terrenos. Algumas anomalias de porte um pouco maior indicaram a presença de áreas de concentração de cerâmica, mas sem que correspondessem a estruturas de maior porte.

Este resultado comprovou o alto índice de alterações que os vestígios arqueológicos sofreram nesta porção do sítio. Não seria possível, desta forma, focar as escavações em apenas um ou outro ponto do sítio que apresentasse maior potencial, mas sim trabalhá-lo como um todo, de forma sistemática.

Dentro de todo este contexto, a **terceira etapa** dos trabalhos consistiu em definir uma metodologia que, mesmo lidando com um sítio mal conservado, permitisse a identificação de possíveis estruturas que tivessem se mantido ao longo do tempo, mesmo que não apresentando um padrão reconhecível de distribuição pelo espaço interno do sítio.

A opção mais adequada foi inserir uma malha regular de quadriculamento na área (Quadras 42 a 47) e proceder à abertura de sondagens sistemáticas, de forma a cobrir toda sua extensão e ter possibilidades probabilísticas de evidenciar estruturas. Com intervalos regulares (5m de distância entre si) e tamanhos padronizados (1m²), estas sondagens forneceram um controle amostral sobre o sítio, permitindo abordá-lo em toda sua extensão e variação.

Procurando mais uma vez controlar todas as variáveis que pudessem ocorrer, bem como checar os próprios resultados oferecidos pelo GPR, realizamos, nos primeiros 10 lotes investigados, uma sequência de 3 sondagens por lote (localizados na Quadra 44 lote 23, Quadra 45 lotes 2, 8, 25, 26, 27 e 32, Quadra 46 lotes 6, 20 e 26 – **Foto 8**). Como resultado, tivemos que os dados fornecidos pelas 3 sondagens no lote não apresentavam variações, repetindo-se tanto em termos quantitativos como qualitativos.

Com o objetivo de checar novamente estas condições, em outros 13 lotes foram realizadas 2 sondagens por lote (Quadra 42 lote 26; Quadra 45 lote 1, 3, 4, 5, 6, 7, 28 e 31; Quadra 46 lote 27, 28, 29 e 30). Os resultados anteriores se repetiram.

A partir daí, projetamos a abertura de uma sondagem em cada lote que apresentasse condições de pesquisa. Esta sondagem foi posicionada sempre no centro do lote, mantendo equidistância dos limites do mesmo (**Foto 9**).

Por fim, as sondagens que acabaram fornecendo estruturas (fogueiras, concentrações de material e urna funerária) tiveram suas áreas ampliadas conforme a necessidade, de forma que a estrutura pudesse ser evidenciada como um todo.



Foto 8 - Vista das sondagens
abertas no interior do Lote
06 da Quadra 46

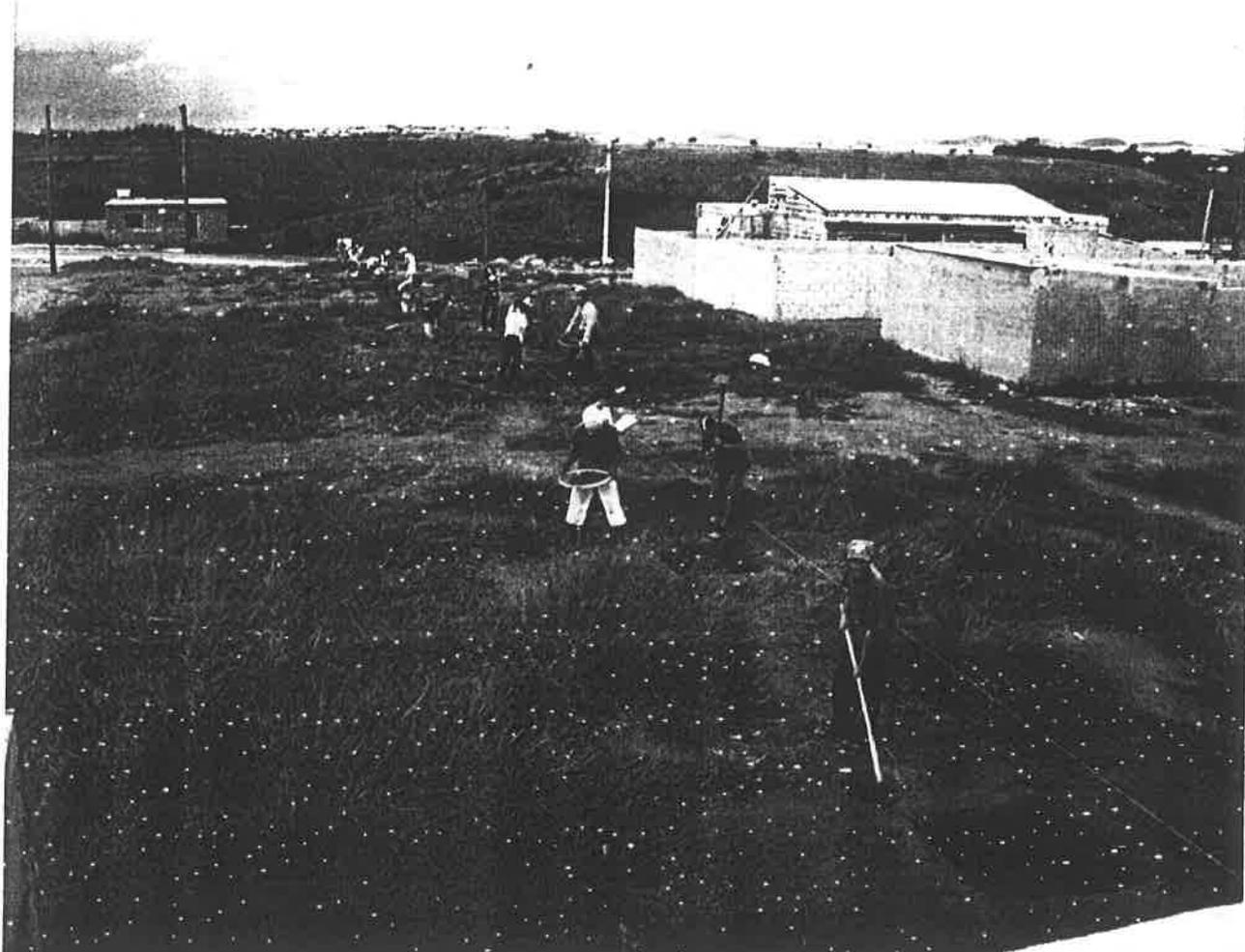


Foto 9 - A pesquisa avança no Jardim Santa Marina. Os arqueólogos realizam sondagens no centro de lotes desocupados.

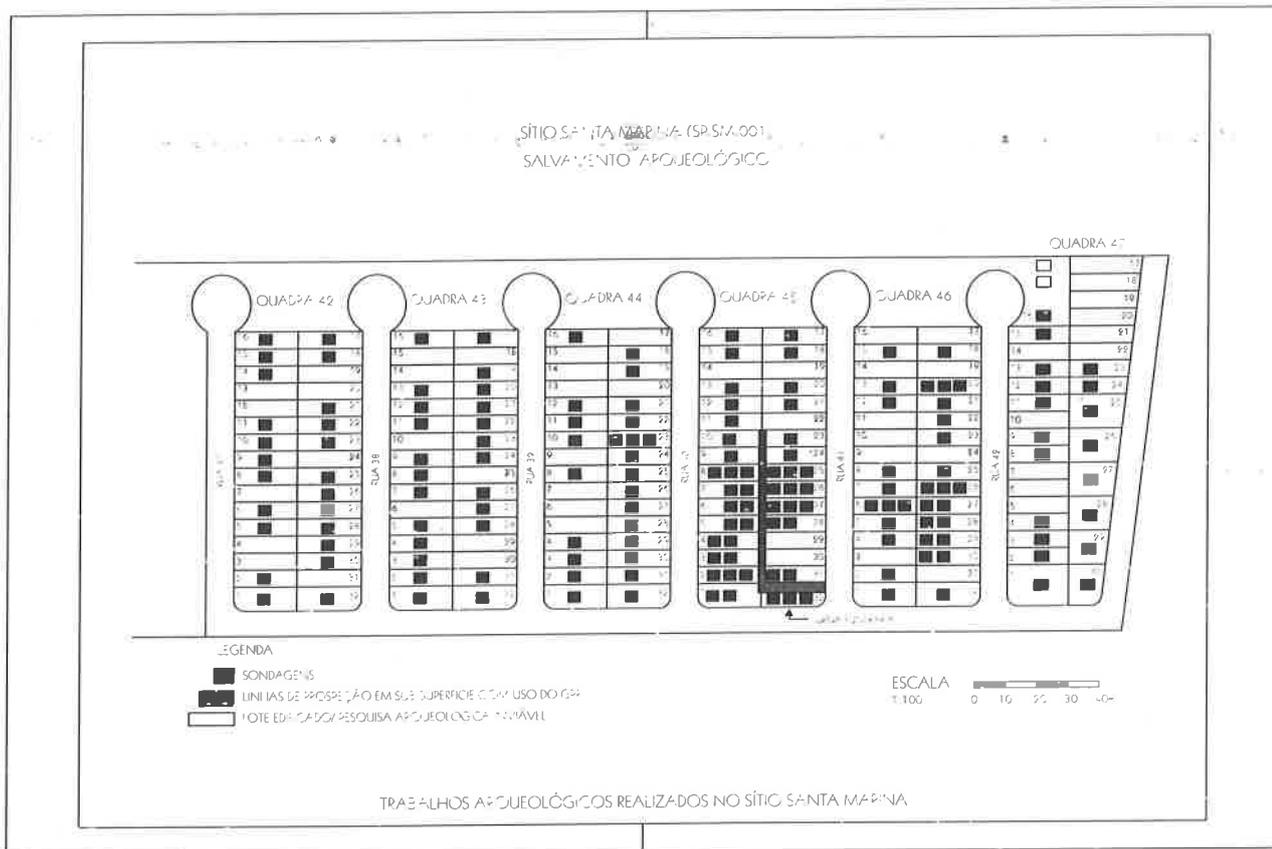


Fig. 11 - Planta indicando os trabalhos arqueológicos realizados no Jardim Santa Marina. Os quadrados visíveis em azul indicam a posição das sondagens.

O conjunto destas intervenções resultou em um total de 185 m² escavados (Fig. 11). Como se vê, a metodologia adotada privilegiou a dimensão horizontal do sítio: em vez da equipe se concentrar na escavação de uma área específica do sítio, a opção recaiu em distribuir as sondagens por toda a área a ser impactada, contemplando uma grande extensão de terreno. O objetivo principal era a recuperação das relações espaciais entre os artefatos e as estruturas, evidenciando atividades humanas desenvolvidas pelo grupo indígena que ocupou o sítio. Em segundo lugar, procurava-se ainda identificar variações entre estas atividades, que pudessem constituir os primeiros indicadores de variações na organização do espaço interno do sítio. Tais dados permitem ao arqueólogo, em um segundo momento, discutir aspectos relacionados à hierarquização entre os membros da comunidade, seja no que se refere à divisão de trabalho, seja no que se refere a uma própria hierarquização social e política entre os indivíduos.

As escavações se procederam através da evidenciação, documentação e coleta dos vestígios materiais e/ou estruturas apresentadas pelas áreas (foto 10). Uma vez que toda a colina onde o sítio se encontra já havia sofrido uma série de intervenções que revolveram, em grande parte, a camada em que o material arqueológico ocorre (uso de arado para agricultura e formação de pasto, abertura de ruas, construções, etc.), o método de escavação mais adequado foi de rebaixar o solo em níveis artificiais de 10 em 10 cm (foto 11). Cada vez que uma estrutura era evidenciada (como por exemplo uma fogueira ou um ponto de concentração de cerâmica), o trabalho era mais detalhado, tarefa executada com instrumentos leves como pinceis e espátulas, procurando-se recuperar solos de ocupação (foto 12).

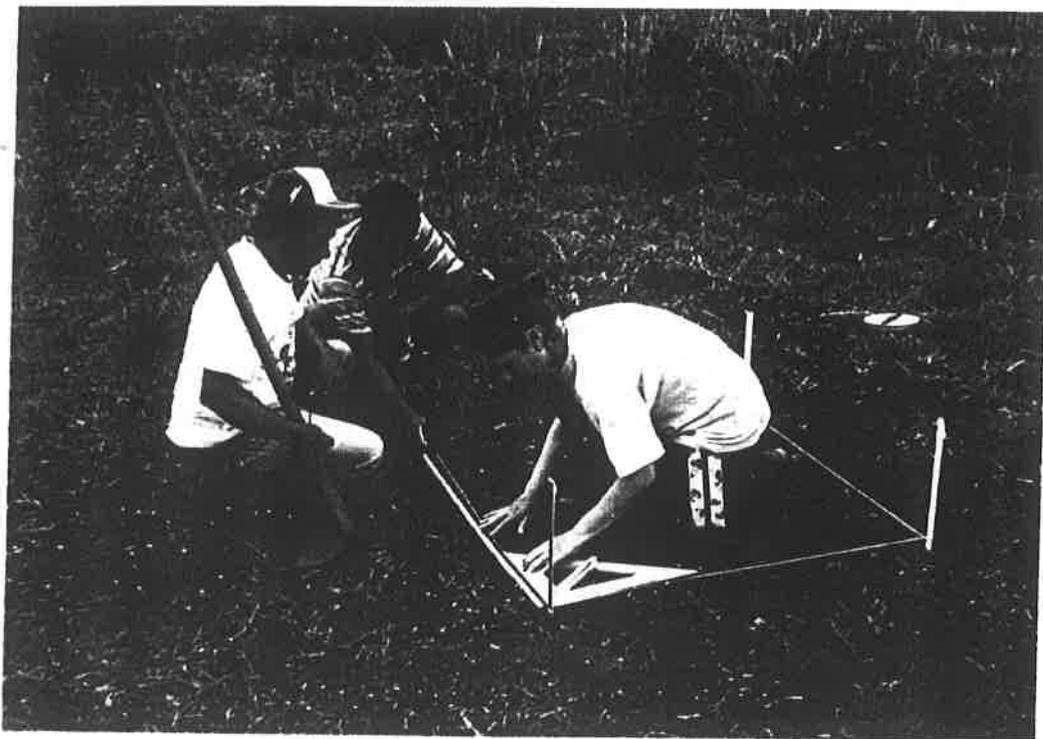


Foto 10 -
Pesquisadora da equipe
de arqueologia demarca
o local onde será
aberta uma nova
sondagem. Conta com
o auxílio de jovens
moradores do bairro,
contratados para os
trabalhos de campo.

Foto 11 - A investigação
arqueológica exige atenção e
cuidado para que todo tipo de
informação presente no sítio seja
documentada. Junto da mancha
de terra mais escura, aparecem
fragmentos de cerâmica.



Foto 12 - Arqueólogo evidencia, com o auxílio de pincel, um provável nível de ocupação mais recente. O solo compactado (chão de terra batida) sugere a existência de uma pequena casa, já desaparecida. (ocupação recente)

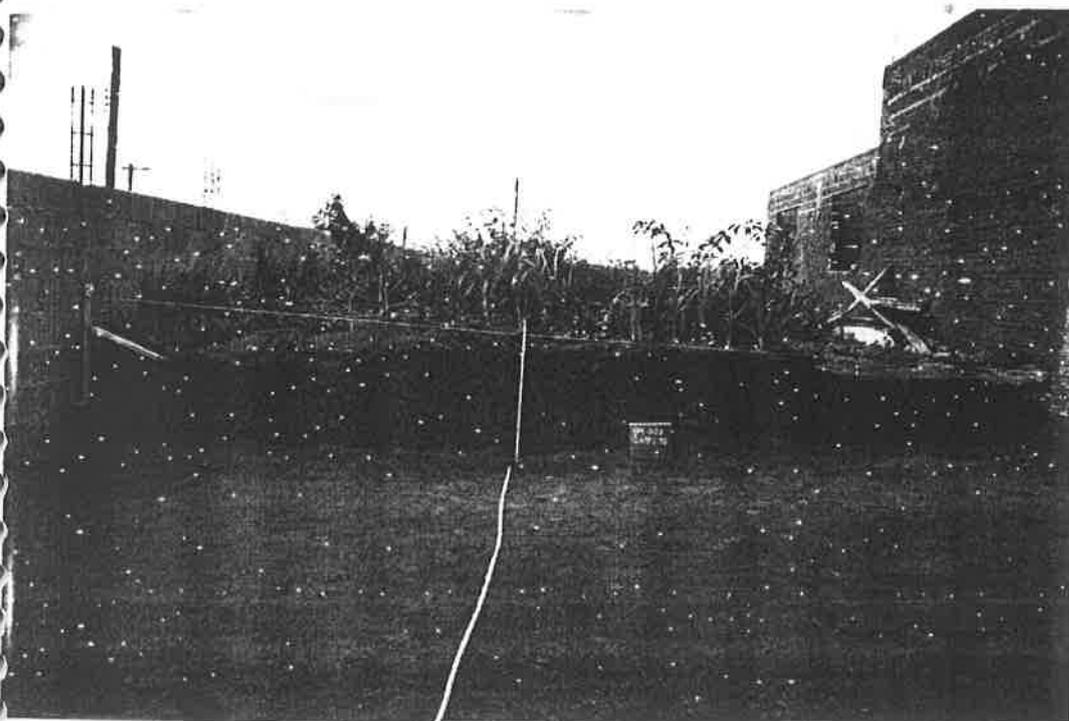


Foto 13 - Para o exame do sítio Santa Marina, os arqueólogos se valeram de todas as interferências anteriormente realizadas. Cortes abertos com tratores, barrancos acertados para construção, valetas cavadas para alicerces, uma vez limpos, servem para analisar as evidências arqueológicas e as características do terreno (estratigrafia).

Para todas as sondagens foram preenchidas Fichas de Escavação, especialmente criadas para o salvamento arqueológico do Santa Marina. Nelas foram anotados todos os trabalhos realizados, os materiais coletados, condições do terreno, localização da sondagem em relação ao lote e observações pertinentes. Procedeu-se também a uma vasta documentação fotográfica de todas as atividades desenvolvidas.

Depois de terminados os trabalhos, todas as sondagens foram devidamente fechadas, evitando qualquer perda ou risco por parte do grande número de pessoas que transitam e habitam a área.

Ainda em campo, procedeu-se a limpeza de uma série de perfis estratigráficos abertos fora da área das sondagens, aproveitando barrancos de terrenos, desníveis derivados da abertura de ruas, por exemplo (**foto 13**). O intuito era checar qualquer possibilidade de alterações no quadro arqueológico, em áreas onde não haviam sido feitas sondagens. Nenhuma variação foi observada.

Por fim, foram realizadas coletas seletivas de material em superfície, correspondendo a peças raramente presentes no sítio, como material lítico lascado ou, ainda, fragmentos cerâmicos de maiores dimensões ou com decoração mais preservada.

Os trabalhos de campo se desenvolveram em 4 etapas, somando um total de 30 dias de atividades.

CAPÍTULO 4

OS TRABALHOS DE LABORATÓRIO

Após cada etapa de campo, foram desenvolvidas diferentes atividades para processamento dos materiais e informações coletados. Estas atividades já foram totalmente concluídas, tendo-se finalizado o processo de organização e curadoria das coleções. O acervo se encontra, hoje, depositado na Fundação Cultural de Jacareí, que mantém sua guarda definitiva.

Durante este período foram ainda desenvolvidos levantamentos bibliográficos, procurando dados de apoio às evidências identificadas em Santa Marina.

Processamento do material lítico e cerâmico

Todo o material cerâmico e lítico (em pedra) coletado passou, inicialmente, por um processo de triagem e lavagem. Este trabalho exigiu especial atenção para não alterar superfícies de peças cerâmicas com decoração pintada, bastante frágeis e, por vezes, solúveis em água (foto 14).

Depois de lavado, o material permanecia pelo menos 48 horas em bandejas para sua secagem completa (foto 15). O próximo passo foi reconstituir os fragmentos que permitiam remontagem (foto 16), de forma que pudéssemos lidar, durante as análises, com peças de maior dimensão possível. Neste procedimento, receberam atenção especial a urna e o vasilhame encontrado em seu interior, que permitiram atingir o maior número de colagem de cacos. Algumas destas peças já fazem parte, inclusive, da exposição museológica elaborada pela Fundação Cultural de Jacareí.



Foto 14 - Terminada a atividade no sítio, têm início as análises em laboratório. Os fragmentos de cerâmica são cuidadosamente lavados, sendo preservadas as evidências de pinturas e outras decorações.



Foto 15- Durante a coleta do material arqueológico em campo, os sacos plásticos recebem uma numeração, identificando sua proveniência. Em laboratório, os fragmentos e artefatos ganham um novo número de catálogo. Essa identificação permite que os arqueólogos saibam exatamente a sua localização, pois numeradas, as peças podem ser manuseadas e analisadas, sem que importantes informações sejam perdidas.



Foto 16 - Alguns utensílios puderam ser remontados integralmente. Para esta operação, foram usadas colas adesivas especiais e reversíveis.

Em seguida, as peças foram individualmente numeradas, com o uso de marcadores de nanquim e tinta esmalte. Foram assim concluídas as atividades iniciais de tratamento e registro do patrimônio. O número total de peças curadas foi de:

- 1958 peças cerâmicas
- 5 peças líticas lascadas
- 2 peças líticas polidas

A próxima atividade foi elaborar o "Cadastro das Coleções Arqueológicas do sítio Santa Marina", organizando, de forma sistemática, dados básicos sobre:

- A proveniência das peças: se foram obtidas em coletas de superfície ou na abertura de sondagens e, neste último caso, informa o número da Quadra, do Lote, e o nível estratigráfico de que provém;
- Tipo de material: peças cerâmicas, micro-peças cerâmicas, lítico e micro-peças em lítico. Como micro-peças define-se aquelas que apresentam tamanho inferior a 2 cm;
- Quantidade de peças;
- Número do catálogo;
- Observações gerais.

Terminadas estas tarefas, foram selecionadas peças para registro fotográfico, de forma a obter uma documentação visual da diversidade de características apresentada pela coleção.

Tanto o material lítico quanto o cerâmico passaram, então, a serem analisados, observando-se uma série de atributos tecnológicos,

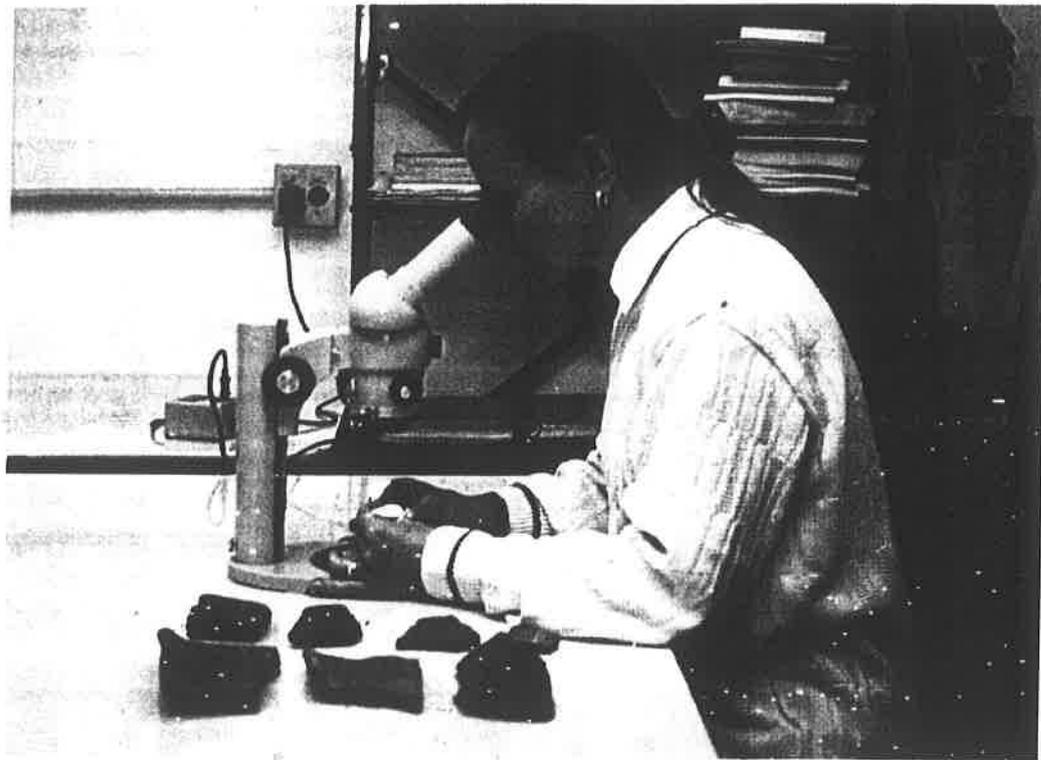


Foto 17 - Arqueóloga utiliza lupa binocular para examinar quais materiais foram adicionados pelos indígenas à argila que usam para o fabrico de seus utensílios.

Foto 18 - É possível conhecer a forma exata de muitas das vasilhas fragmentadas encontradas no sítio. A ZANETTINI vem se utilizando, inclusive, de softwares para a reconstituição das peças em computador.



morfológicos e estilísticos (foto 17). Foram feitos ainda os desenhos dos fragmentos de borda e de base coletados. Por meio de uma técnica específica, estes desenhos permitiram reconstituir a forma das vasilhas existentes no sítio, descritas mais adiante (foto 18).

Organização do acervo documental

Uma série de atividades foram desenvolvidas em laboratório para organizar e processar o conjunto de dados documentais coletado durante as etapas de campo. Entre elas, podemos destacar:

- Complementação da Ficha de Sítio seguindo o modelo oficial do IPHAN, de forma a introduzi-lo no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos.
- Elaboração dos mapas, perfis e plantas de sítio primeiramente em papel vegetal, para serem posteriormente "scaneadas" ou digitalizadas em computador. Estes documentos reúnem dados sobre a topografia do sítio, distribuição das manchas no espaço da aldeia, localização das quadras trabalhadas, inserção do quadriculamento e das sondagens abertas e distribuição dos vestígios arqueológicos pela área do sítio.
- Organização do acervo fotográfico da pesquisa, com elaboração de Catálogo de Fotos e Slides..

Além destas atividades, foi ainda realizado todo um levantamento bibliográfico sobre os seguintes temas de interesse: pesquisas arqueológicas realizadas no vale do Paraíba e regiões

próximas; pesquisas históricas e etnográficas existentes sobre a ocupação indígena do vale em período colonial; descrições sobre o ambiente físico da área de estudo. As informações coletadas a partir deste levantamento permitiram elaborar quadros de referência e contextualização, fundamentais para desenvolver uma série de discussões, apresentadas em diferentes pontos deste livro.

Processamento do material para datação

Durante todo o trabalho de escavação do sítio foram coletadas amostras de carvão, provenientes de estruturas de combustão (fogueiras – foto 19). As coletas se realizaram em sondagens distribuídas por toda a área trabalhada, bem como em diferentes profundidades, de forma a obter um bom material para processamento.

Em laboratório, receberam o tratamento devido: secagem em estufa, limpeza de elementos intrusivos, pesagem e acondicionamento em papel alumínio.

Três amostras foram selecionadas e enviadas para datação ao Beta Analytic Inc., em Miami, Flórida (EUA), uma vez que não dispomos, no Brasil, de laboratório similar.

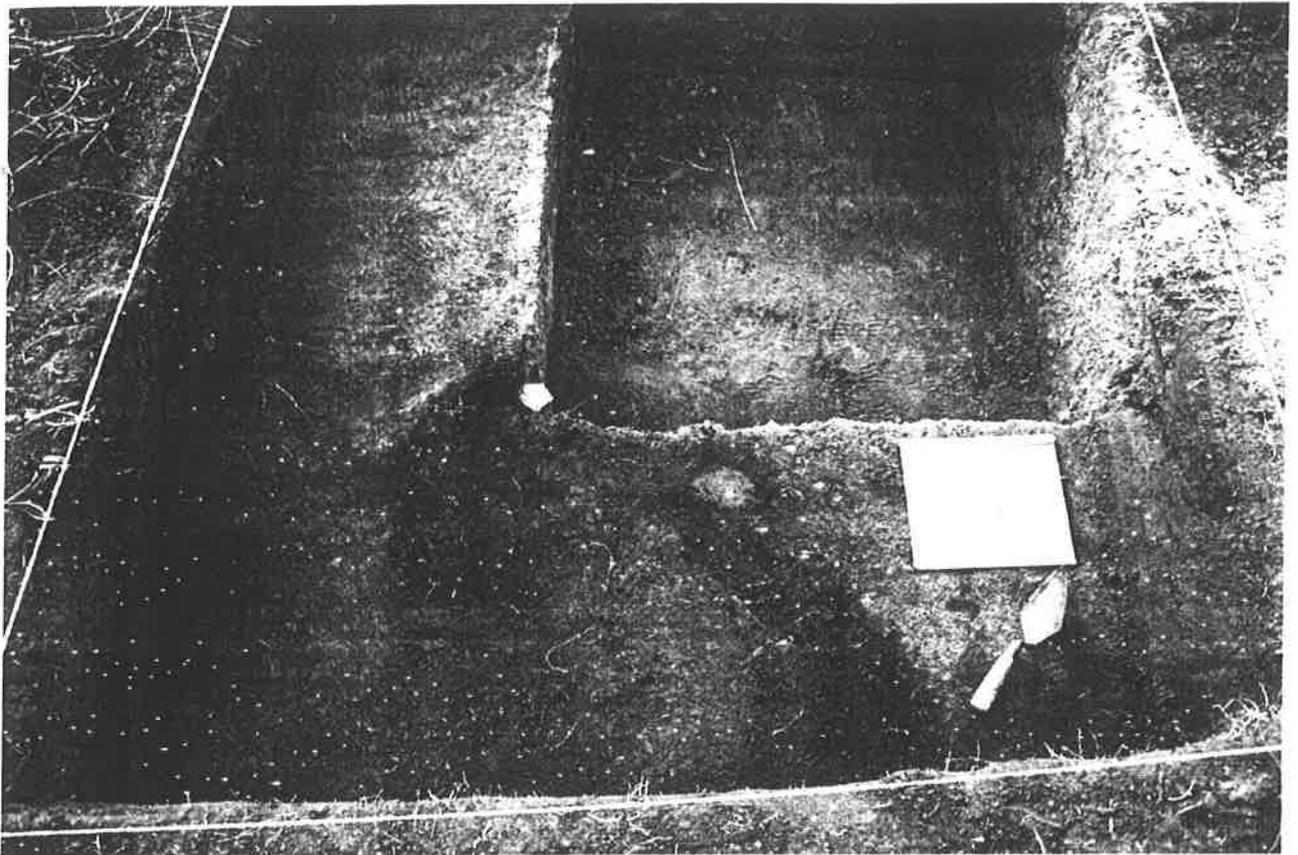


Foto 19 - Os pesquisadores encontraram em algumas sondagens indícios de fogueiras. Nota-se, na fotografia, a mancha escura, contendo carvões e restos de cerâmica. Nesta sondagem foram coletados carvões que permitiram datar a época em que Santa Marina foi ocupada.

CAPÍTULO 5

AS EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS DO SÍTIO SANTA MARINA

As pesquisas de campo no sítio Santa Marina forneceram uma coleção total de 1.965 peças. A grande maioria (1958 peças, ou 99,7%) é constituída por fragmentos cerâmicos, havendo apenas 5 peças líticas lascadas (ou 0,2%) e 2 peças polidas (ou 0,1%). Esta situação pode ser bem visualizada na **figura 12**. (gráfico de barras)

A grande maioria deste material se encontrava disperso pela área trabalhada do sítio (**Fig. 13**). Em alguns pontos, entretanto, foi possível identificar estruturas arqueológicas, na forma de áreas de concentração de material. Outros dois tipos de estrutura puderam ser recuperados: fogueiras e um sepultamento em urna. Foram, ainda, feitas análises dos perfis estratigráficos obtidos nas escavações e leitura de cortes das ruas. Passamos em seguida a uma descrição de cada um destes materiais / estruturas, que irão caracterizar a cultura material obtida no sítio.

A indústria cerâmica

A coleção cerâmica produzida nesta intervenção no sítio Santa Marina compreende 1.958 peças, sendo que a grande maioria é representada por fragmentos de vasilhas. As escavações forneceram apenas 2 vasilhas praticamente inteiras, associadas à estrutura de enterramento (descritas mais adiante). Os fragmentos cerâmicos se apresentam bastante erodidos e fragmentados. Correspondem a partes da borda, da base e do bojo de vasilhas.

Contamos ainda com a presença, no sítio Santa Marina, de 3 fragmentos de bolota de argila. Constituem restos de argila selecionada para a confecção de vasilhas, mas que acabaram não sendo utilizados.



Fig. 12 - Gráfico com quantificação dos vestígios arqueológicos coletados.

SÍTIO SANTA MARINA SP-SM-001
Distribuição de material cerâmico por quadra

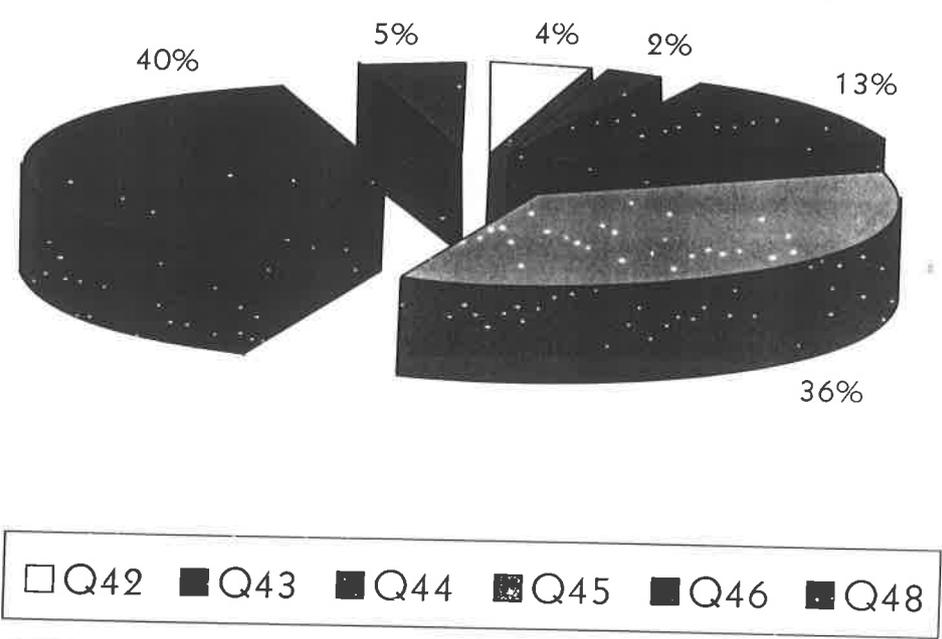


Fig. 13 - Distribuição do material cerâmico pelas quadras do loteamento.

A presença destas peças em sítios arqueológicos comprova que, na área, ter-se-iam desenvolvido não apenas as atividades de uso e descarte das vasilhas, mas também sua confecção.

Em algumas sondagens foi possível identificar áreas de concentração de fragmentos cerâmicos (**Foto 20**). Por vezes, as peças ainda se encontravam articuladas, fazendo parte de um mesmo vaso, que se quebrou no local (**foto 21**). Estas estruturas indicam, em primeiro lugar, que embora a porção atualmente pesquisada do sítio Santa Marina esteja muito mal conservada, ainda permaneceram raras estruturas, que puderam ser identificadas graças à metodologia empregada (malha sistemática de quadriculamento e trabalhos baseados em sondagens de sub-superfície). Por outro lado, a presença de vasilhas praticamente inteiras em determinados pontos do sítio sugere que as áreas de mancha identificadas em Santa Marina poderiam corresponder a zonas de descarte primário dos refugos produzidos.

Já no que se refere à tecnologia de fabricação das vasilhas cerâmicas, identificou-se que a argila coletada recebia um tratamento inicial em que eram acrescentados alguns elementos na massa, com o objetivo de lhe conferir a plasticidade apropriada. Na maioria das vezes, este elemento antiplástico era formado por pequeninos grãos de cerâmica, obtidos através da moagem de pedaços de vasilhas quebradas. Em poucos casos, observou-se apenas o uso de areia como elemento antiplástico.

A técnica de confecção por excelência é a de roletes. O ceramista amassava a argila e formava tiras compridas, que iam sendo sequencialmente enroladas em movimentos circulares. Através da



Foto 20 - Em algumas sondagens foi possível identificar áreas com maior concentração de fragmentos cerâmicos.



Foto 21 - Apesar das inúmeras perturbações ocorridas no subsolo, a pesquisa sistemática levou à identificação de lugares melhor conservados. Neste caso, os fragmentos pertencem a um mesmo pote.

junção dos roletes as paredes da vasilha iam sendo confeccionadas. Terminadas as paredes, o ceramista procedia a um alisamento geral das superfícies interna e externa, dando homogeneidade e acabamento ao contorno. A espessura das paredes variava entre 0,6 a 2,5 cm, predominando as entre 0,8 e 1,5 cm.

As vasilhas eram então queimadas em fornos ao ar livre, o que pode ser identificado através das diferentes marcas deixadas nas peças (marcas de queima incompleta formadas pela presença de núcleos escuros na seção transversal dos fragmentos).

Algumas vasilhas foram decoradas através da técnica de pintura ou da aplicação de motivos plásticos. A decoração pintada podia ser empregada na superfície externa da vasilha, na superfície interna, ou em ambas. Já, a decoração plástica foi observada apenas na superfície externa dos utensílios.

De um modo geral, os fragmentos apresentaram péssimo estado de conservação. Por vezes, até mesmo a presença de decoração plástica era de difícil identificação, o que não dizer, então, da decoração pintada! Esta última podia ocorrer apenas em alguns milímetros da superfície. Certamente, alguns fragmentos perderam completamente seus vestígios, inviabilizando qualquer análise estatística sobre a presença/ausência de decoração na área do sítio.

Os tipos decorativos presentes na coleção podem ser classificados em:

a) Decoração pintada:

- recobrimento da superfície da vasilha com tinta branca (engobo branco) e aplicação posterior de figuras geométricas em tinta vermelha (foto 22);

Foto 22 - Exemplos de fragmentos de cerâmica pintada. Na foto, nota-se que as vasilhas foram inicialmente banhadas em tinta branca, recebendo posteriormente a aplicação de desenhos geométricos vermelhos e pretos.

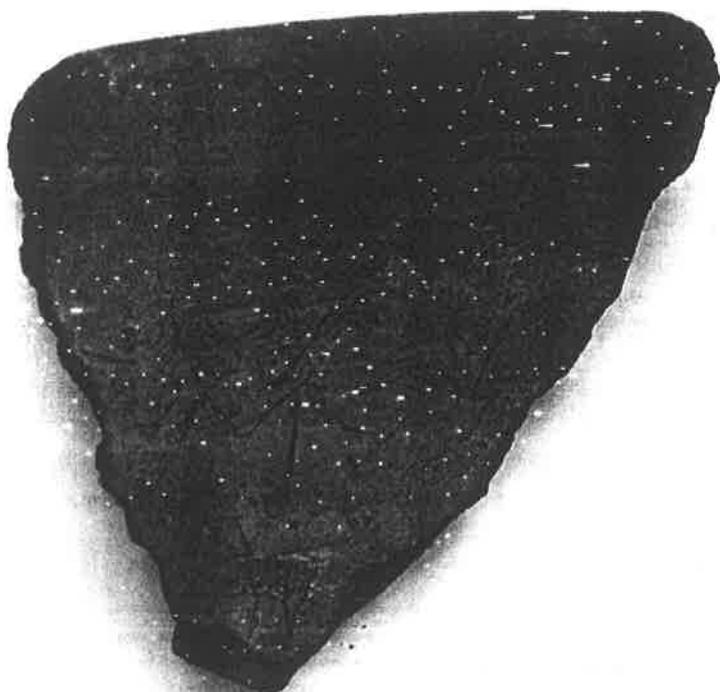


Foto 23 - Estes grupos possuíam inúmeras formas de decoração para seus utensílios cerâmicos. Algumas são bastante complexas e outras mais singelas, recebendo faixas de coloração vermelha.

- faixas de diferentes espessuras e em partes diversas da vasilha, em cor vermelha. O fundo pode ser de engobo branco (foto 23) ou sem pintura prévia;
- peças totalmente cobertas com engobo, que pode ser vermelho ou branco (foto 24).

b) Decoração plástica

- Corrugada: tipo de decoração feito pela pressão sequenciada e regular dos dedos, na forma de linhas sobrepostas (foto 25);
- Corrugada espatulada: técnica idêntica à anterior, mas que provavelmente empregou o uso de espátula ao invés do dedo (foto 26);
- Ungulada: tipo de decoração que consiste em imprimir, com a ponta das unhas, marcas na superfície das vasilhas (foto 27);
- Nodulada: tipo de decoração que consiste em repuxar, com os dedos, a superfície externa da pasta, formando pequenos nós;
- Entalhada: tipo de decoração formada por pequenos cortes executados em partes das vasilhas;
- Pinçado: tipo de decoração que consiste em imprimir marcas espaçadas pela puxada, com a ponta dos dedos e/ou unhas, de porções de pasta, como se ela fosse beliscada.

Foram coletados também 2 fragmentos de apêndice, que apresentam duas saliências totalmente cobertas por decoração ungulada. Estes apêndices certamente também constituem um tipo de decoração das vasilhas.

Foto 24 - Fragmentos de cerâmica pintada com engobo vermelho e branco.

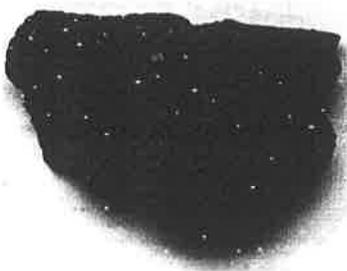
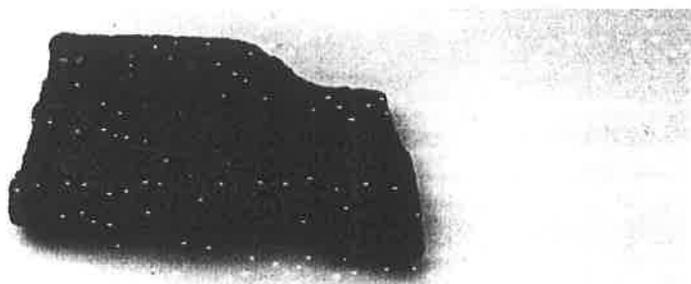


Foto 25 - Decoração "Corrugada". Essa denominação foi criada pelos arqueólogos para caracterizar um tipo de resultado plástico, obtido pelos indígenas a partir de formas diversas de pressão com o auxílio das mãos.

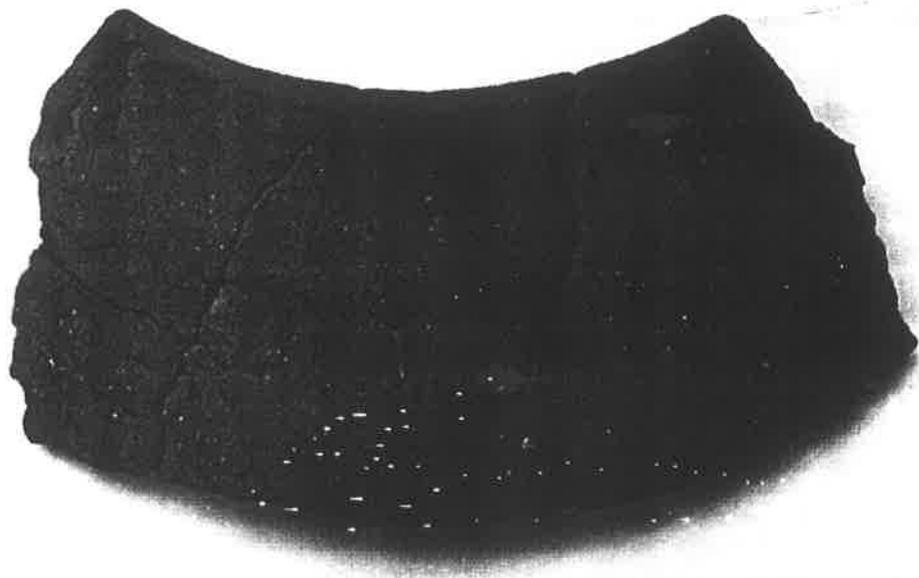


Foto 26 - Neste caso, foi utilizada possivelmente uma espátula para criar a decoração desejada. Os arqueólogos dão o nome de corrugado espatulado a esta decoração.

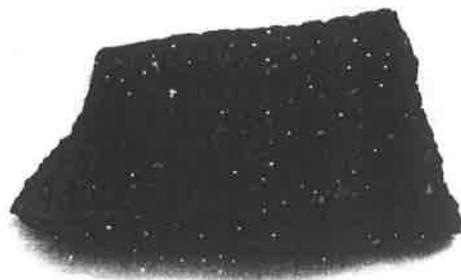


Foto 27 - Hábeis ceramistas, estes grupos criavam, com o auxílio das unhas, curiosas formas de decoração em suas cerâmicas. (Decoração ungulada).



Através do desenho das bordas, observação dos tipos de base presentes e dos contornos indicados pelos fragmentos de parede, puderam ser reconstituídas 5 formas de vasilhas, cujas principais características são fornecidas abaixo:

Forma 1

Tigela aberta de contorno direto, em forma de cuia. Ângulo da parede entre 0-23° (Fig. 14).

Forma 2

Vaso semi-esférico de contorno direto. Ângulo da parede entre 90-135° (Figs. 15 e 16).

Forma 3

Vaso esférico de contorno direto e bastante fechado. Ângulo da parede entre 135-180° (Fig. 17).

Forma 4

Tigela fechada de contorno complexo (presença de ângulo ou ombro na porção de maior diâmetro do vaso). Ângulo da parede entre 90-180° (Figs. 18 a 21).

Forma 5

Vaso cônico de contorno complexo (presença de ombro). Ângulo da parede entre 135-180° (Fig. 22)

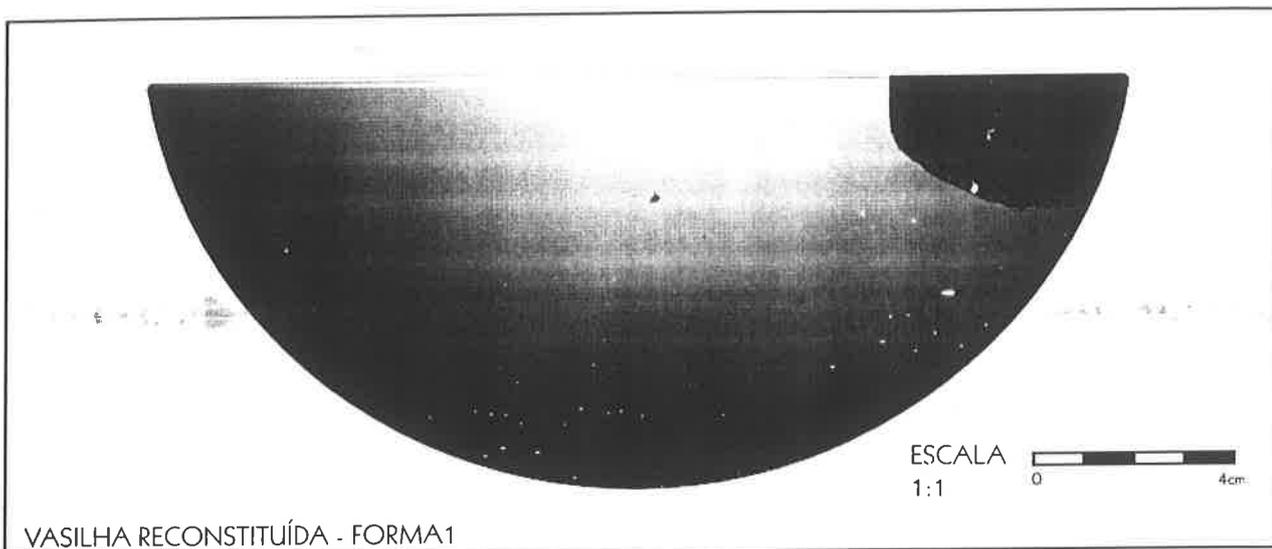


Fig. 14 - Reconstituição de vasilha (Forma 1). Técnica mista, envolvendo a utilização dos programas CAD e 3D-Studio.

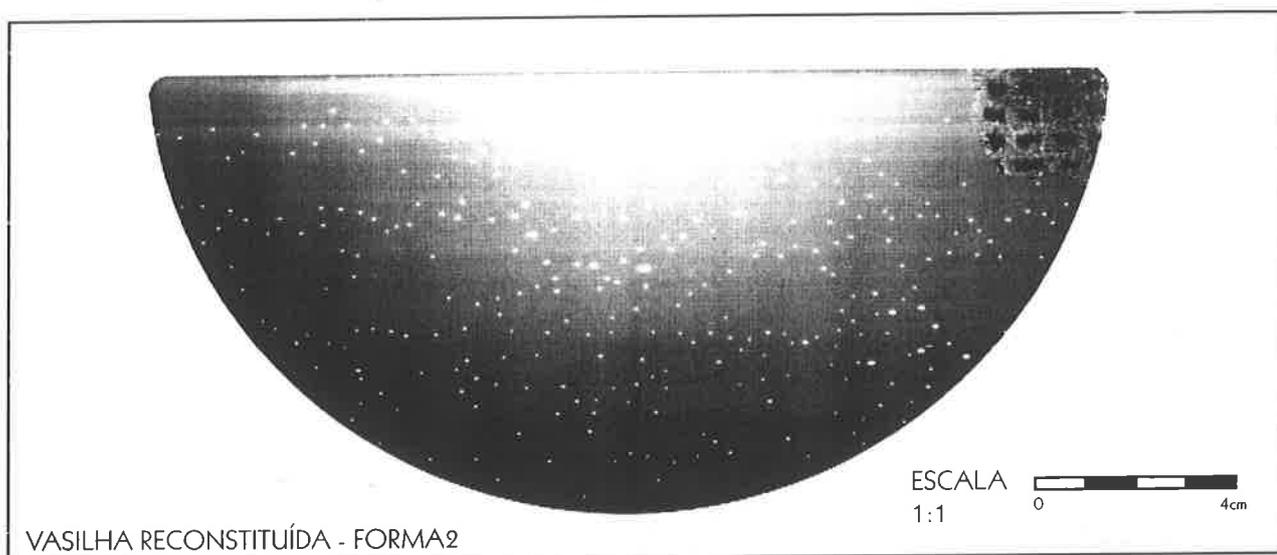


Fig. 15 - Vasilha reconstituída a partir de fragmento de borda encontrada durante as escavações arqueológicas (Forma 2)

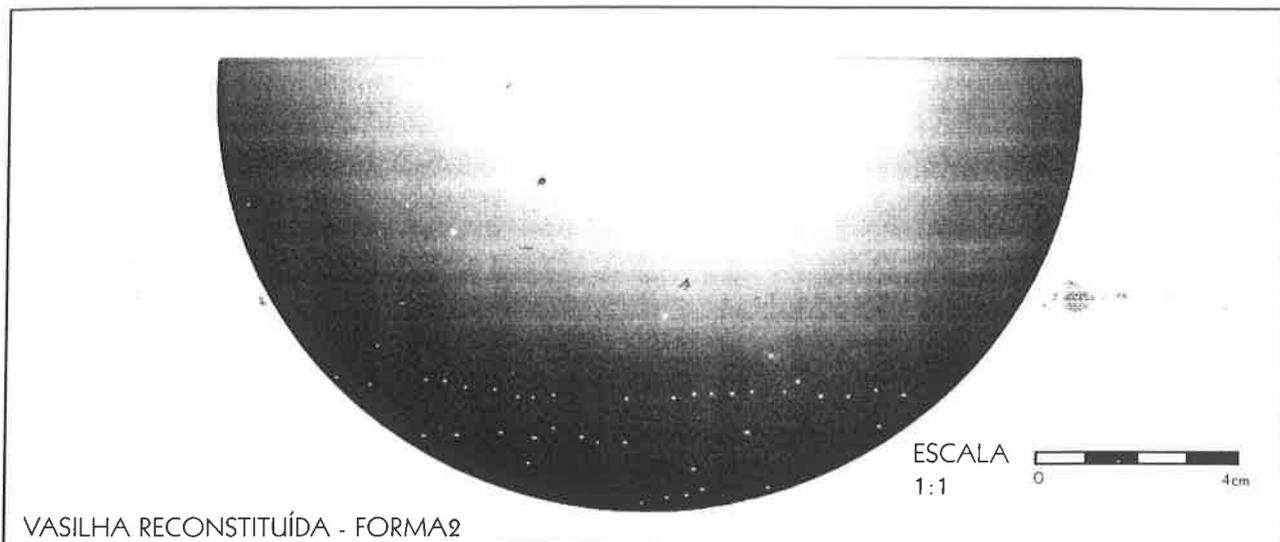


Fig. 16 - Vasilha sem decoração reconstituída graficamente a partir de fragmento de cerâmica encontrada no sítio (Forma 2)

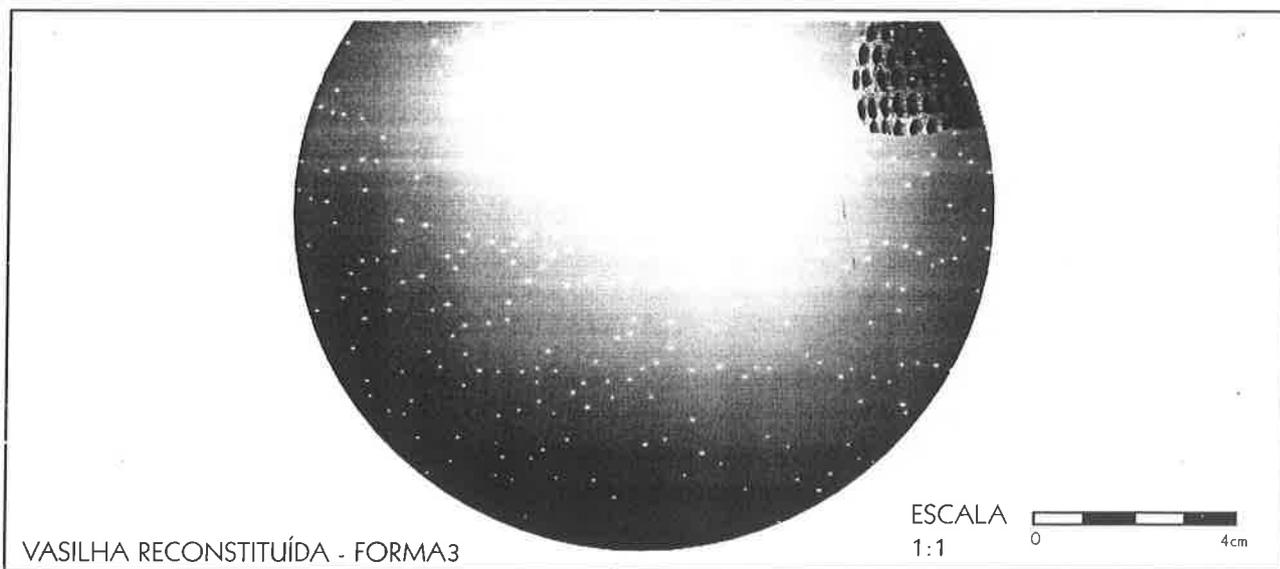


Fig. 17 - Vasilha reconstituída (Forma 3). A forma pode ser obtida a partir de mensurações e do conhecimento prévio existente sobre a cerâmica Tupiguarani.

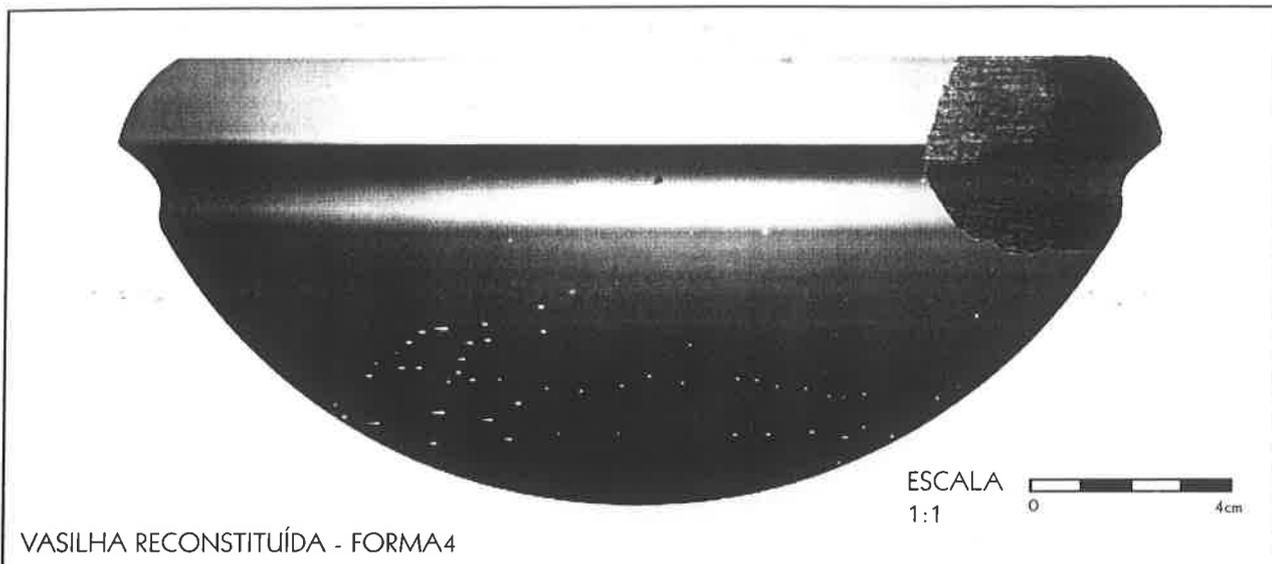


Fig. 18 - Outro exemplo de vasilha produzida pelos habitantes de Santa Marina, por volta de 1480 d. C. (Forma 4)

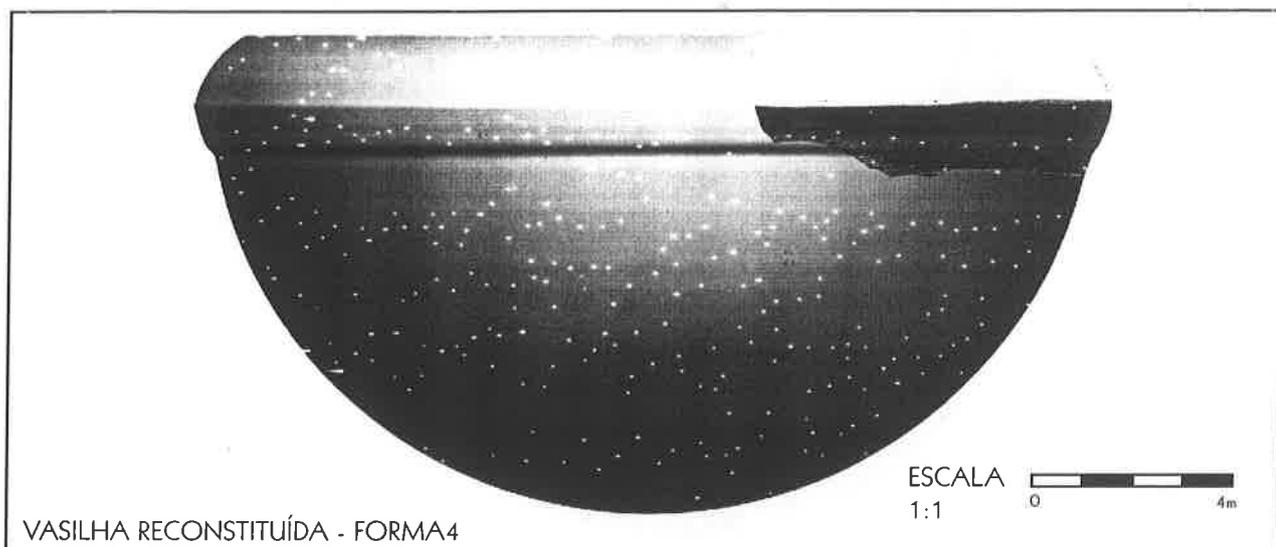


Fig. 19 - Reconstituição de utensílio cerâmico pintado, a partir de caco resgatado durante o salvamento arqueológico (Forma 4).

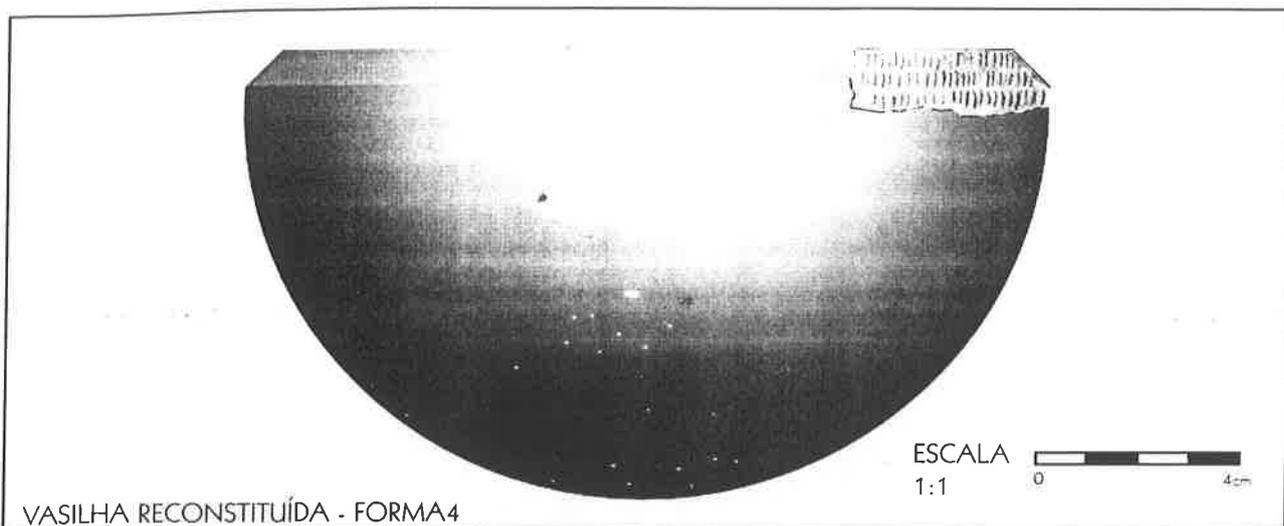


Fig. 20 - A partir de uma borda decorada com incisões provocadas com a unha do artesão, chega-se ao objeto inteiro, sendo possível estabelecer hipóteses com relação ao seu uso na aldeia (Forma 4).

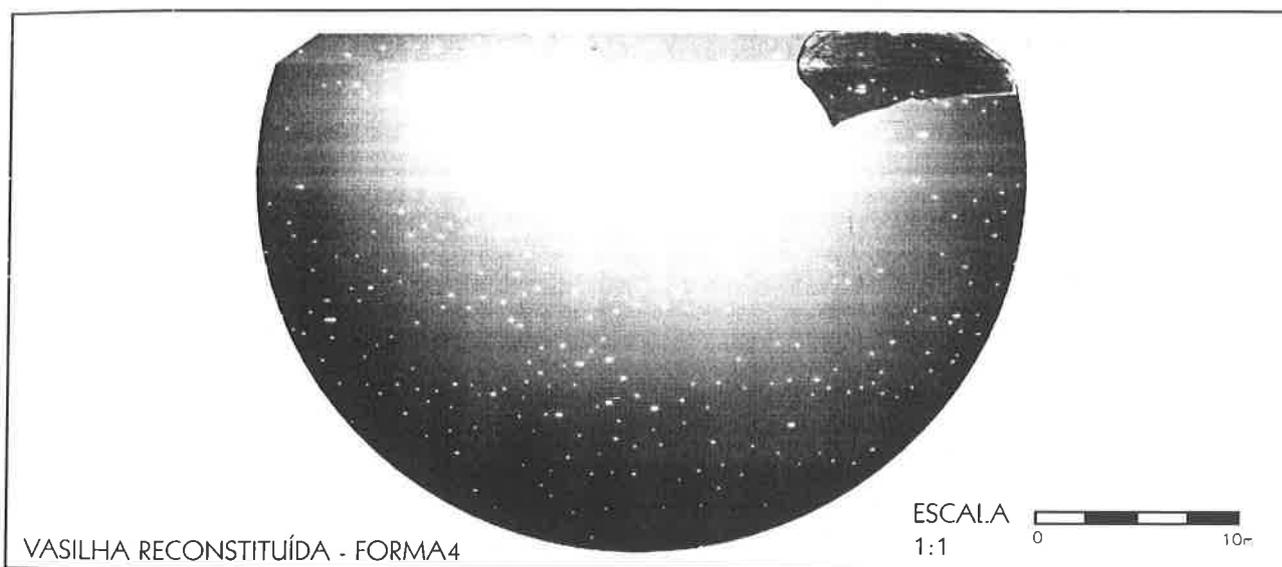


Fig. 21 - Por suas dimensões e forma, essa vasilha era provavelmente destinada ao cozimento ou acondicionamento de alimentos produzidos na aldeia (Forma 4)

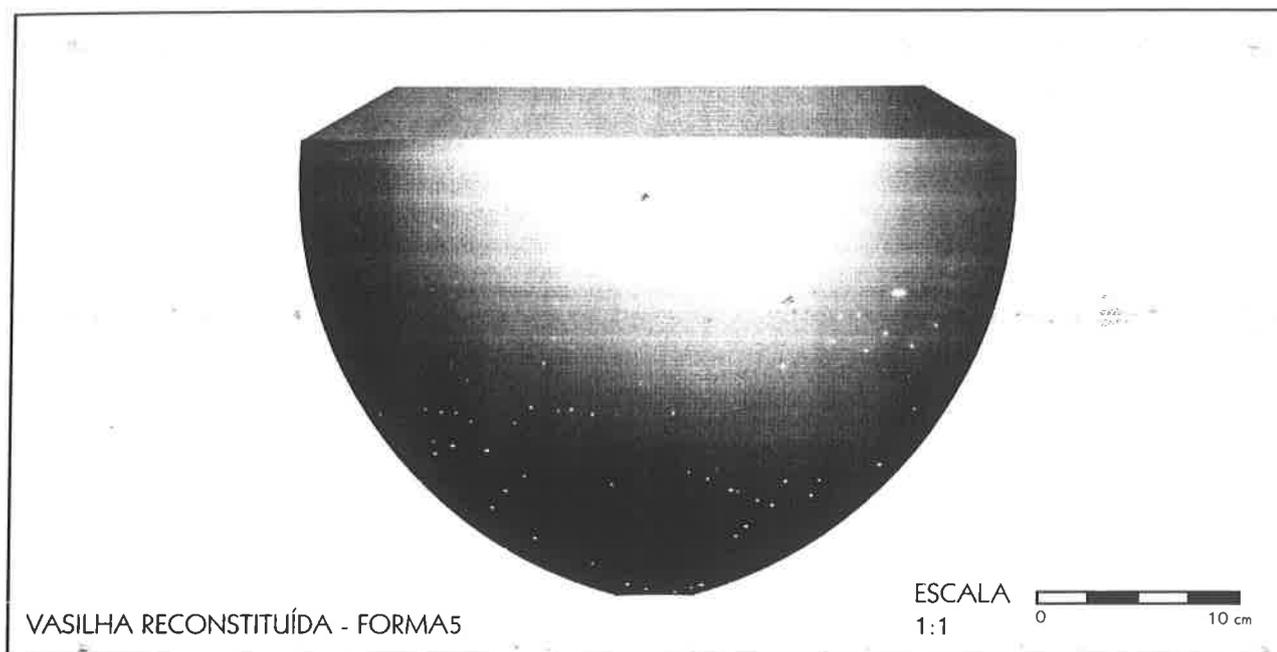


Fig. 22 - Pequenas cumbucas se prestavam ao uso individual; potes maiores acondicionavam alimentos de uma família ou grupo, como este exemplar reconstituído (Forma 5).

Foi possível observar uma tendência das vasilhas com forma 1 e 4 (tigelas) apresentarem capacidade reduzida, inferior a 2 litros. Correspondem, assim, às formas que fornecem as menores vasilhas da coleção, provavelmente para uso individual.

Por outro lado, é comum a forma 4 apresentar vasos com capacidade média (entre 5 a 10 litros). Também as vasilhas associadas à forma 2 apresentam geralmente média capacidade. Podem estar associadas ao preparo de alimentos, ou estocagem de produtos em menor quantidade.

Já as vasilhas reunidas nas formas 3 e 5 apresentaram os maiores volumes registrados (capacidade grande, acima de 10 litros). Provavelmente estariam associadas a funções como cozer e/ou estocar líquidos e alimentos em maior quantidade.

Uma visão conjunta das formas reconstituídas é apresentada na **figura 23**. Nela, as vasilhas aparecem em uma mesma escala, fornecendo uma noção da variedade de tamanho e contornos que a coleção apresenta.

Infelizmente, o péssimo estado de conservação dos fragmentos cerâmicos impede que se estabeleçam relações entre forma de vasilha e tipo de decoração (por exemplo, se um tipo decorativo específico ocorre sempre associado a uma forma de vasilha). Análises desta natureza poderiam fornecer elementos para discutir aspectos diferenciados de comportamento na confecção de vasilhas cerâmicas, com implicações no uso e função dos artefatos no espaço interno do sítio. Provavelmente, com a realização de pesquisas nas demais manchas do sítio (que parecem apresentar condições de conservação mais favoráveis), estas análises possam vir a ser realizadas.



Fig. 23 - Finalmente, com o auxílio de computadores, é possível visualizar o arsenal de utensílios cerâmicos produzido na aldeia extinta, desde uma urna utilizada para sepultamento até um pequeno pote para comida ou líquidos.

A indústria lítica lascada

Todos os trabalhos que levaram à coleta de material arqueológico em campo forneceram somente 5 peças relacionadas à indústria lítica lascada. Correspondem a dois fragmentos de lasca (um em quartzo, o outro em sílex) e 3 pequenos seixos em quartzo, com sinais de utilização (**foto 28**).

Todas as peças apresentam pequenas dimensões. No caso dos dois fragmentos de lasca, são menores que 3cm. Já os seixos não ultrapassam os 6cm de comprimento.

Os dois seixos menores sugerem terem sido utilizados para alisar as superfícies das vasilhas cerâmicas, uma vez que apresentam grande número de estrias por toda a área do córtex. Além disto, guardam um tom avermelhado, adquirido através do intenso contato com superfícies com engobo vermelho.

Já o seixo de maiores dimensões apresenta diferentes marcas de batidas em toda sua volta, indicando um uso como percutor / batedor.

Estes dados permitem tecer algumas considerações.

Em primeiro lugar, é significativa a quantidade extremamente reduzida com que o material lítico lascado ocorre nesta área do sítio, principalmente se compararmos com a quantidade de cerâmica coletada. Por outro lado, este material também é muito pouco diversificado, tanto no tipo de peças coletadas (apenas fragmentos de lasca e seixos utilizados) como nas matérias-primas empregadas (quartzo e sílex). Uma primeira discussão sobre o significado destes dados é fornecida nos capítulos que se seguem.

A indústria lítica polida

Contamos com apenas 2 peças polidas no sítio: uma lâmina de machado inteira e uma lâmina de machado fragmentada (foto 29). Ambas foram confeccionadas em rocha básica.

As superfícies das peças são extremamente polidas, não sugerindo qualquer prática de lascamento inicial das peças, para obtenção de pré-forma, ou seja, um primeiro formato para o utensílio. Portanto, a análise indica apenas a utilização da técnica de polimento nesses dois casos.

A lâmina de machado inteira apresenta, na extremidade oposta ao gume, uma superfície aplainada e com marcas de batidas, indicando sua utilização provavelmente também como batedor.

Devemos, ainda, acrescentar que artefatos em pedra polida são muito raramente coletados durante a pesquisa, principalmente no caso de sítios já alterados e com ocupação próxima. Isto porque constituem peças facilmente reconhecíveis pela população, que costuma retirá-las do sítio. É, por esta razão, que encontramos artefatos polidos, na maioria das vezes, em mãos de moradores e não mais em seus locais de origem.

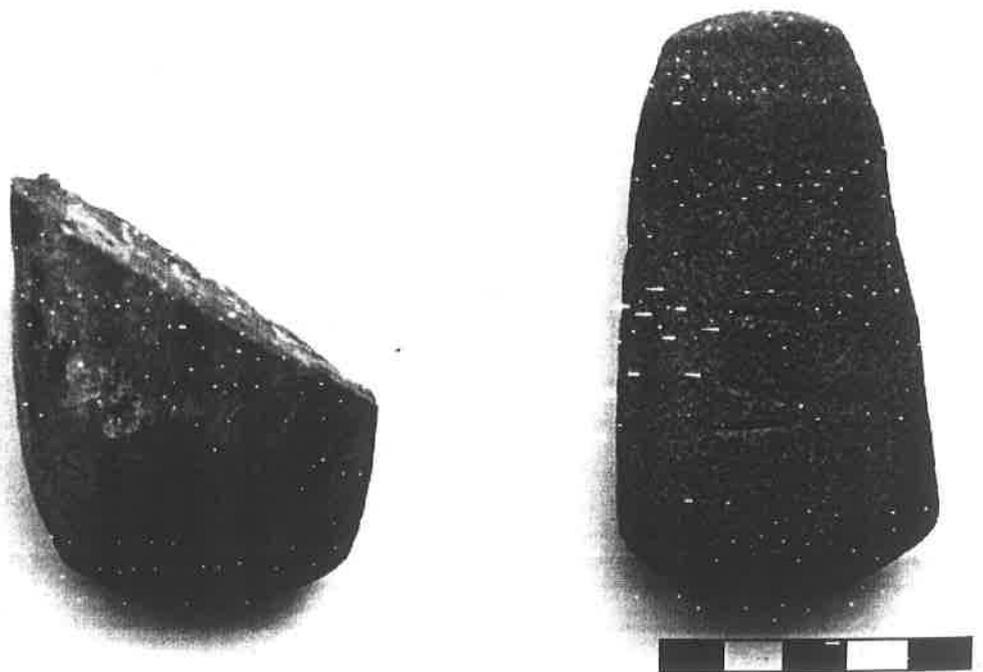
Estruturas de fogueiras

A abertura sistemática de sondagens por toda a extensão da área trabalhada permitiu, em locais bastante específicos, a identificação de estruturas de combustão (fogueiras). Estas estruturas correspondem a áreas com concentração de carvão e terra preta,



Foto 28 - Utensílios de pedra diversos. Correspondem a dois fragmentos de lasca (um em quartzo, o outro em sílex) e 3 pequenos seixos em quartzo com sinais de utilização.

Foto 29 - Lâminas de machados feitos de pedra polida. Um deles deve ter partido enquanto era utilizado, sendo descartado no sítio. A lâmina de machado inteira (à direita) possui marcas indicando que a peça também serviu como um batedor.



por vezes rodeadas por pedras. Têm aproximadamente 0,5 metros de diâmetro. Junto com o carvão ocorre sempre uma pequena quantidade de peças, entre fragmentos cerâmicos e líticos lascados.

Estruturas de fogueira são bastante importantes na pesquisa arqueológica, uma vez que fornecem material apropriado para se obter datações absolutas da ocupação do sítio. Assim, nas fogueiras melhor conservadas foram feitas coletas de amostras de carvão, a serem encaminhadas para laboratórios especializados.

Estrutura de Sepultamento

Na Quadra 45, lote 32, foi identificada uma urna funerária, indicando a prática de sepultamento na área do sítio. Trata-se de uma vasilha cerâmica de grandes dimensões, contorno infletido e base cônica.

A boca da urna estava a 30cm de profundidade. Para permitir sua retirada, a sondagem, inicialmente com 1m², foi ampliada para 4m². O solo ao seu redor foi abaixado até 1,20m de profundidade, tendo-se deixado o bloco contendo a urna para posterior escavação (**foto 30**).

A continuidade dos trabalhos se deu com o emprego de instrumentos leves (pincéis, espátulas de bambu), de forma a não danificar a peça (**foto 31**).

Logo ao iniciarmos a evidenciação da urna, notou-se a presença de uma outra vasilha, menor, em seu interior. Tratava-se de uma tigela de contorno complexo, com decoração pintada nas superfícies externa e interna. Já, a urna apresentava decoração plástica corrugada em toda sua superfície externa (**foto 32**).



Foto 30 - A pesquisa intensiva no sítio Santa Marina levou a descoberta de uma urna funerária. Para resgatar este tipo de objeto é necessária uma escavação cuidadosa, a fim de evidenciar a peça antes de sua retirada da terra.

Foto 31 - A imprensa do Vale acompanhou de perto a retirada da urna funerária encontrada em Santa Marina. Com a lenta evidenciação, descobriu-se que a urna continha uma tigela pintada no seu interior, possivelmente uma oferenda aos mortos.



O tamanho da tigela pintada não permitia seu uso como tampa da urna, como às vezes ocorre. A tigela é menor do que a boca da urna. Assim, provavelmente se tratava de uma oferenda funerária.

Infelizmente, a urna se encontrava totalmente rachada no solo, fragmentando-se no momento da remoção. Também não apresentava mais material ósseo em seu interior, certamente já decomposto pela ação do tempo.

Em laboratório, procedeu-se aos trabalhos de limpeza e remontagem tanto da urna como da tigela. Atualmente, ambas podem ser apreciadas na sala indígena do Museu de Antropologia do Vale do Paraíba, em Jacareí (foto 33 e 34).

Devemos mencionar que em outras sondagens abertas foram retirados fragmentos de prováveis urnas, mas que já haviam se quebrado. Correspondem a fragmentos de parede com maiores espessuras (mais de 1,5cm), bases cônicas e contorno infletido fechado. Assim, muito provavelmente, haveria um maior número de urnas no sítio. A metodologia adotada permitiu, ao menos, recuperar um exemplar, indicando a prática desta atividade no sítio e fornecendo os primeiros dados para discutir aspectos de disposição das urnas no espaço da aldeia (apresentados mais adiante).



Foto 32 - Com o auxílio de espátulas, a equipe vai lentamente retirando os sedimentos que recobrem a urna

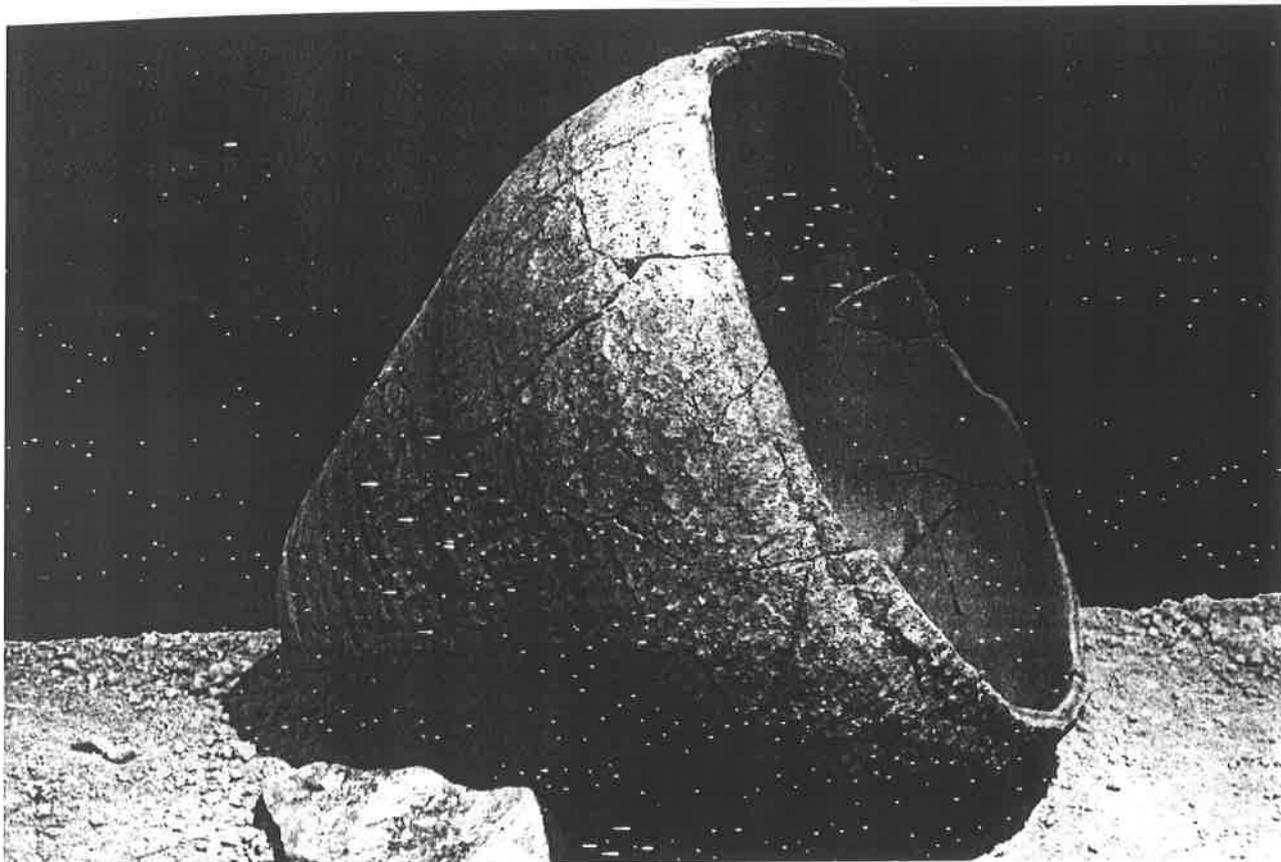


Foto 33 - Cada cultura e sociedade possui uma forma de reverenciar e enterrar seus mortos. A urna encontrada no Jardim Santa Marina já pode ser apreciada no Museu de Antropologia do Vale, em Jacaréí.

Perfis Estratigráficos

Apesar de grande parte da área trabalhada mostrar claras evidências de ter sido perturbada, alguns pontos permitiram uma leitura da estratigrafia do sítio. Procedeu-se, então, ao desenho do perfil e a uma descrição das camadas.

As leituras indicam, em primeiro lugar, a existência de uma única camada arqueológica em Santa Marina. Isto quer dizer que o local teve uma única ocupação humana, relacionada aos grupos ceramistas.

Os perfis indicaram, ainda, que esta camada é bastante superficial, alcançando desde a superfície até um máximo de 40 cm de profundidade. No geral os vestígios terminavam, entretanto, entre 20 e 30 cm. Esta camada arqueológica era formada por um sedimento argiloso de coloração marron escura, entremeado por raízes de médio e pequeno porte, além de grande número de radículas.

Pelo menos até os 10 cm havia uma presença constante de materiais atuais (restos de construção e das ocupações atuais), formados por telhas, tijolos, fragmentos de concreto, plástico, vidro, metais, etc... Nestes primeiros 10 cm, o material arqueológico aparece bastante quebrado, com fragmentos cerâmicos de pequenas dimensões e superfícies significativamente erodidas.

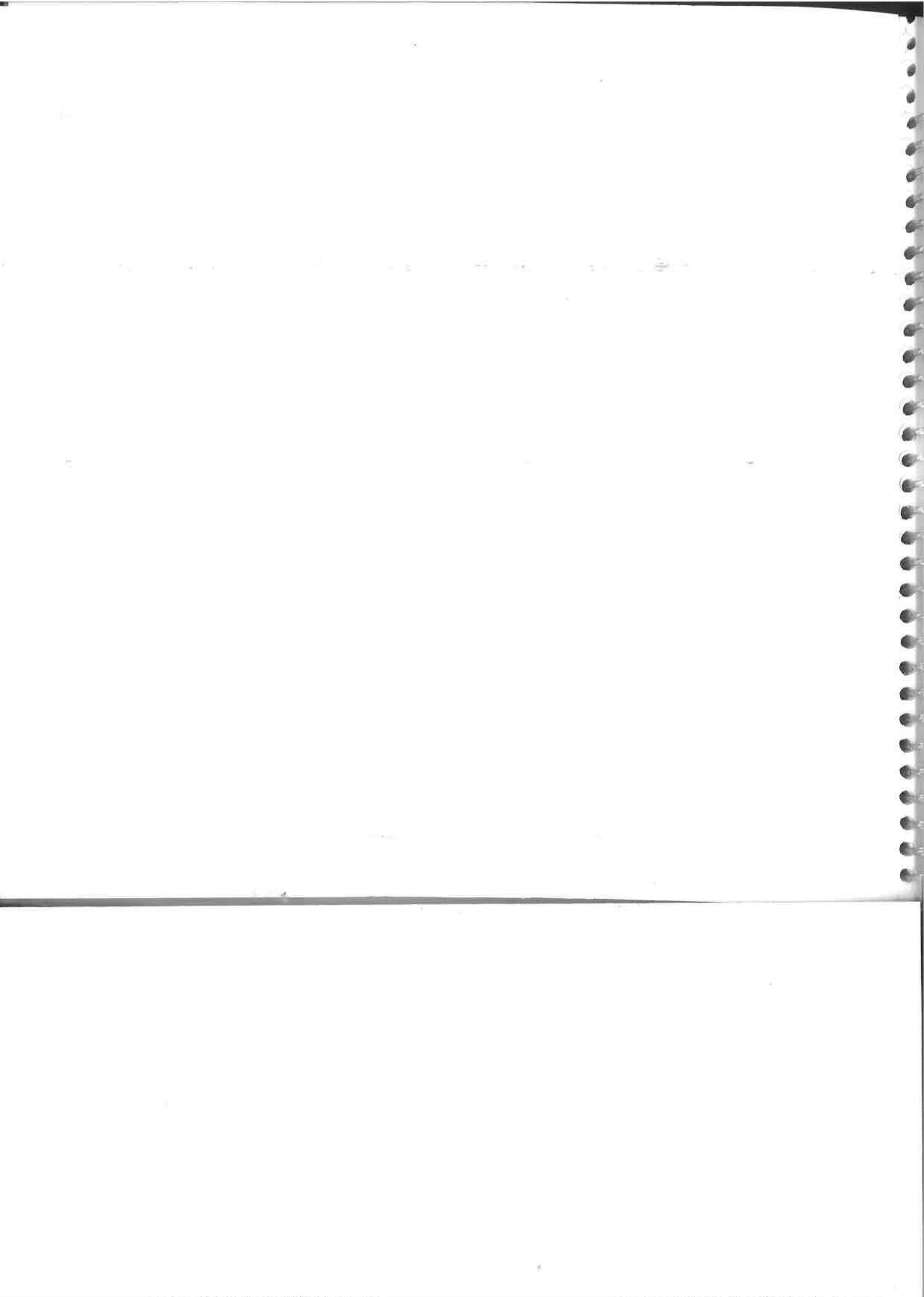
Dos 10 cm para baixo, até o final da camada (entre 20 a 40 cm) os restos de ocupação atual rareiam, ou mesmo desaparecem. O solo mostra-se mais compacto, e as peças arqueológicas adquirem maiores dimensões. Pequenas raízes e raras radículas entremeiam o

sedimento. É justamente nesta porção que foi possível identificar as poucas estruturas arqueológicas remanescentes da aldeia.

A camada arqueológica termina de forma bastante brusca. A terra escura é logo substituída por um sedimento bem mais claro, amarelado, arenoso e pedregoso. Nenhuma peça e/ou estrutura ocorre nesta camada. Algumas sondagens alcançaram maiores profundidades (até 1,5 metro), confirmando que, de fato, nenhum outro vestígio arqueológico está presente.



Foto 34 - O cotidiano da aldeia recriado no Museu de Antropologia do Vale do Paraíba.



CAPÍTULO 6

CRONOLOGIA DA OCUPAÇÃO

O primeiro indicador cronológico do sítio Santa Marina foi fornecido pela estratigrafia. A superficialidade apresentada pela camada arqueológica sugeria que esta aldeia teria sido ocupada em época não muito distante. Também as características da cerâmica fornecem uma referência temporal. A própria urna funerária retirada do sítio dava mostras de enterramento recente, uma vez que o sedimento em sua volta ainda não havia sido compactado, observando-se vãos na parte inferior da urna. Assim, a época de ocupação da aldeia deveria se enquadrar entre 700 e 300 anos atrás.

Esperava-se, portanto, uma datação entre os séculos XIII e XVII de nossa era. Por outro lado, uma vez que os vestígios materiais apresentados pelo sítio não forneceram qualquer pista de contato com o colonizador europeu (quer na forma de peças históricas junto com as arqueológicas, quer na modificações de diferentes aspectos da cerâmica), seria mais provável que a aldeia fosse datada entre os séculos XIII e XVI.

Com o objetivo de obter uma datação absoluta da ocupação, foram enviadas três amostras de carvão para teste de Carbono 14 (C14), provenientes de três sondagens distintas, a saber:

- Amostra 1. Fogueira identificada a 30 cm de profundidade na Quadra 45, lote 03;
- Amostra 2. Fogueira identificada a 30 cm de profundidade na Quadra 46, lote 06;
- Amostra 3. Fogueira identificada a 50 cm de profundidade na Quadra 46, lote 27.

Estas foram as estruturas mais bem conservadas que o sítio apresentou, daí sua seleção para envio a laboratório. É de praxe enviar sempre mais de uma amostra, de forma a se poder comparar os resultados e balizar as datas resultantes.

Uma vez que não dispomos, no Brasil, de laboratório técnico especializado, as amostras foram enviadas ao Beta Analytic Radiocarbon Dating Laboratory, em Miami, Florida.

O princípio da datação por C14 se baseia no fato de que todo material orgânico (animal ou vegetal), durante seu período de vida, apresenta uma taxa de Carbono 14, constantemente recarregada por trocas com a atmosfera. Quando o vegetal ou o animal morrem, esta troca cessa, e começa a ocorrer uma perda do organismo de sua cota de C14. Esta perda obedece a uma escala padrão. Portanto, o teste de laboratório mede quanto de C14 a amostra perdeu, definindo o tempo necessário para isto ocorrer. Isto feito, o laboratório procede ainda a uma calibragem da data obtida, que consiste em considerar as variações do nível de radiocarbono produzido pela atmosfera, ao longo do tempo.

As datas oferecidas pelos laboratórios apresentam sempre o que se denomina de "desvio padrão". Assim, por exemplo, um teste pode indicar a data de 2.000 anos, mais ou menos 100. Isto quer dizer que a ocupação humana em questão tem 95% de chance de ter ocorrido entre 2100 (mais 100) a 1900 (menos 100).

No caso do sítio Santa Marina, as datas obtidas e fornecidas pelo laboratório, já calibradas (*vide fig. 24*), foram de:

CALIBRATION OF RADIOCARBON AGE TO CALENDAR YEARS

(Variables: estimated C13/C12=-25; lab mult.=1)

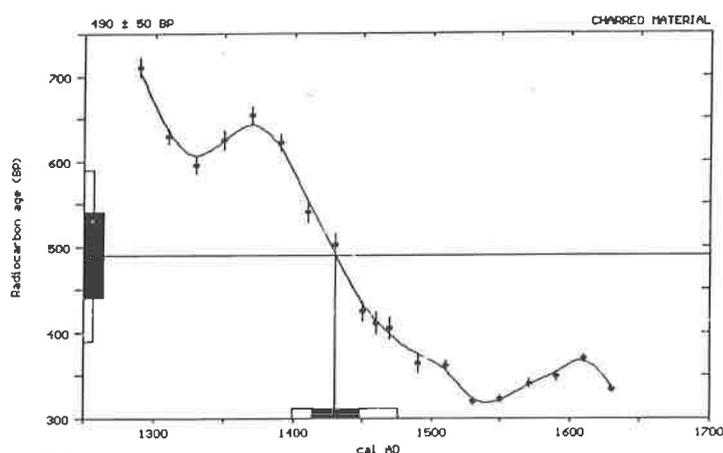
Laboratory Number: Beta-118822
Conventional radiocarbon age*: 490 ± 50 BP
Calibrated results: cal AD 1400 to 1475
(2 sigma, 95% probability)

* C13/C12 ratio estimated

Intercept data:

Intercept of radiocarbon age
with calibration curve: cal AD 1430

1 sigma calibrated results:
(68% probability) cal AD 1415 to 1450



References:

- Pretoria Calibration Curve for Short Lived Samples
Vogel, J. C., Fuls, A., Visser, E. and Becker, B., 1993, *Radiocarbon* 35(1), p73-86
- A Simplified Approach to Calibrating C14 Dates
Talma, A. S. and Vogel, J. C., 1993, *Radiocarbon* 35(2), p317-322
- Calibration - 1993
Stuiver, M., Long, A., Kra, R. S. and Devine, J. M., 1993, *Radiocarbon* 35(1)

Beta Analytic Radiocarbon Dating Laboratory

4985 S.W. 74th Court, Miami, Florida 33155 ■ Tel: (305)667-5167 ■ Fax: (305)663-0964 ■ E-mail: beta@radiocarbon.com

Fig. 24 - Reprodução do laudo produzido pelo Laboratório Beta Analytic (EUA) que realizou a datação dos restos de carvão do sítio Santa Marina. Foram enviadas ao laboratório norte-americano 3 amostras coletadas em locais distintos do sítio.

Amostra 1 – cal AD 1400 a 1475

Amostra 2 – cal AD 1400 a 1475

Amostra 3 – cal AD 380 a 645

Temos assim duas amostras que forneceram datações idênticas, colocando a ocupação do sítio Santa Marina no século XV de nossa era (1400 a 1475 d.C., Amostras 1 e 2). A terceira amostra é bastante diversa, fornecendo uma data entre os séculos IV e VII (380 a 645 d.C., Amostra 3).

O contexto geral apresentado pelo sítio Santa Marina indica que a data do século XV seria mais adequada: em primeiro lugar, porque se repetiu na Amostra 1 e na 2, provenientes da porção mais central da mancha, enquanto a Amostra 3 foi obtida em uma área mais periférica. Outros fatores observados no sítio sugerem uma menor antiguidade: o fato dos vestígios estarem bastante superficiais, a conservação dos motivos decorativos na cerâmica (sobretudo a pintada) e a pouca compactação do solo em torno da urna, indicando que o enterramento seria mais recente.

Por outro lado, a porção do sítio trabalhada pela equipe não forneceu qualquer indício de que ali teria ocorrido mais de uma ocupação indígena, e que, portanto, as duas datas seriam relacionadas a dois grupos distintos que, ao longo do tempo, ali se estabeleceram. O material arqueológico é homogêneo, bem como a estratigrafia do sítio.

Também nos parece improvável pensar que a ocupação dos grupos portadores de cerâmica Tupiguarani teria permanecido no local por aproximadamente 11 séculos (do IV ao XV), uma vez

que as evidências materiais, de estrutura e morfologia do sítio, não apontam nesta direção. De qualquer forma, como lidamos apenas com uma porção do sítio Santa Marina, datações obtidas nas demais áreas do sítio certamente equacionarão a questão; mesmo porque as demais áreas se encontram em melhor estado de conservação, permitindo realizar leituras estratigráficas que, na maior parte das vezes, estavam bastante comprometidas na área pesquisada.

Concluindo, a presente pesquisa define como data de ocupação do sítio Santa Marina o século XV de nossa era – portanto bastante próximo ao contato com o colonizador europeu. É possível que este contato tenha, de fato, ocorrido, uma vez que as amostras datadas foram coletadas na base do sítio (30 cm de profundidade), e a ocupação perdurou ainda algum tempo. Por outro lado, caso este contato tenha de fato ocorrido, estaria relacionado ao início do período colonial, e não teria persistido muito tempo. Caso contrário, muito provavelmente começariam a ocorrer diversas modificações nos padrões culturais indígenas, como a Arqueologia Brasileira pôde observar em diferentes sítios escavados do período colonial.

A data obtida em Santa Marina recua em aproximadamente 200 anos a história da ocupação do vale do Paraíba, uma vez que os outros únicos dois sítios datados na região apontam para o século XVII (sítio Taboão e sítio Santo Alberto, no município de Mogi das Cruzes – Margarida Andreatta / NAUBC, comunicação pessoal).

CAPÍTULO 7

A OCUPAÇÃO INDÍGENA
DE SANTA MARINA

Dentro da conceituação e da metodologia definidas pela pesquisa, voltadas ao estudo sistemático do espaço interno do sítio ("Household Archaeology"), apresentamos abaixo uma primeira discussão sobre a estrutura e funcionamento de Santa Marina. O objetivo maior é compreender como se deu a ocupação indígena desta área pois, no momento em que fôr possível realizar estudos comparativos entre Santa Marina e outros sítios arqueológicos, poderão ser discutidos aspectos mais amplos sobre a pré-história da vale do Paraíba.

Devemos lembrar, todavia, que os dados obtidos através de nossas pesquisas refletem, necessariamente, as evidências apresentadas apenas por uma porção do sítio Santa Marina (2 das 18 manchas que apresenta). Mesmo assim, é possível formular uma série de questões, bem como indicar vias de continuidade dos trabalhos para o restante da área.

Devemos, em primeiro lugar, observar a distribuição dos vestígios arqueológicos pela área investigada, para cada um dos materiais coletados:

a) Cerâmica

A **figura 25** indica a ocorrência de material cerâmico pelas sondagens: ele está presente em 125 sondagens e ausente nas 48 demais. Distribui-se quase maciçamente nas Quadras 45, 46 e 47. Já nas Quadras 42, 43 e 44, ocorre apenas do meio para cima (face oeste), na direção das demais 18 manchas que completariam o sítio. Percebemos, assim, uma distribuição quase

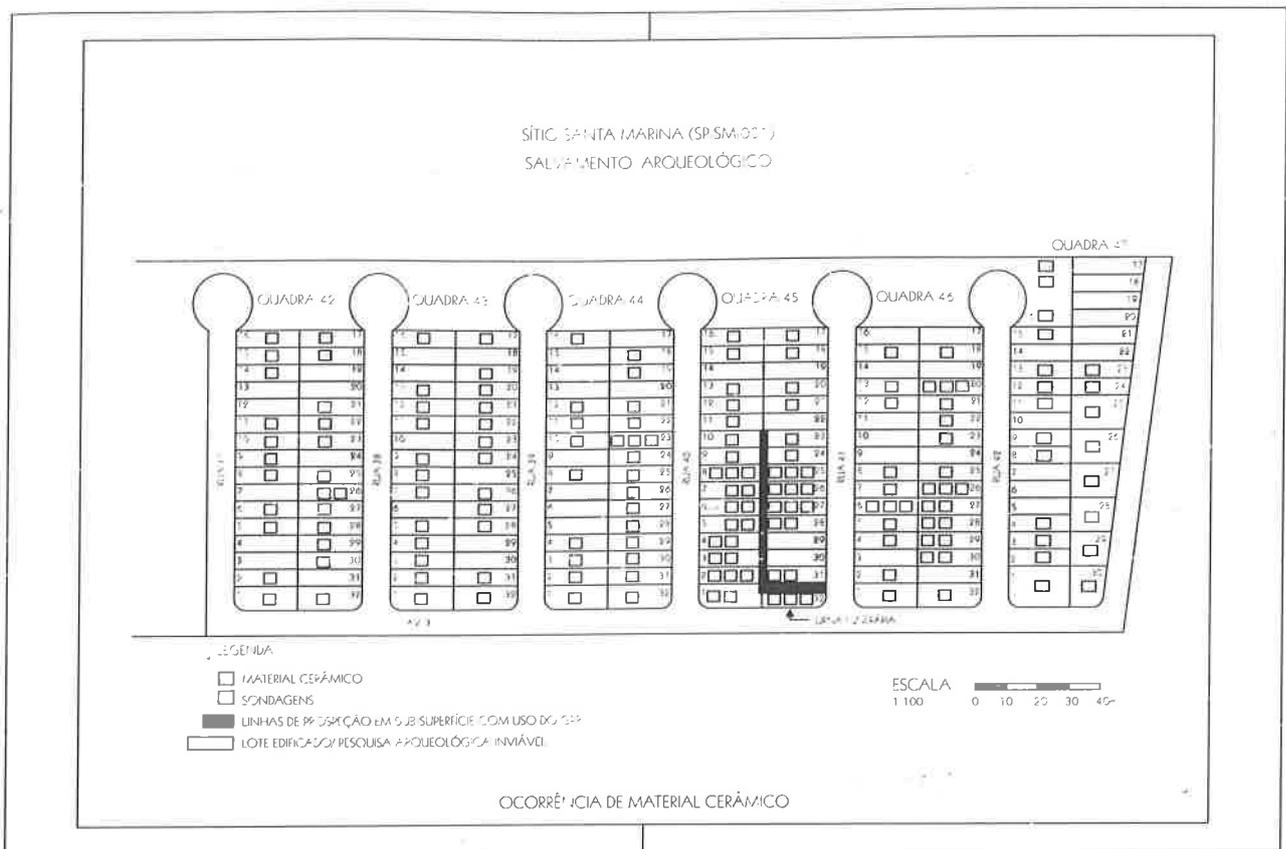


Fig. 25 - Planta do loteamento mostrando em quais sondagens foram encontrados vestígios cerâmicos. As áreas de maior ocorrência coincidem com as manchas observadas a partir de imagens aéreas da década de 1970, antes da implantação do loteamento.

generalizada da cerâmica pelo espaço pesquisado. De fato, ela corresponde à grande maioria da cultura material recuperada, ou seja, 99,7%.

Por outro lado, uma análise da distribuição quantitativa da cerâmica revelou dados interessantes, conforme nos mostra a **figura 26**. Nela, as sondagens foram divididas em 4 categorias:

- as que apresentam de 1 a 10 fragmentos cerâmicos;
- as que apresentam de 11 a 30 fragmentos;
- as que apresentam de 31 a 50 fragmentos;
- e as que apresentam acima de 51 fragmentos.

A figura 26 nos mostra uma concentração de sondagens com material mais numeroso nas Quadras 45 e 46. Observa-se ainda uma pequena concentração na Quadra 44, bem como sondagens com maior número de material isoladas na Quadra 42, lote 9 e Quadra 46, lote 13 e 15. Seria possível definir, portanto, as seguintes áreas de concentração de material cerâmico:

- Área 1: área de maior concentração, com aproximadamente 60 X 40 metros, entre as Quadras 45 e 46,
- Área 2: área de menor concentração, com aproximadamente 40 X 30 metros, na Quadra 44,
- Áreas 3 e 4: áreas de concentração reduzida. A Área 3 tem aproximadamente 20 X 20 metros, estando na Quadra 46, lotes 13 e 15. A Área 4 tem apenas 10 X 10 metros, estando na quadra 42, lote 9.

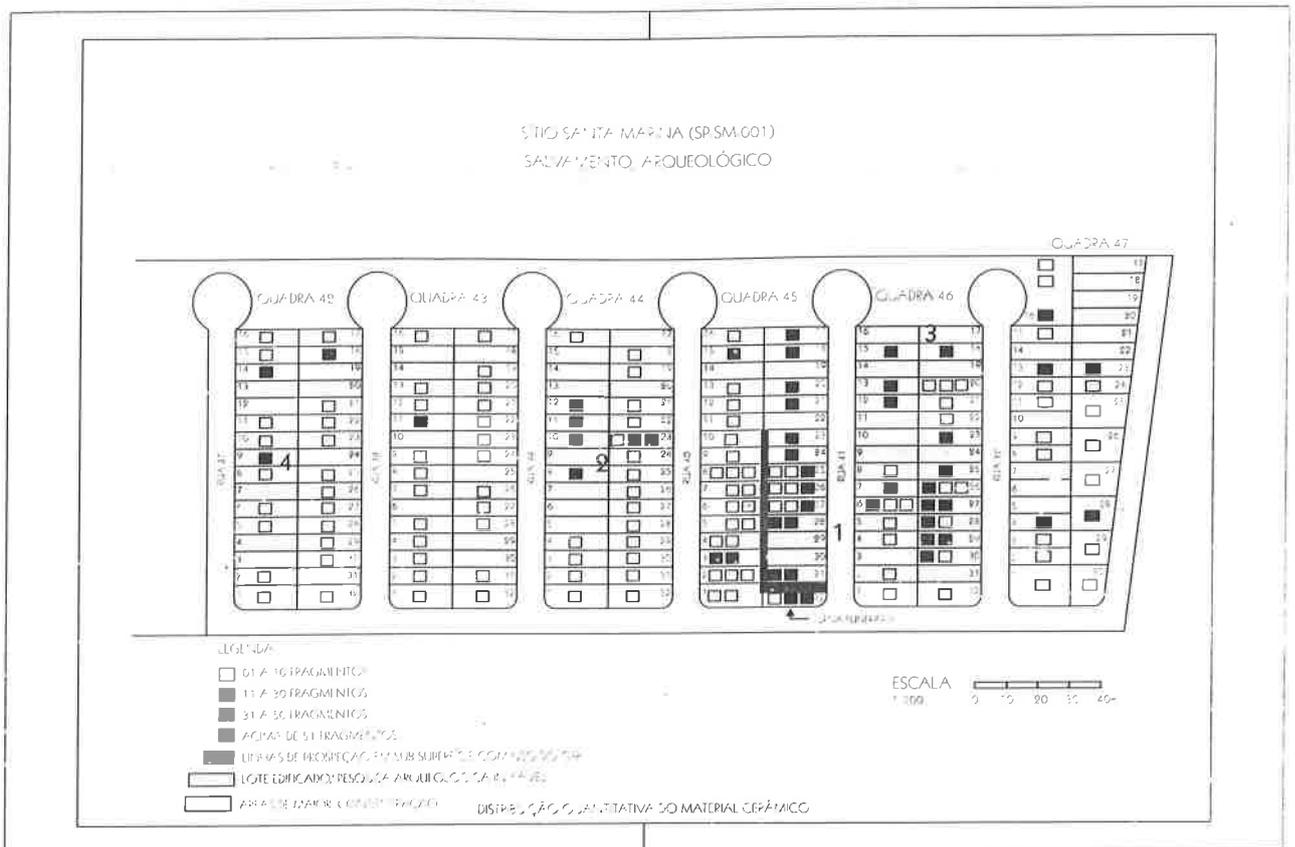


Fig. 26 - Distribuição quantitativa dos fragmentos cerâmicos no sítio arqueológico.

O significado destas áreas de concentração será discutido mais à frente.

b) Sepultamento

O único sepultamento identificado localiza-se na Quadra 45, lote 32 (fig. 26). Está, portanto, atrás da maior área de concentração identificada (Área 1), sugerindo um uso diferenciado do espaço: em uma área se concentram os restos de vasilhas cerâmicas, em outra área, mais atrás, se procedia o enterramento dos mortos.

c) Material lítico lascado e polido

No que se refere ao material lítico lascado e polido que ocorre em proporções inferiores (0,3%), foi coletado em diferentes sondagens, como mostra a figura 27. Entretanto, o lítico aparece predominantemente em sondagens próximas ao limite leste do sítio, sugerindo, mais uma vez, a realização de atividades em áreas distintas.

Como se vê, os vestígios existentes no sítio Santa Marina correspondem a material cerâmico, material lítico lascado e polido, enterramento, estruturas de combustão (fogueiras) e manchas de sedimento com coloração mais escura. Certamente estes vestígios correspondem a uma pequena porção do conjunto de evidências apresentadas pelo sítio, durante o período de sua ocupação indígena. De fato, correspondem somente aos vestígios que sobreviveram à ação do tempo, uma vez que toda a variedade de vestígios orgânicos utilizados (restos alimentares, faunísticos, cestaria, madeira, palhas, entre outros) rapidamente se deteriora.

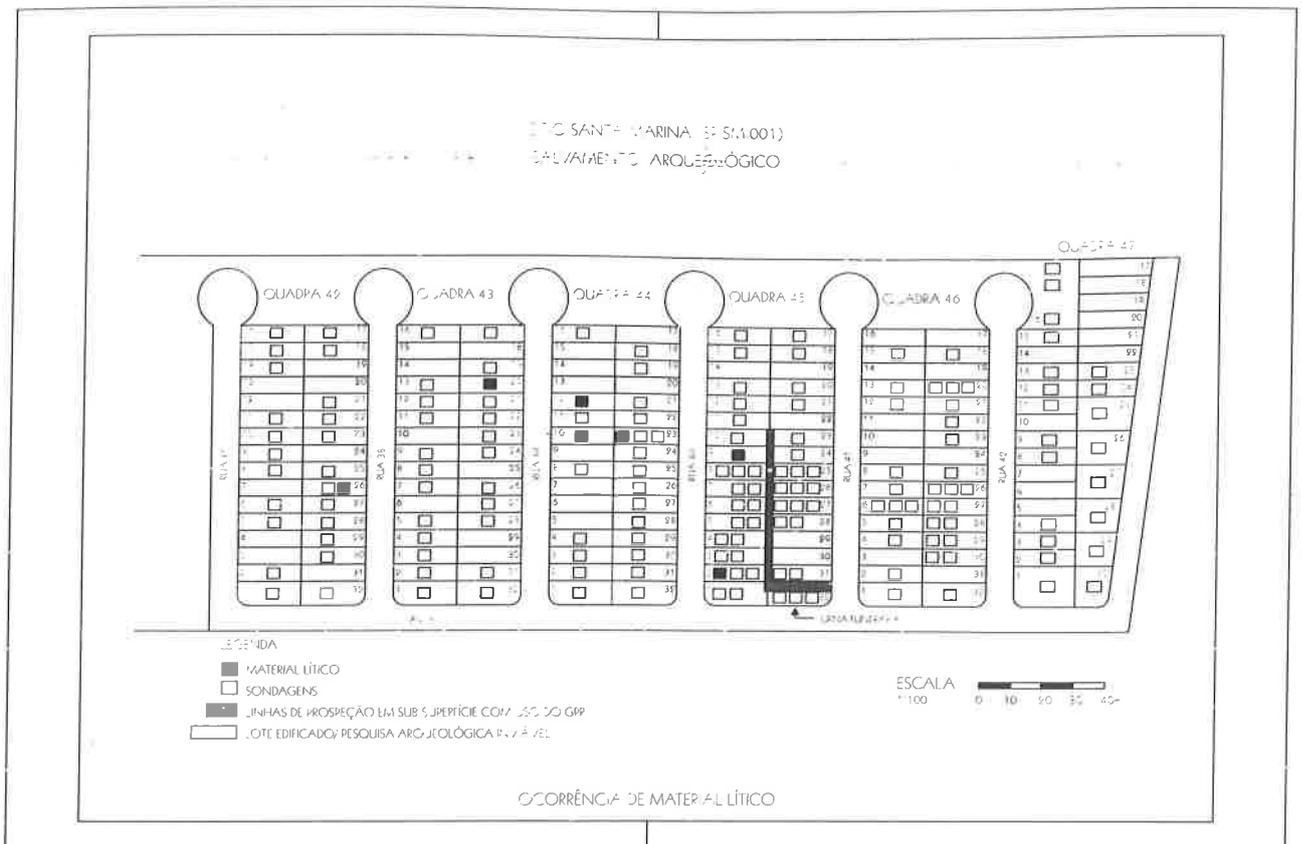


Fig. 27 - Raros, os utensílios de pedra lascada ou polida ocupam posições específicas no sítio arqueológico, abandonados nas imediações das habitações.

Por outro lado, devemos mais uma vez salientar que o presente estudo lida somente com uma porção do sítio, a que sofreu processos mais intensos de perturbação. Neste sentido, as discussões que se seguem correspondem a um exercício interpretativo, levantando hipóteses sobre a ocupação do sítio como um todo, bem como seu significado no contexto mais amplo em que se insere (a ocupação indígena do vale do Paraíba).

Em primeiro lugar, devemos discutir a configuração das manchas na área estudada. Conforme apresentado no início deste texto, análises de fotografias aéreas levaram a equipe de profissionais da Fundação Cultural de Jacarehy a identificar 18 manchas no sítio. Duas delas (Manchas 3 e 4) estariam presentes na área enfocada pelo presente trabalho.

Análises de fotointerpretação são feitas, obviamente, a partir de dados observados na superfície dos terrenos. Trata-se de reconhecer marcas no solo ou alterações feitas na paisagem, deixadas por ocupações humanas pretéritas. As análises também são úteis no monitoramento de mudanças ocorridas no sítio, causadas pela exploração atual.

Os trabalhos de sondagens realizados em todos os lotes viáveis das Quadras 42 a 47 do Loteamento permitem reavaliar a identificação e demarcação das Manchas 3 e 4.

Em primeiro lugar, devemos ressaltar que estas duas manchas foram confirmadas em sub-superfície, ou seja, contamos de fato com duas manchas de maiores proporções na área investigada.

Em segundo lugar, também a localização das manchas, grosso modo, foi confirmada. Conforme podemos avaliar pela figura 25, os trabalhos de fotointerpretação localizaram uma mancha entre as Quadras 43 e 44 (Mancha 3), e outra mancha entre as Quadras

45, 46 e 47 (Mancha 4). As escavações indicaram que estas manchas existem, porém com dimensões menores. A Mancha 3 ficou restrita à Quadra 44, e a Mancha 4, a uma porção das Quadras 45 e 46.

Este fato pode ser explicado pela distribuição que o material de superfície sofre, naturalmente, no decorrer do tempo. Ações antrópicas (cultivo, construções, abertura de ruas) e naturais (ação de chuvas, erosão) facilitam a dispersão das peças e do sedimento escuro na superfície, aumentando, conseqüentemente, o tamanho das manchas. Os trabalhos de sondagem, ao contrário, lidam com porções menos alteradas, e que, portanto, permitem precisar o tamanho das estruturas.

Por outro lado, foram ainda definidas duas outras manchas na área investigada (Manchas 3 e 4), mas de proporções bastante reduzidas. Em superfície, poderiam nem mesmo ser visíveis, ou então seus vestígios teriam se misturado ao das manchas maiores. Conforme veremos mais adiante, estas pequenas manchas devem corresponder a locais restritos de depósito de refugio, utilizados de forma menos intensiva e/ou durante menos tempo.

Estas análises não apenas confirmaram os dados fornecidos pela fotointerpretação, mas também permitem inferir que as demais manchas identificadas em Santa Marina são exatas. Devemos tratar, assim, de fato, com um sítio formado por 18 manchas maiores, podendo ocorrer um número de manchas menores.

A análise da maneira como os vestígios identificados em Santa Marina se distribuem no espaço fornecem os primeiros indicadores para discutir padrões culturais de uso do espaço. Estes padrões nos informam sobre como o grupo indígena estudado

organizava suas atividades na área do sítio, definindo indicadores de comportamento.

Devemos, antes de mais nada, considerar que as áreas de concentração de material arqueológico correspondem, na grande maioria das vezes, a áreas secundárias de refugo. Isto quer dizer que somente em casos excepcionais, os vestígios encontrados pelo arqueólogo estão no mesmo local em que foram utilizados pelos indígenas. Na grande maioria das vezes, os vestígios passam por um complexo e dinâmico processo de remanejamento durante o próprio período de ocupação do sítio. Desta forma, as áreas de concentração de material cerâmico e de material lítico identificadas em Santa Marina corresponderiam a locais de dejetos, onde o refugo teria sido acumulado e, em alguns casos, reaproveitado (como no caso dos fragmentos cerâmicos retirados para serem moídos e utilizados como antiplástico na formação de argila para confecção de novas vasilhas).

Diferentes estudos etnográficos mostram, por outro lado, que geralmente as áreas de refugo são formadas atrás das casas, enquanto o interior das casas é mantido limpo (Kent 1987). Dentro deste conceito, as cabanas deveriam ocorrer na área limpa (ou com menor quantidade de vestígios) e à frente das Manchas 3 e 4, voltadas para o espaço central da aldeia.

No espaço atrás da cabana ter-se-ia procedido, assim, ao despejo preferencial de refugo cerâmico, contendo ainda baixa quantidade de refugo lítico. Mais material lítico ocorre, por outro lado, na porção leste do sítio, sugerindo um depósito específico deste material em outra área, talvez pelo fato de corresponder a um tipo de vestígio de maior risco (cortante). Por fim, na área ainda

mais externa das cabanas (aproximadamente 50 metros) teríamos o local de sepultamentos. Estes dados, mesmo que restritos, permitem esboçar as primeiras hipóteses de uso diferenciado e hierarquizado do espaço, através da definição de áreas específicas de atividade.

Por outro lado, considerando a proximidade existente entre as Manchas 3 e 4 (tendo menos de 30 metros entre si) seria difícil supor que suas respectivas cabanas teriam coexistido, ou seja, que teriam sido erguidas e ocupadas ao mesmo tempo. De fato, é comum em aldeias desta natureza, a substituição das cabanas ao longo do tempo por motivos diversos (morte de um dos indivíduos da cabana, envelhecimento da construção, pragas, etc...). Este processo leva ao abandono (e possível destruição) de cabanas e construção de novas, nas proximidades.

Provavelmente este seria o caso das cabanas correspondentes às Manchas 3 e 4 e, também, de algumas das demais 16 manchas identificadas na área total do sítio. Algumas manchas, inclusive, se sobrepõem parcialmente (como as manchas 16 e 17, **fig. 28**), confirmando a impossibilidade de terem sido concomitantes. Dentro desta discussão, poderíamos sugerir que o número total de cabanas coexistindo na aldeia seria inferior a 18, talvez não alcançando nem mesmo a metade deste número.

No que diz respeito ao enterramento dos mortos, embora tenha sido possível identificar apenas uma urna funerária no final da Quadra 45, é possível sugerir que ali não seria o único local para a prática desta atividade. Provavelmente haveriam outros locais, talvez mesmo atrás de cada cabana, onde os mortos relacionados



Fig. 28 - Reconstituição da planta da aldeia. As 18 manchas observadas a partir da análise de fotos aéreas sugerem que algumas habitações foram abandonadas por seus moradores durante o processo de ocupação da aldeia. Algumas, bastante próximas das outras deixam claro elas não existiram ao mesmo tempo.

àquela casa fossem enterrados. Isto porque seria de esperar que um sítio do tamanho de Santa Maria fornecesse um número maior de enterramentos, que certamente teriam sido, ao menos em parte, identificados no fundo das quadras 45 e 46. Assim, parece-nos mais viável considerar que o enterramento dos mortos era feito atrás de diferentes cabanas, e não em uma única área.

Finalmente, podemos sugerir que a ocupação da aldeia teria persistido até próximo à época do contato com o colonizador europeu. As duas datações absolutas obtidas indicam, para a base do sítio, de 1400 a 1475 dC. A base do sítio corresponderia ao período inicial da ocupação. Se considerarmos que o sítio tenha sido ocupado pelo menos por um período de uma geração (50 anos), a data máxima alcançaria 1525. Provavelmente o sítio foi ocupado por um tempo maior, considerando o fato de termos evidências de abandonos e construções consecutivas de cabanas em seu interior. Assim, a data poderia ir um pouco mais adiante e, estaríamos lidando com uma aldeia ocupada na época do descobrimento.

Somente com um maior número de datações do sítio, em locais onde a estratigrafia estivesse mais intacta, seria possível desenvolver esta questão. No entanto, mesmo que estes indígenas tivessem entrado em contato com o europeu, isto teria ocorrido de forma bastante específica, rápida e/ou fortuita, uma vez que o sítio não apresentou qualquer evidência de interação na cultura material (como presença de peças européias ou peças indígenas adotando influências européias), bastante comuns em sítios arqueológicos de contato.

CAPÍTULO 8

SANTA MARINA E
O VALE DO PARAÍBA

O conhecimento atual sobre a ocupação de grupos ceramistas pré-coloniais no Estado de São Paulo é ainda bastante incompleto. Hoje são conhecidos cerca de 200 sítios, que estão longe de corresponder à sua totalidade. Isto se deve, pelo menos em parte, ao fato de contarmos com grandes extensões territoriais praticamente desconhecidas, como é o caso do próprio vale do Paraíba. Por outro lado, mesmo nas regiões que tem merecido estudos prolongados, o número de sítios identificados varia, de acordo com a própria natureza, objetivos e alcances das pesquisas desenvolvidas.

Sem dúvida, os 200 sítios cerâmicos de São Paulo apresentam consideráveis variações, que não foram ainda sistematicamente exploradas. Variações na indústria cerâmica levaram à definição de três grandes unidades classificatórias: a tradição Tupiguarani, a tradição Itararé e a tradição Aratu/Sapucaí. Entretanto, mesmo estas tradições, muitas vezes, se baseiam em descrições incompletas da cerâmica, e se desconhecem seus significados culturais. Pouco se discutiu sobre outras variações que os sítios apresentam, relacionadas a sua própria estrutura (tamanho, morfologia, implantação), bem como a outras indústrias que lhe são associadas (lítica lascada, polida, entre outras). Uma vez que o sítio Santa Marina apresentou material cerâmico relacionável à tradição Tupiguarani, enfocaremos aqui os dados sobre ela.

Considerando a cronologia das ocorrências, os primeiros grupos ceramistas a ocuparem o território atual do Estado de São Paulo seriam justamente os portadores de cerâmica Tupiguarani. O sítio mais antigo está localizado no vale do Tietê e foi datado por

termoluminescência em 250 aC (sítio Ary Carneiro - Maranca et alii 1994:225-6). Trata-se ainda de data isolada, uma vez que os demais sítios de São Paulo ocorrem a partir do início do século V de nossa era, tendo-se a data de 400 dC para o sítio Franco de Godoy, localizado no vale do Pardo (Pallestrini 1981/82) e 410 para o sítio Jango Luís, no vale do Paranapanema (Pallestrini 1968/69:51), ambos datados pelo método do C14.

A datação mais recente é de 1.480 dC (sítio Almeida, no vale do Paranapanema, por C14 - Vilhena de Moraes 1975:38). Por outro lado, diferentes sítios de contato com o colonizador europeu comprovam a permanência destes ceramistas no Estado até ao menos os séculos XVI-XVII: enquadra-se aqui o sítio Taboão (SP-TA-10) localizado no município de Mogi das Cruzes, em terreno da GM, datado do século XVII (Profa. Margarida Andreatta, comunicação pessoal); os aldeamentos jesuítas do Paranapanema (Thomaz 1995); e as referências a seus vestígios em diferentes pontos do litoral: em Peruíbe (Pereira Jr. 1965), Iguape (Krone 1914; Scatamacchia & Uchôa 1993), Praia Grande (Myasaki 1976) e Ubatuba (Uchôa & Garcia 1976; Uchôa, Scatamacchia & Garcia 1984).

Também para a região próxima à cidade de São Paulo (campos de Piratininga) existem indicações de aldeias Tupi-Guarani no século XVI (Leite 1938; Hemming 1978), bem como de cerâmica Tupiguarani em alguns de seus bairros (Pereira Jr. 1964). De resto, diferentes trabalhos indicam que boa parte do território paulista era largamente ocupado por grupos Tupi-Guarani à época do Descobrimento, principalmente em sua porção litorânea e em extensa faixa central, cortando o Estado no sentido NE-SW (para uma revisão, vide Magalhães 1993).

As datações obtidas indicam uma ocupação em São Paulo de grupos portadores de cerâmica Tupiguarani por aproximadamente 1.750 anos, período em que certamente ocorreu uma série de variações nos assentamentos, tanto no tempo como no espaço. Não contamos ainda, entretanto, com análises sistemáticas sobre estas variações, embora elas se mostrem fundamentais para discutir questões como a própria unidade e significado antropológico do que se denomina "tradição Tupiguarani", além de fornecer subsídios para definir a estrutura, funcionamento e mudança dos assentamentos envolvidos.

Todas estas informações indicam fortemente que os sítios com cerâmica Tupiguarani de São Paulo estão longe de constituir uma unidade. Ao contrário, fornecem importantes indícios de especificidades locais e regionais.

Infelizmente, no caso específico do vale do Paraíba, não se contava, até bem recentemente, com outros sítios de cerâmica Tupiguarani exaustivamente estudados, restando apenas as referências apresentadas por Maranca em 1969.

A implantação de uma política voltada ao reconhecimento e resgate do patrimônio arqueológico no município de Jacareí modifica sensivelmente essa situação, pois, em menos de dois anos, outros 3 sítios cerâmicos foram pesquisados: o sítio Villa Branca (pesquisa realizada também por González e Zanettini, autores desta obra), o sítio Pedregulho (escavado pela arqueóloga Cristina Scatamacchia) e o sítio Mirante do Vale (pesquisa realizada por Plácido Cali).

Já, a bibliografia histórica nos indica que o vale do Paraíba teria sido ocupado por grupos falantes da língua Tupiguarani na época do contato com o colonizador europeu (Reis 1939).

Segundo Metraux (1948), no século XVI o baixo curso do rio Paraíba teria sido ocupado por grupos denominados Temiminó, enquanto o interior do vale teria grupos Tupinambá. Desta forma, e uma vez que a ocupação do sítio Santa Marina se deu no final do século XV e início do XVI, estabelecemos aqui uma relação entre os grupos portadores de cerâmica Tupiguarani, arqueologicamente definidos em Santa Marina, e grupos falantes de língua Tupi-Guarani (provavelmente Tupinambá), descritos etnograficamente.

SOBRE UMA HISTÓRIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM JACAREÍ NO ESTADO DE SÃO PAULO

Os documentos aqui reunidos complementam um processo que relata oito anos de trabalho de um município em busca do significado dos bens arqueológicos oriundos de seu território, de suas origens, de uma parte de sua história.

Em 1997, a Prefeitura, através do então Diretor da Fundação Cultural Jacareí e grande responsável por este trabalho, contratou um arqueólogo para tratar de um acervo de peças de arqueologia sob a guarda do município. Em cooperação com a Superintendência do IPHAN em São Paulo, foi iniciado um trabalho que partiu da averiguação do sítio de onde provinham as peças e acabou em um criterioso mapeamento das áreas de interesse arqueológico do município.

Esses dados foram fundamentais para a análise de ocorrências como as do Sítio Santa Marina, permitindo que uma situação inicial de conflito entre um empreendedor responsável pela abertura de um loteamento, no caso o agente mutilador, e o representante municipal dos interesses do patrimônio público em perigo, entrassem em acordo, através da imprescindível mediação do Ministério Público Federal e do IPHAN. Uma equipe de arqueólogos foi contratada para proceder ao salvamento do sítio ameaçado e, desta forma, o desentendimento pôde ser esclarecido, estabelecendo-se a cooperação entre as partes. Os danos iniciais foram ressarcidos em forma de conhecimento produzido e devolvido à comunidade de

diversas formas. Parte do sítio foi escavado, salvo e liberado aos proprietários dos lotes em tempo hábil. Um bloco testemunho foi protegido, devidamente cercado e sinalizado. O material arqueológico recolhido, o fio da meada desta história, foi curado e interpretado e a Prefeitura tratou da regularização da guarda e da exposição das peças. A elaboração de um relatório detalhado, com as conclusões científicas e dados históricos, coroou o trabalho, que ainda recebeu ampla divulgação pela mídia em todas as suas etapas.

Que este final feliz possa servir de estímulo às instituições, às comunidades e aos seus representantes no tratamento de seus sítios e acervos. Aos empreendedores, ao provar que uma operação de salvamento do patrimônio cultural do país pode ser proveitosa ao associar a imagem da empresa ao cumprimento da lei e a um bem sucedido e instigante trabalho científico; aos municípios ao apontar o enorme potencial da implantação de uma política de preservação do patrimônio arqueológico e valorização de acervos; finalmente à comunidade, maior beneficiária desta ação, que vê assim respeitado seu direito fundamental à cultura, reunindo novos subsídios para a construção de sua história, da qual passaram a fazer parte os fragmentos do Sítio Santa Marina, "uma mensagem de ternura dos nossos antepassados".

Maria Lúcia F. Pardi
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
9ª Superintendência Regional

geografia
território
desenvolvimento
legal

? de
espaço físico

trabalho científico de
desenvolvimento

**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
E ARTÍSTICO NACIONAL**

Departamento de Proteção

PORTARIA Nº 4, DE 3 DE MARÇO DE 1998

**Dispõe sobre permissão para salvamento arqueológico
do Sítio Santa Marina, em Jacarel/SP.**

O Diretor do Departamento de Proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, nova denominação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC, nos termos da Portaria nº 88, de 04.05.95, publicada no D.O.U., Seção 2, de 30.06.95 e de acordo com o disposto no Anexo I, do Decreto nº 335, de 11 de novembro de 1991, na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, na Portaria SPHAN nº 07, de 01 de dezembro de 1988 e ainda do que consta do processo administrativo nº 01506.000175/97-77, resolve:

I - Expedir a presente permissão aos Arqueólogos Paulo E Zanettini e Erika M. R. Gonzalez, com o apoio Institucional do Centro de Estudos de Ciências Humanas, para realizar o salvamento de todo o Sítio Santa Marina, em Jacarel, São Paulo, que tem como referência o ponto com as coordenadas 23° 24' 01" / 40° 44' 59"W, 500 m de raio circundante.

II - Reconhecer como Coordenadores dos trabalhos de que trata o item anterior os arqueólogos detentores da presente permissão, cujo projeto de pesquisa se intitula: "Projeto de Salvamento Sítio SP-SM-001 - Jacarel/SP".

III - Determinar à 9ª Coordenação Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito ao material coletado e a sua destinação.

IV - Condicionar a eficácia da presente permissão, à apresentação, por parte dos Arqueólogos-coordenadores, de relatório semestral e ao término do prazo fixado nesta Portaria, de relatório final.

V - Fixar o prazo de validade desta permissão em 01 (hum) ano, observada a disposição do item anterior.

VI - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SABINO MACHADO BARROSO

(Of. nº 22/98)

Departamento de Proteção

PORTARIA Nº 12, DE 9 DE MARÇO DE 1999

Dispõe sobre a liberação parcial do Sítio arqueológico Santa Marina, localizado no Jardim Santa Marina - Jacarei, Estado de São Paulo.

A DIRETORA do DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, nos termos da Portaria nº 88, de 04.05.95, publicada no D.O.U., Seção 2, de 30.06.95 e de acordo com o disposto no Anexo I, do Decreto nº 2.807, de 21 de outubro de 1998, na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, na Portaria SPHAN nº 07, de 01 de dezembro de 1988 e ainda do que consta do processo administrativo nº 01506.000175/97-77, resolve:

I - Conceder, com base em laudo técnico que passa a integrar o processo administrativo supra mencionado, a liberação da área de 74.400m² do sítio arqueológico Santa Marina, situado no município de Jacarei, no Estado de São Paulo, cuja pesquisa foi objeto da Portaria nº 04, de 03 de março de 1998, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 03/03/98, pág.68, e realizada conforme projeto intitulado "Projeto de Salvamento Sítio SP-SM-001-Jacarei-São Paulo".

II - Estabelecer que o bloco testemunho será constituído pela área de 6.000m², tomando um triângulo compreendido entre a avenida Cristal, a cerca da Companhia Brasileira de Cristais - CEBRACE e o prolongamento do limite do loteamento denominado Jardim Santa Marina, tendo como vértice o ponto GPS 29° 29' 01" S e 40° 44' 58" W, devidamente descontada a faixa de reserva do domínio.

III - Determinar que a área fixada no item anterior não poderá ser utilizada para depósito de entulhos, para manobras, nem para quaisquer outras ocupações que possam ser danosas à sua integridade como patrimônio arqueológico.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MÁRCIA SANT'ANNA



MINISTERIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
9ª Superintendência Regional/São Paulo

TERMO DE GUARDA DE BENS ARQUEOLÓGICOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN E A
FUNDAÇÃO CULTURAL DE JACAREÍ - JOSÉ MARIA DE ABREU,

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e noventa e nove (1999), o INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, nova denominação do *Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC*, autarquia federal, vinculada ao Ministério da Cultura, criado pelas Leis n.ºs 8.029 de 12 de abril de 1990, com sede em Brasília, DF, na SBN, Quadra 2, Edifício Central Brasília, 6º andar e Gabinete de Representação na cidade do Rio de Janeiro/RJ, rua da imprensa n 16,8 andar, neste ato representado por sua Superintendente Regional da 9ª SR/IPHAN/SP, Cecília Helena Godoy Rodrigues dos Santos, doravante denominado IPHAN e a FUNDAÇÃO CULTURAL JACAREÍ - JOSÉ MARIA DE ABREU, entidade pública, sem fins lucrativos, mantida pelo Município de Jacareí, situado no Estado de São Paulo, criada em 27/12/93, pela Lei 3.477, pela Prefeitura de Jacareí, com sede na rua Utah, 300 Jardim Flórida - Jacareí, São Paulo, inscrita no CGC/MF sob o nº 50.457.753/0001-07, neste ato representada por seu Presidente, Dr. Frederico Lencioni Neto, inscrito no CPF sob nº 046.861.288-20, portador da carteira de identidade nº 3.277.040, expedida pela SSP/SP em 29/09/63, doravante denominada FUNDAÇÃO, resolvem firmar o presente Termo de Guarda, com base na Lei 3.924 de 26 de julho de 1961 e demais normas legais vigentes e pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto deste instrumento é a concessão por parte do IPHAN para que a FUNDAÇÃO mantenha a guarda do material arqueológico constante na relação e demais documentos em anexo, que passam a integrar o presente, independentemente de transcrição.

Parágrafo primeiro - O material arqueológico cuja guarda é concedida à FUNDAÇÃO é proveniente da região de Jacareí/SP, sítios Santa Marina, Mirante do Vale, Villa Branca e Pedregulho.

Parágrafo segundo - Na hipótese de novo lote ou outras peças virem a ser agregados aos bens constantes da relação mencionada no "caput" desta Cláusula, as partes firmarão termo aditivo ao presente, para que os bens sejam especificados e a guarda mantida de forma regular.



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
9ª Superintendência Regional/São Paulo

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES

Em decorrência do presente Termo, as partes se obrigam a:

I - IPHAN

1. Reconhecer a FUNDAÇÃO como instituição idônea para manter a guarda de bens arqueológicos e, para tanto, detentora de condições técnicas e de segurança compatíveis;
2. Instituir, orientar e atender a FUNDAÇÃO relativamente às solicitações de consultoria técnica necessárias à manutenção da guarda dos bens arqueológicos;
3. Acompanhar e fiscalizar, periodicamente, o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente, com observância de sua competência e atribuições legais.

II - FUNDAÇÃO

1. Guardar o material recebido em boas condições de segurança, em local iluminado, arejado e com sólida constituição estrutural, mantendo-o acessível ao público;
2. Indicar o(s) curador(es) responsável(is) pelas peças, as condições de guarda e o local das exposições permanentes, depósitos ou reservas técnicas;
3. Manter o IPHAN informado, mediante relatórios anuais, sobre as condições do material e as atividades das quais foram objeto, comunicando imediatamente qualquer ocorrência danosa ao bem público.

Parágrafo único - O IPHAN cumprirá as obrigações constantes deste instrumento por intermédio da sua 9ª Superintendência Regional, situada na Cidade de São Paulo, SP, na Rua Baronesa de Itú, nº 639.



**MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
9ª Superintendência Regional/São Paulo**

CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS/DESPESAS

O presente relatório não envolve transferência de recursos devendo cada uma das partes arcar com as despesas decorrentes das obrigações ora assumidas com recursos próprios ou obtidos através de outras fontes.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

O presente Termo terá vigência pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - ALTERAÇÕES

Este instrumento poderá ser alterado, rescindido, denunciado ou ter seu prazo prorrogado, por acordo entre as partes, desde que haja comunicação expressa de uma à outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e antes do seu termo final, sempre através de instrumento próprio.

CLÁUSULA SEXTA - RESCISÃO

O presente Termo poderá ainda ser rescindido por descumprimento das cláusulas ou condições nele estabelecidas ou na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) disposição legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

CLÁUSULA SÉTIMA - EMPRÉSTIMOS E DESLOCAMENTOS

Empréstimos, cessões temporárias a terceiros, exposições itinerantes ou qualquer outra atividade que implique em deslocamento das peças de seu local de guarda ou alteração das condições de conservação, deverão ser prévia e expressamente autorizadas pelo IPHAN.



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
9ª Superintendência Regional/São Paulo

CLÁUSULA OITAVA - EXTRAVIO OU DESTRUIÇÃO

A perda, extravio ou destruição ocorrida de forma injustificada e indefensável dos bens arqueológicos cuja guarda está sendo concedida, obrigará a FUNDAÇÃO a ressarcir os cofres públicos de quantia a ser estipulada, suficiente para preservação de outros bens arqueológicos da mesma região, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA NONA - FORO

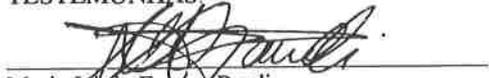
As dúvidas, questões ou casos omissos decorrentes da execução deste instrumento serão resolvidos de comum acordo entre as partes, ficando desde já eleito o foro da Cidade de Brasília, DF, (Justiça Federal), para dirimir as questões que não forem solucionadas amigavelmente, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

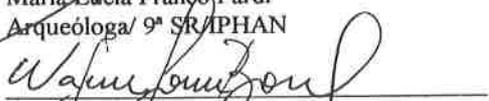
E, por estarem justas e pactuadas, assinam as partes o presente Termo de Guarda em 4 (quatro) vias de igual teor, forma e data, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.


Frederico Lencione Neto
Presidente
FUNDAÇÃO CULTURAL JACAREÍ


Cecília Rodrigues Dos Santos
Superintendente Regional/9ª SR/IPHAN
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
E ARTÍSTICO NACIONAL

TESTEMUNHAS:


Maria Lúcia Franco Pardi
Arqueóloga/ 9ª SR/IPHAN


Wagner Gomes Borna
Arqueólogo Fundação Cultural Jacareí

**ARROLAMENTO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO
OBJETO DO TERMO DE GUARDA QUE ENTRE SI
CELEBRAM A 9ªSR/IPHAN E A FUNDAÇÃO
CULTURAL JACAREÍ-JMA.**

1. Sítio Santa Marina : 1ª escavação 0001 a 14.378
fragmentos cerâmicos 01 a 159 líticos

2ª escavação - 1958 peças cerâmicas, incluindo uma urna e uma
tijela remontadas - 5 líticos lascados e 5 líticos polidos,
2. Sítio Mirante do Vale: 01 a 158 – fragmentos cerâmicos
01 a 08 - fragmentos de louça
3. Sítio Pedregulho : 01 a 019 - líticos
01 a 7626 – fragmentos cerâmicos
4. Sítio Villa Branca : 01 a 19.653 – fragmentos cerâmicos
01 a 382 – líticos
01 a 793 – fragmentos de louça
01 a 776 - fragmentos de vidro.

Aos supracitados arrolamentos de conteúdo , correspondem
os inventários de peças também anexos e constantes do termo
além de seu depósito legal na 9ª SR/IPHAN e FUNDAÇÃO

A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO DO SÍTIO SANTA MARINA

O salvamento arqueológico do Sítio Santa Marina, localizado no Vale do Rio Paraíba do Sul, no Estado de São Paulo, que ora se conclui com a publicação científica sobre os resultados da pesquisa ali empreendida, representa experiência que merece ser difundida, quer como forma de levar a toda a comunidade o enriquecimento propiciado pelos estudos dos recursos culturais e testemunhos materiais revelados nas escavações procedidas no indicado sítio, quer, e notadamente, com o relevante escopo de fazer despertar a sociedade para a importância do respeito aos bens que constituem o patrimônio cultural nacional.

Avulta a importância da divulgação, para fins educativos, de trabalhos da natureza do presente, porquanto, não raras vezes, a destruição de elementos e estruturas arqueológicas, bens da União, integrantes do patrimônio cultural brasileiro, na forma do artigo 20, inciso X, e artigo 216 da Constituição Federal, é fruto do desconhecimento quanto ao interesse de sua adequada salvaguarda de que resulta o direito e o dever legal de identificar, proteger, valorizar e transmitir às futuras gerações os legados e vestígios materiais e culturais, devidamente estudados, de organizações sociais pretéritas.

Felizmente, no caso do Sítio Arqueológico Santa Marina, as partes envolvidas – empreendedor e Poder Público local – devidamente esclarecidas sobre o dever legal e o interesse de proteção da descoberta, não tardaram a compreender suas responsabilidades frente àquele bem cultural, anuindo em celebrar Compromisso de Ajustamento de Conduta, tomado pelo Ministério

Público Federal, no legítimo exercício de sua missão constitucional de tutela do patrimônio cultural brasileiro e na forma do disposto no artigo 5º, parágrafo 6º, da Lei nº 7.347/85, com a interveniência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, visando ao cabal adimplemento das obrigações legais impostas pela Lei nº 3.924/61 que impede, a teor de seu artigo 3º, a mutilação ou destruição dos sítios arqueológicos e pré-históricos antes de sua prévia pesquisa.

Assim sendo, cumprindo-se os desígnios da Lei nº 3.924/61, fidedignamente traduzidos nas cláusulas pactuadas do Instrumento de Compromisso de Ajustamento de Conduta então firmado, com permanente acompanhamento pelo IPHAN - ao qual incumbe, nos termos do mesmo diploma legal, a prévia autorização e o controle das condições gerais a que está subordinada a pesquisa arqueológica - levaram as partes a muito bom termo o trabalho de salvamento do Sítio Arqueológico Santa Marina restituindo-se, finalmente, à comunidade o conhecimento produzido sobre o bem cultural.

Importante registrar, ainda, o fato de que as lições aferidas no caso do Sítio Santa Marina, onde os trabalhos desenvolvidos suscitaram, desde logo, considerável interesse da comunidade local, inspiraram outros empreendedores, então informados sobre suas obrigações legais, a iniciar, com autorização prévia do IPHAN, projetos de salvamento arqueológico na mesma região.

Certo está, assim, o Ministério Público Federal do particular interesse na difusão do presente trabalho para fins científicos, históricos e educativos, em ordem a que toda a sociedade participe dos resultados alcançados, fazendo nela crescer a estima e o apreço pelo nosso patrimônio arqueológico.

**Ministério Público Federal por seus
representantes no Estado de São Paulo**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Pelo presente instrumento e na melhor forma de Direito, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelos Procuradores da República infra assinados, toma das partes a seguir qualificadas **AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com assento no disposto no art. 5º, parágrafo 6º da Lei nº 7.347/85, e em razão do que se obrigam pelos termos das cláusulas a seguir avençadas.

I - MÔNACO SIANI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, por seu representante legal, Dante Ronald Mônaco Siani, RG nº 3.091.059 - SSP-SP e CPF nº 025.566.938-00, com sede social na cidade de Nova Odessa, na Estrada Municipal nº 455, Distrito Industrial nº 1, São Paulo, doravante simplesmente denominada **MÔNACO SIANI**;

II - PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ, representada pelo Exmo. Sr. Benedito Sérgio Lencioni, Prefeito Municipal de Jacareí;

III - FUNDAÇÃO CULTURAL JACAREÍ, representada por sua Presidente, Sra. Ludmila Saharovsky, na forma do Estatuto da entidade, aprovado pelo Decreto Municipal nº 343/94; e



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Pelo presente instrumento e na melhor forma de Direito, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelos Procuradores da República infra assinados, toma das partes a seguir qualificadas **AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com assento no disposto no art. 5º, parágrafo 6º da Lei nº 7.347/85, e em razão do que se obrigam pelos termos das cláusulas a seguir avençadas.

I - MÔNACO SIANI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, por seu representante legal, Dante Ronald Mônaco Siani, RG nº 3.091.059 - SSP-SP e CPF nº 025.566.938-00, com sede social na cidade de Nova Odessa, na Estrada Municipal nº 455, Distrito Industrial nº 1, São Paulo, doravante simplesmente denominada **MÔNACO SIANI**;

II - PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ, representada pelo Exmo. Sr. Benedito Sérgio Lencioni, Prefeito Municipal de Jacareí;

III - FUNDAÇÃO CULTURAL JACAREÍ, representada por sua Presidente, Sra. Ludmila Saharovsky, na forma do Estatuto da entidade, aprovado pelo Decreto Municipal nº 343/94; e



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

IV - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Cultura, por sua 9ª Coordenadoria Regional, com endereço na Rua Baronesa de Itu, 639, nesta Capital, representada por sua Coordenadora Regional, Arquiteta Cecília Rodrigues dos Santos, RG nº 4.356.934 - SSP-SP e CPF nº 007.780.948-39, por seu Procurador, Dr. Reynaldo Francisco Mora, OAB/SP nº 19316, e pela Arqueóloga Maria Lúcia Franco Pardi, RG nº 6.295.429 SSP/SP, doravante simplesmente denominado IPHAN/9ª CR;

especialmente considerando que

- a empresa MÓNACO SIANI implantou, com a anuência da PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ, loteamento denominado JARDIM SANTA MARINA, em área parcialmente incidente sobre o conhecido Sítio Arqueológico Santa Marina, localizado naquele Município de Jacareí, provocando a destruição parcial do referido acervo arqueológico;
- o indicado Sítio Arqueológico está identificado no IPHAN sob o n. SP-SM-001, conforme registro realizado em 11.07.97, que integra o anexo 1 do presente termo;
- o referido patrimônio é protegido pela Lei nº 3.924/61 que impede, na forma do artigo 3º, a mutilação ou destruição dos sítios arqueológicos e pré-históricos, bens da União, na forma do artigo 20 da Constituição Federal, antes de sua prévia pesquisa;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- impõe-se seja procedido, em caráter emergencial, o salvamento arqueológico do patrimônio ainda em risco de perecimento irreversível, para a definitiva liberação da área aos adquirentes dos terrenos loteados que ainda não sofreram intervenção, localizados na quadras 42, 44, 45, 46 e 47, conforme relatório produzido pela FUNDAÇÃO CULTURAL JACAREÍ e que integra o presente termo como anexo 2; e

- que se entende por salvamento arqueológico um processo de pesquisa mais expedito do que os habitualmente empreendidos pelas academias, mas incluindo, minimamente, as seguintes etapas:

a) definição do arqueólogo profissional responsável pela pesquisa e reunião de documentos;

b) elaboração de Plano de Trabalho pelo arqueólogo designado, nos moldes da Portaria SPHAN nº 07/88, a ser encaminhado ao IPHAN/9ª CR, para devido licenciamento; e

c) após autorização do IPHAN/9ª CR, início da etapa de coleta/escavação em campo, seguindo as hipóteses teóricas de pesquisa, previamente estabelecidas em gabinete, sendo, em seguida, o material trabalhado em laboratório, limpo, catalogado, identificado, analisado, acondicionado e guardado sob condições técnicas adequadas. As análises incluem exames de datação entre outros, que podem se dar sob diversos métodos, em geral não realizados ainda no país. A documentação produzida é sintetizada, interpretada e apresentada para discussões científicas, publicação e divulgação para fins educacionais e culturais, devolvendo-se, finalmente, à



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

comunidade o conhecimento produzido sobre o bem cultural destruído pelo processo de pesquisa e pelo desenvolvimento, à guisa de contrapartida pela perda dos testemunhos arqueológicos. Nos termos da Lei 3924/61, deverão ser deixados blocos testemunhos para ulteriores análises propiciadas pelo avanço tecnológico dos métodos investigativos de pesquisa;

RESOLVEM as partes qualificadas celebrar o presente **AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, título executivo extrajudicial, assumindo os seguintes compromissos:

CLÁUSULA PRIMEIRA Durante a execução dos procedimentos de salvamento arqueológico, a empresa **MÔNACO SIANI** ficará como **guardiã provisória** da área a ser pesquisada, e que corresponde aos lotes indicados no anexo 2, localizados nas quadras 42, 44, 45, 46 e 47 do loteamento Jardim Santa Marina, e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ** com a atribuição de proceder à **fiscalização** até a liberação definitiva área, a ser efetuada através de emissão de guia do IPHAN/9º CR, prevista no art. 22 da Lei nº 3.924/61, uma vez comprovado o término da pesquisa e a aprovação dos resultados finais, conforme plano inicialmente apresentado.

Parágrafo Único Como auxílio à fiscalização a ser efetuada, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ** procederá à colocação de placa informativa no local, conforme modelo apresentado e determinado pelo IPHAN/9º CR.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

CLÁUSULA SEGUNDA O IPHAN/9ª CR acompanhará o desenvolvimento das atividades de salvamento arqueológico, prestando esclarecimentos às partes interessadas, zelando pelo bom cumprimento das normas de regência da matéria e do presente AJUSTAMENTO DE CONDUTA, dando ciência às partes do cumprimento das etapas necessárias ao resgate do acervo arqueológico em questão.

CLÁUSULA TERCEIRA A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ é solidariamente responsável com a empresa MÔNACO SIANI pelo salvamento do sítio. A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ, através da FUNDAÇÃO CULTURAL JACAREÍ, sem perder a sua isenção de órgão fiscal, providenciará:

a) a apresentação, no prazo de 30 (trinta) dias da assinatura do presente, de relação dos proprietários dos lotes a serem pesquisados, contendo a manifestação da urgência de uso do solo;

b) a reunião de informações, documentos e acervo dispersos sobre as abordagens já efetuadas no bem em questão, para colocá-los à disposição do arqueólogo responsável pela pesquisa;

c) a cessão de infra-estrutura para o uso do laboratório em que será realizada a análise do material referente ao Sítio Arqueológico, tanto aquele já catalogado, como o que será produzido;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

d) a cessão de Reserva Técnica para a guarda definitiva do acervo e produtos da pesquisa;

e) a regularização perante o IPHAN/9ª CR da guarda do acervo em questão;

f) a produção de trabalho escrito, que será anexado ao trabalho final apresentado para publicação pelo arqueólogo responsável pelo salvamento, contendo explanação sobre arqueologia, seu objeto, objetivos da preservação do patrimônio cultural, com o levantamento histórico regional e acerca dos trabalhos anteriormente realizados na mesma região; e

g) a fiscalização da área em processo de pesquisa, articuladamente com a FUNDAÇÃO CULTURAL JACAREÍ, de forma a impedir que se destruam outros lotes nas quadras identificadas como de interesse arqueológico no Anexo 2 deste Termo.

CLÁUSULA QUARTA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ reitera o compromisso assumido, em reunião de 15.07.97, com o IPHAN/9ª CR de não expedição de alvará para a construção nos lotes a serem pesquisados, conforme relação constante do Anexo 2 deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ adotará todas as medidas necessárias para impedir a deposição de entulho e lixo nos locais a que se refere o presente compromisso, procedendo a permanente fiscalização.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

CLÁUSULA SEXTA

A empresa MÔNACO SIANI providenciará, às suas expensas, a contratação de arqueólogo ou equipe de arqueólogos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da assinatura do presente compromisso, para assumir, licenciar e executar o salvamento em tela, arcando com todas as despesas imprescindíveis à execução dos trabalhos de salvamento arqueológico em questão, conforme definido nos *consideranda* do presente instrumento, bem como com as despesas de editoração e publicação do resultado da pesquisa (salvamento arqueológico), observado o direito autoral do arqueólogo responsável, e do trabalho escrito de que trata a alínea "f" da CLÁUSULA TERCEIRA, garantindo a tiragem mínima de 300 (trezentos) exemplares, bem assim análises e exames necessários do acervo e a compra de equipamentos indispensáveis ao salvamento arqueológico de que se trata.

CLÁUSULA SÉTIMA

A empresa MÔNACO SIANI providenciará que o arqueólogo contratado ou a equipe de arqueólogos:

a) encaminhe pedido de licenciamento ao IPHAN/9ª CR em, no máximo, 15 (quinze) dias após a contratação;

b) aguarde autorização do IPHAN/9ª CR para o início das pesquisas, iniciando-as imediatamente após expedido o ato respectivo;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

c) possa exaurir o máximo de dados e informações susceptíveis de serem reunidos na otimização dos registros arqueológicos já parcialmente afetados;

d) observe a escala de prioridades de uso do terreno apresentada na forma da alínea "a" da CLÁUSULA TERCEIRA pela PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ e, sempre que possível, promova a adequação do cronograma de pesquisas à necessidade de liberação dos terrenos previamente determinados;

e) efetue as coletas, escavações e análises com o apoio do laboratório e Reserva Técnica da FUNDAÇÃO CULTURAL JACAREÍ durante as etapas de campo;

f) desenvolva as atividades de acordo com a Lei nº 3.924/61 e Portaria SPHAN nº 07/88 e demais compromissos assumidos quando da aprovação Plano de Trabalho perante o IPHAN/9ª CR, no prazo máximo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado desde que concordes o IPHAN/9ª CR e o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

CLÁUSULA OITAVA

A empresa MÔNACO SIANI e a PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ encaminharão mensalmente a partir da celebração deste Termo, e em documentos individuais, ao IPHAN/9ª CR, com cópia ao MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, relatório circunstanciado das providências adotadas no período e os resultados obtidos com relação aos compromissos assumidos neste instrumento.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

CLÁUSULA NONA O presente ajuste tem prazo de 1(um) ano, susceptível de prorrogação a juízo do IPHAN/9ª CR e do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, após o que as partes MÔNACO SIANI, PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ e FUNDAÇÃO CULTURAL JACAREÍ encaminharão, individualmente, ao IPHAN/9ª CR relatório final do cumprimento das obrigações ora pactuadas, com cópia, para o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

Parágrafo Único - Após a apresentação dos relatórios finais, o IPHAN/9ª CR procederá à constatação do cumprimento das obrigações ora pactuadas emitindo parecer conclusivo a ser encaminhado ao MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

CLÁUSULA DEZ Qualquer eventual violação ou descumprimento do compromisso ora assumido acarretará o pagamento de multa diária, de caráter cominatório, no importe de R\$ 1.000, 00 (hum mil reais) por infração, desde o dia do descumprimento e enquanto esta perdurar, a reverter para o Fundo de que trata o artigo 13 da Lei nº 7.347/85, sem prejuízo de suportar o infrator execução do presente título executivo extrajudicial, para o cumprimento das obrigações de fazer e não fazer ora assumidas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

CLÁUSULA ONZE

Fica eleito o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de São José dos Campos para dirimir qualquer dúvida oriunda deste ajuste e para a execução, caso necessário, do presente.

São Paulo, 05 de dezembro de 1997.

MÔNACO SIANI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Dante Ronald Mônaco Siani

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ
Benedito Sérgio Lencioni

FUNDAÇÃO CULTURAL JACAREÍ
Ludmila Saharovsky

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Cecília Rodrigues dos Santos

Maria Lúcia Franco Pardi

Reynaldo Francisco Mora

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Isabel Cristina Groba Vieira
Procuradora da República

Maria Luiza Grabner
Procuradora da República

Marcelo Moscogliato
Procurador da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

SEGUNDO ADITAMENTO AO TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO EM 05.12.97

Pelo presente instrumento e na melhor forma de Direito, com assento no disposto no art. 5º, parágrafo 6º da Lei nº 7.347/85 e considerando os termos da Cláusula Nona do TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA tomado das partes **MÔNACO SIANI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS**, por seu representante legal, Dante Ronald Mônaco Siani, portador do RG nº 3.091.059 – SSP/SP e CPF nº 025.566.938-00, com sede social na cidade de Nova Odessa, na Estrada Municipal nº 455, Distrito Industrial nº 1, São Paulo; **PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ**, representada pelo Exmo. Sr. Benedito Sérgio Lencioni, Prefeito Municipal de Jacareí; **FUNDAÇÃO CULTURAL JACAREÍ**, representada por seu Presidente, Sr. Frederico Lencioni Neto, na forma do Estatuto da entidade, aprovado pelo Decreto Municipal nº 343/94; e o **INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**, Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Cultura, por sua 9ª Coordenadoria Regional, com endereço na Rua Baronesa de Itu, 639, nesta Capital, representada por sua Coordenadora Regional, Arquiteta Cecília Rodrigues dos Santos, portadora do RG nº 4.356.934 – SSP/SP e CPF nº 007.780.948-39, por seu Procurador, Dr. Reynaldo Francisco Mora, OAB/SP nº 19.316, e pela Arqueóloga Maria Lúcia Franco Pardi, portadora do RG nº 6.295.429 SSP/São Paulo, e assinado em 05 de dezembro de 1997, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelas Procuradoras da República infra assinadas, considerando que os compromissos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

assumidos vêm sendo cumpridos adequadamente pelas partes, celebra, com a concordância do IPHAN, o presente aditamento aos termos daquela avença, cujo prazo de vigência fora prorrogado nos termos do acordo celebrado em 06 de dezembro de 1998, na forma das cláusulas a seguir pactuadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA Fica prorrogado até o dia 30 de julho de 1999 o prazo firmado para o cumprimento das obrigações pactuadas no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta a que se refere o presente aditamento, conforme previsto da Cláusula Nona daquele termo.

CLÁUSULA SEGUNDA As partes MÔNACO SIANI e PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ comprometem-se a apresentar ao IPHAN/9ª CR, até o dia 10 de junho de 1999, os textos finais de sua responsabilidade para os fins da publicação de que trata a alínea "c" dos *consideranda* e a Cláusula Sexta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta a que se refere o presente aditamento.

Parágrafo Primeiro - Constitui o trabalho final de responsabilidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ a que alude presente Cláusula a explicitação da política municipal de preservação do patrimônio arqueológico.

Parágrafo Segundo - Para fins didáticos e educativos, integrará o corpo do texto final, objeto da publicação, como anexo, o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta e seu respectivo aditamento, precedido de uma sumária introdução a ser elaborada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

Handwritten signatures and initials, including "SH" and "RLL".



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Parágrafo Terceiro - Integrará o corpo do texto final, objeto da publicação, ainda, como anexo, o termo de guarda de bens arqueológicos, com uma sumária introdução a ser produzida pelo IPHAN.

Parágrafo Quarto - O IPHAN/9ª CR e o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL procederão ao exame dos textos finais a que se refere a presente Cláusula até o dia 17 de junho de 1999, data em que entregarão os anexos de sua responsabilidade.

CLÁUSULA TERCEIRA A empresa MÔNACO SIANI apresentará, até o dia 30 de junho de 1999, ao IPHAN/9ª CR para fins de aprovação em conjunto com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, prova de fofolito da publicação, devendo, antes dessa data, apresentar layout (boneco) da publicação.

Parágrafo único - O IPHAN/9ª CR e o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL examinarão, até o dia 07 de julho, a prova de fofolito da publicação.

CLÁUSULA QUARTA A empresa MÔNACO SIANI deverá, até o dia 22 de julho de 1999, realizar a entrega da publicação, com a tiragem mínima de 300 (trezentos) exemplares a que alude a Cláusula Sexta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta a que se refere o presente aditamento, com distribuição da seguinte forma: 70 exemplares para as instituições de arqueologia, mediante listagem a ser fornecida pelo IPHAN/9ªCR; 90 exemplares destinados, em conjunto, para a Prefeitura Municipal de Jacaré e para a Fundação Cultural Jacaré; 10 exemplares para cada um dos três autores do trabalho arqueológico; 40 exemplares para a empresa Mônaco Siani; 40 exemplares para o IPHAN e 30 exemplares para o Ministério Público Federal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Parágrafo único – Correrão às expensas da empresa MÔNACO SIANI as despesas com a entrega da publicação, na forma definida na presente Cláusula.

CLÁUSULA QUINTA As partes reiteram as demais obrigações assumidas no Compromisso de Ajustamento de Conduta a que se refere o presente aditamento, comprometendo-se a cumpri-las na forma pactuada.

São Paulo, 20 de maio de 1999.

Sumanda Siani

MÔNACO SIANI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS
Dante Ronald Mônaco Siani

Benedito Sérgio Lencioni
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ
Benedito Sérgio Lencioni

Frederico Lencioni Neto
FUNDAÇÃO CULTURAL JACAREÍ
Frederico Lencioni Neto

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Cecília Rodrigues dos Santos
Cecília Rodrigues dos Santos

Maria Lucia Franco Pardi
Maria Lucia Franco Pardi

Reynaldo Francisco Mota
Reynaldo Francisco Mota

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Maria Luiza Grahnner
Maria Luiza Grahnner
Procuradora da República

Isabel Cristina Groba Vieira
Isabel Cristina Groba Vieira
Procuradora da República

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, M.A. - Análise cerâmica: estudo tecnopológico. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1988
- ALVES, M.A. & CALLEFFO, M.E.V. - Sítio de Água Limpa, Monte Alto, São Paulo - estruturas de combustão, restos alimentares e padrões de subsistência. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia n.6:123-140, São Paulo, 1996
- AYROSA, P. - Estudos Tupinológicos. Inst. de Estudos Brasileiros, USP, 1967
- BLASI, Oldemar & GAISSLER, Miguel. Notícias sobre o Sítio Arqueológico de Jacaré, 1991.
- BROCHADO, J.J. - Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. Anais do I Simpósio de Pré-História do nordeste brasileiro, Univ. Fed. de Pernambuco, Recife, 1991
- CALDARELLI, S.B. - Aldeias tupiguarani no vale do rio Mogi-Guaçu, Estado de São Paulo. Revista de Pré-História, São Paulo, 5:37-124, 1983
- CALDARELLI, S.B. & NEVES, W.A. - Programa de pesquisas arqueológicas no vale do rio Pardo: 1981. Revista de Pré-História, São Paulo, 3:13-49, 1981
- CALDARELLI, S. - Projeto de Levantamento e Salvamento do Patrimônio Arqueológico da Faixa de Domínio da Rod. Gov. Carvalho Pinto, Vale do Paraíba, Estado de São Paulo. Relatório 1. 1994: 135. Não publicado.
- CAMARGO, C.B.R. & CAMARGO, V.- "Arqueologia no Vale do Paraíba - Escavações Arqueológicas em Aparecida" Cadernos Culturais do Vale do Paraíba, 5 Caçapava, Centro Educacional Objetivo/Fundação Nacional do Tropeirismo, 1990.
- CARDIN, F. - Tratados da terra e gente do Brasil. Brasiliense, vol.168, Ed. Nacional, São Paulo, 1978
- CHMYZ, I. - Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. Cadernos de Arqueologia ano 1, n. 1, 1976:119-148
- CHMYZ, I.; PEROTA, C.; MUELLER, H.I. & FLEURY DA ROCHA, M.L. - Notas sobre a Arqueologia do vale do Itararé. Rev. do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, Curitiba, 1:7-23, 1968
- CROPANI, O. F. & NETTO, J.A.. "Índios e brancos no município de São José dos Campos" in São José dos Campos 1951. São José dos Campo. 1951.
- DE BLASIS, P.A. - Relatório de Impacto Ambiental - Gasoduto Bolívia/Brasil (Gasbol) Contrato MAE/USP - Petrobrás. Relatório interno, 1997

- Bairro da Serra em três tempos: arqueologia, uso do espaço regional e continuidade cultural no médio vale do Ribeira. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1996
- FACCIO, N.B. - Estudo do sítio arqueológico Alvim no contexto do Projeto Paranapanema. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, 1992
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia, Ed. Ática. SP.1988.
- GOULART, M. - Novas perspectivas de análise cerâmica em pré-história brasileira. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1982
- HEMMING, J. - Red-Gold. The conquest of the Brazilian Indians. The Camelot Press Ltd., Londres, 1978
- IPT – Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo. Volume 1, Divisão de Minas e Geologia aplicada, Monografias 5, São Paulo, 1981
- KENT, S. – Method and theory for activity area research: an ethnoarchaeological approach. 1987
- KRONE, R. - Informações etnográficas do vale do rio Ribeira de Iguape. Exploração do Rio Ribeira de Iguape, Comissão Geográfica e Geológica, São Paulo, 1914
- KUNZLI, R. - Arqueologia regional: primeiros resultados das pesquisas realizadas na área de Presidente Prudente, São Paulo. Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol. 32:223-247, São Paulo, 1987
- LEITE, S.S. - História da Companhia de Jesus no Brasil. Vol. I-X, Livraria Portugália, Lisboa, 1938
- LOËL-SCHEUER, H. - Quatro campos escavados em diversos lugares, em julho de 1957 na cidade de Aparecida do Norte, Estado de São Paulo, Brasil. Relatório não publicado.
- MADRE DE DEUS, G. - Memória para a história da Capitania de São Vicente. Itatiaia/EDUSP, B. Horizonte/São Paulo, 1975
- MARANCA, Silvia. "Dados preliminares sobre Arqueologia do Estado de São Paulo. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, resultados preliminares do terceiro ano - 1967-1968." Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Publicações Avulsas, 131. Conselho Nacional de Pesquisas, Belém, 1969.
- MARANCA, S. - Relatório do 4. e 5. anos do Pronapa no Estado de São Paulo. PRONAPA 5. ano (1969/70). Publicações Avulsas n.26, Belém, 1974
- MARANCA, S.; MONTEIRO DA SILVA, A.L.; SCABELLO, A.M.P. - Projeto Oeste Paulista de Arqueologia do baixo e médio vale do rio Tietê: síntese dos trabalhos realizados. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 4:223-226, 1994
- MELLO ARAUJO, A.G. - Levantamento arqueológico da área Alto Taquari, Estado de São Paulo, com ênfase na abordagem dos sítios líticos. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1995

- METRAUX, A. - A religião dos Tupinambá. Editora Nacional/EDUSP, São Paulo, 1979
- MORAIS, J.L. - A ocupação do espaço em função das formas de relevo e o aproveitamento das reservas petrográficas por populações pré-históricas do Paranapanema, São Paulo. Coleção Museu Paulista, Série Arqueologia vol.6, São Paulo, 1979
- Aerofotoarqueologia: um estudo de caso no Projeto Paranapanema. Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol.30:99-114, São Paulo, 1985
- A propósito de interdisciplinariedade em Arqueologia. Revista do Museu Paulista Nova Série, vol.31:56-77, São Paulo, 1986
- 1995 - Salvamento arqueológico na área de influência da PCH Mogi-Guaçu. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 5:77-98, 1995
- MYASAKI, N. - Brastubos 1976: um sítio arqueológico em dunas. Município de Praia Grande, Estado de São Paulo. Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol.24:131-158, São Paulo, 1977
- PALLESTRINI, L. - O sítio arqueológico Jango Luiz. Revista do Museu Paulista, Nova Série, v.18:25-56, São Paulo, 1968/69
- Sítio Arqueológico Fonseca. Museu Paulista, São Paulo, 1969
- Sítio arqueológico Alves. Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol.21:47-96, São Paulo, 1974
- Interpretação das estruturas arqueológicas em sítios do Estado de São Paulo. Coleção Museu Paulista, Nova Série, vol.22, São Paulo, 1975
- Le site Camargo, État de São Paulo, Brésil. Rev. do Museu Paulista Nova Série, 27:67-68, São Paulo, 1980
- Cerâmica há 1.500 anos, Mogi-Guaçu, SP. Revista do Museu Paulista, São Paulo, 28:115-129, 1981/82
- Sítio Arqueológico da Lagoa São Paulo: Presidente Epitácio - SP. Rev. de Pré-História, São Paulo, 6:381-410, 1984
- PALLESTRINI, L. & MORAIS, J.L. - Prassévichus, aldeia pré-histórica no município de Itaberá, São Paulo. Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol. 29:151-167, São Paulo, 1983/84
- PEREIRA JR., J.A. - Cerâmica indígena do Morumbi (primeiras informações). Apontamentos arqueológicos n.6, São Paulo, 1964
- Cerâmica arqueológica indígena de Peruíbe. Apontamentos Arqueológicos n.8:1-10, São Paulo, 1965
- PROUS, A. - Première information sur les maisons souterraines de L'État de São Paulo. Rev. de Pré-História, São Paulo, 1, 1979
- REIS, Paulo Pereira dos - O indígena do Vale do Paraíba: apontamentos históricos para o estudo dos indígenas do Vale do Paraíba paulista e regiões circunvizinhas. São Paulo, Governo do Estado, 1979.
- RENFREW, C. & BAHN, P. - Archaeology - Theories, Methods and Practice. Thames and Hudson, Londres, 2ª edição, 1996
- ROBRAHN, EM. - A ocupação pré-colonial do vale do Ribeira de Iguape, SP: os grupos ceramistas do médio curso. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, 1989

- ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. - Diversidade cultural entre os grupos ceramistas do sul-sudeste brasileiro: o caso do vale do Ribeira de Iguape. M.C.Tenório (ed.), *Pré-História Brasileira*, EDUF RJ, Rio de Janeiro, 1997 (no prelo)
- Projeto Paranapanema: a ocupação pré-colonial de grupos ceramistas. Projeto interno, MAE/USP, São Paulo, 1991
- SCATAMACCHIA, M.C.M. & UCHÔA, D.P. - O contato euro-indígena visto através de sítios arqueológicos do Estado de São Paulo. *Rev. de Arqueologia*, São Paulo, 7:153-173, 1993
- SCHMITZ, P.I., BARBOSA, A.S. & RIBEIRO, M.B. - Temas de Arqueologia Brasileira 5: Os cultivadores do planalto e do litoral. *Anuário de Divulgação Científica* n.9, Goiânia, 1980
- SOUZA, Alfredo Mendonça de. *Dicionário de Arqueologia*. ADESA, RJ.1997.
- STADEN, H. - *Duas viagens ao Brasil*. EDUSP, São Paulo, 1974
- THOMAZ, R.C.C. - Arqueologia da Influência Jesuítica no baixo Paranapanema: o estudo do sítio Taquaruçu. *Dissertação de Mestrado*, FFLCH-USP, São Paulo, 1995
- TIBIRIÇÁ, R. - Arqueologia Brasileira. *Revista do Arquivo Municipal*. Divisão do Arquivo Histórico do Depto. de Cultural da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo, vol. XXX, 1936.: 140-143.
- UCHÔA, D.P. & GARCIA, C.D.R. - Subsídios à arqueologia do litoral paulista: um sítio cerâmico na região de Ubatuba. *Resumos da 28. Reunião Anual da SBPC*, Brasília, 1976
- UCHÔA, D.P.; SCATAMACCHIA, M.C.M.; GARCIA, C.R. - O sítio de Itaguá. Um sítio de contato no litoral do Estado de São Paulo, Brasil. *Revista de Arqueologia* v.2, 2:51-59, 1984
- VILHENA DE MORAES, A. - A matéria prima da indústria lítica do sítio Almeida, Município de Tejuapé, São Paulo. *Rev. do Museu Paulista Nova Série*, 22:37-45, São Paulo, 1975
- Estudo de indústria lítica proveniente da primeira campanha de escavações (1971) no sítio Almeida, Município de Tejuapé, Estado de São Paulo. *Coleção Museu Paulista, Série Arqueologia* n. 4, São Paulo, 1977

OS AUTORES

Os arqueólogos Erika M. Robrahn-González e Paulo Zanettini vêm atuando em diferentes regiões do país, realizando avaliações, peritagens e resgate do patrimônio arqueológico situado em áreas sujeitas à impactos ambientais (empreendimentos do setores público e privado).

Além dos trabalhos realizados em Jacareí (resgate dos sítios Santa Marina e Villa Branca) desenvolveram, entre outras, pesquisas arqueológicas na área do empreendimento Costa do Sauípe (Litoral Norte da Bahia / Construtora Norberto Odebrecht) e no Parque Estadual de Canudos (Governo do Estado da Bahia/UNEB/CADCT).

Atuam também no campo da educação pública desenvolvendo, atualmente, um *site* destinado à divulgação da Arqueologia Brasileira, com apoio financeiro e tecnológico do Instituto Cultural Itaú.



Erika M. Robrahn-González é historiadora, bem como Mestre e Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo. Professora do curso de pós-graduação do MAE/USP, é especialista no período pré-colonial (Arqueologia Indígena), voltando-se atualmente à pesquisa em Etnoarqueologia. É autora de dezenas de artigos, publicados no Brasil e exterior, e apresentou seus trabalhos em congressos nacionais e internacionais. Faz ainda parte da atual diretoria da Sociedade de Arqueologia Brasileira.



Paulo Eduardo Zanettini é formado em História pela USP e defendeu tese de mestrado sobre a Calçada do Lorena, antiga estrada que ligava São Paulo ao litoral. Atua no campo da Arqueologia Histórica desde o final da década de 1970, tendo exercido a chefia do Setor de Arqueologia Histórica da Prefeitura de São Paulo de 1984 a 1986. No campo da divulgação científica, colabora com os principais jornais do país, tendo sido, inclusive, editor da revista Horizonte Geográfico e do Suplemento Cultural do Jornal da Tarde.